

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BANCO SANTANDER TOTTA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 1587; identificação de pessoa colectiva n.º 500844321; data da apresentação: 29 de Junho de 2005.

Maria Irene Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original

Lisboa, 6 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Palma*.

Relatório e contas de 2004

Principais indicadores (proforma) (a)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.) 2003-2004
Balanço:			
Activo líquido	32 803	32 254	+ 1,7
Crédito líquido (incluindo securitização e papel comercial)	21 811	20 820	+ 4,8
Crédito líquido (incluindo securitização)	20 734	20 207	+ 2,6
Recursos totais de clientes (em, e fora, de balanço)	29 144	28 421	+ 2,5
Capitais próprios + interesses minoritários + passivos subordinados	2 542	2 414	+ 5,3
Resultados:			
Margem financeira	582,8	558,6	+ 4,3
Margem de serviços	284,1	255,1	+ 11,4
Produto bancário	869,7	821,9	+ 5,8
Resultado de exploração	425,8	385,9	+ 10,3
Resultados antes de imposto	298,9	242,6	+ 23,2
Resultado após imposto e IMAPSV	237,7	191,0	+ 24,4
Resultado líquido consolidado	237,6	188,4	+ 26,1
Resultado líquido por acção (euros)	0,40	0,32	+ 26,1
Ratios (percentagem):			
ROE	18,0	16,7	(c) + 1,3
ROA	0,7	0,6	(c) + 0,1
Cost to income	44,3	46,4	(c) — 2,1
Credito vencido sobre clientes/crédito total	2,2	2,2	—
Credito vencido sobre clientes/crédito total (incluindo securitização)	1,5	1,8	(c) — 0,3
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total	2,0	2,1	(c) — 0,1
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (incluindo securitização)	1,4	1,7	(c) — 0,3
Cobertura de crédito vencido (percentagem)	172,9	141,0	(c) + 31,9
Cobertura de crédito vencido (incluindo securitização)	182,1	145,9	(c) + 36,2
Cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias	184,6	146,8	(c) + 37,9
Cobertura de crédito vencido a mais de 90 dias (incluindo securitização)	194,8	152,0	(c) + 42,8
Ratio de solvabilidade (b):			
Banco de Portugal	9,5	n. d.	—
Tier I	7,0	n. d.	—
Ratio Bis	9,4	n. d.	—
Tier I	7,0	n. d.	—
Colaboradores	6 211	6 828	— 617
Colaboradores em Portugal	5 986	6 203	— 217
Total de agências e centros empresa em Portugal	639	609	30

(a) Valores não auditados

(b) Cálculo efectuado considerando os valores oficiais do Banco Santander Totta Consolidado.

(c) Pontos percentuais.

Eficiência e qualidade do crédito (proforma)

(Em percentagem)

	2004	2003	Varição (pontos percentuais) 2003-2004
Custos com pessoal/produto bancário (a)	28,5	30,2	— 1,7
Custos de funcionamento/produto bancário (a)	44,2	46,3	— 2,1
Custos de funcionamento + amortizações/produto bancário (a)	50,9	52,9	— 2,0
Crédito com incumprimento (b)/crédito total	2,1	2,2	— 0,1
Crédito com incumprimento (a)/crédito total (inc. securitização)	1,4	1,8	— 0,3
Crédito com incumprimento líquido (b)/crédito total líquido	0,3	0,3	— 0,4
Crédito com incumprimento líquido (b)/crédito total líquido (inc. securitização)	0,2	0,6	— 0,4
Cobertura de crédito com incumprimento (b)	180,5	142,6	+ 37,9
Cobertura de crédito com incumprimento (incluindo securitizado) (b)	190,5	147,7	+ 42,8

(a) Incluindo resultados de *equity method*.

(b) Crédito vencido a mais de 90 dias + cobrança duvidosa.

Notações de rating

	Ficht-ratings	Moody's	S&P
Curto prazo	F1 +	P1	A1
Longo prazo	AA-	A1	A+

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino.
 Vice-presidente: Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira.
 Secretário: António Miguel Leonetti Terra da Motta

Conselho de administração:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.
 Vice-presidentes:

Matias Pedro Rodriguez Inciarte.
 António Mota de Sousa Horta Osório.

Vogais:

Nuno Manuel da Silva Amado.
 Miguel de Campos Pereira de Bragança.
 António José Sacadura Vieira Monteiro.
 José Manuel Alves Elias da Costa.
 Carlos Manuel Amaral de Pinho.
 Eduardo José Stock da Cunha.
 Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.
 José Eduardo Fragozo Tavares de Bettencourt.
 José Carlos Brito Sítima.
 José Manuel Galvão Teles.

Fiscal único:

Efectivo: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais
 de Contas, representada por Luís Augusto Magalhães.
 Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, revisor oficial de
 contas.

Secretário da sociedade:

António Miguel Leonetti Terra da Motta.
 João Manuel da Mota Branquinho e Crespo.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.
 Vice-presidente: Nuno Manuel da Silva Amado.
 Vogais:

Miguel de Campos Pereira de Bragança.
 António José Sacadura Vieira Monteiro.
 José Manuel Alves Elias da Costa.

Carlos Manuel Amaral de Pinho.
 Eduardo José Stock da Cunha.
 Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos.
 José Eduardo Fragozo Tavares de Bettencourt.
 José Carlos Brito Sítima.

Relatório do conselho de administração

O Banco

Reorganização societária

No presente exercício, teve lugar uma reorganização global da estrutura societária do Grupo em Portugal, tendo-se separado o exercício directo da actividade de banca comercial da actividade de gestão de participações sociais.

Com esta reestruturação procedeu-se, em primeiro lugar, à concentração de participações sociais maioritárias numa única sociedade gestora de participações sociais e, por outro lado, procedeu-se à concentração da actividade bancária comercial directa numa única entidade, através da fusão das três entidades até aqui existentes: Banco Totta & Açores, S. A. (BTA), Banco Santander Portugal, S. A. (BSP) e Crédito Predial Português, S. A.

Assim, a actividade de banca comercial passou a ser levada a cabo por uma sociedade sedeada em Portugal e sujeita à lei portuguesa, cujo capital é directamente dominado por uma sociedade gestora, permitindo, desta forma, uma organização adequada, e a concentração das actividades do Santander Totta numa única sociedade.

Desta forma, foram concretizados, em Dezembro de 2004, os seguintes actos:

A cisão simples do Banco Totta & Açores, S.A., mediante destaque de participações financeiras maioritárias (a Totta Seguros, S. A. e a Foggia — SGPS, S. A.), para constituir uma nova sociedade, com a denominação de Santander Totta — SGPS, S.A., e cujo objecto social consiste no exercício da actividade de gestão de participações sociais. Todas as restantes participações do BSP e BTA transitaram para o Banco Santander Totta, com excepção da Foggia e Totta Seguros.

A fusão por incorporação da sociedade cindida Banco Totta & Açores, S.A. e do Banco Santander de Portugal, S.A. no Crédito Predial Português, S. A.

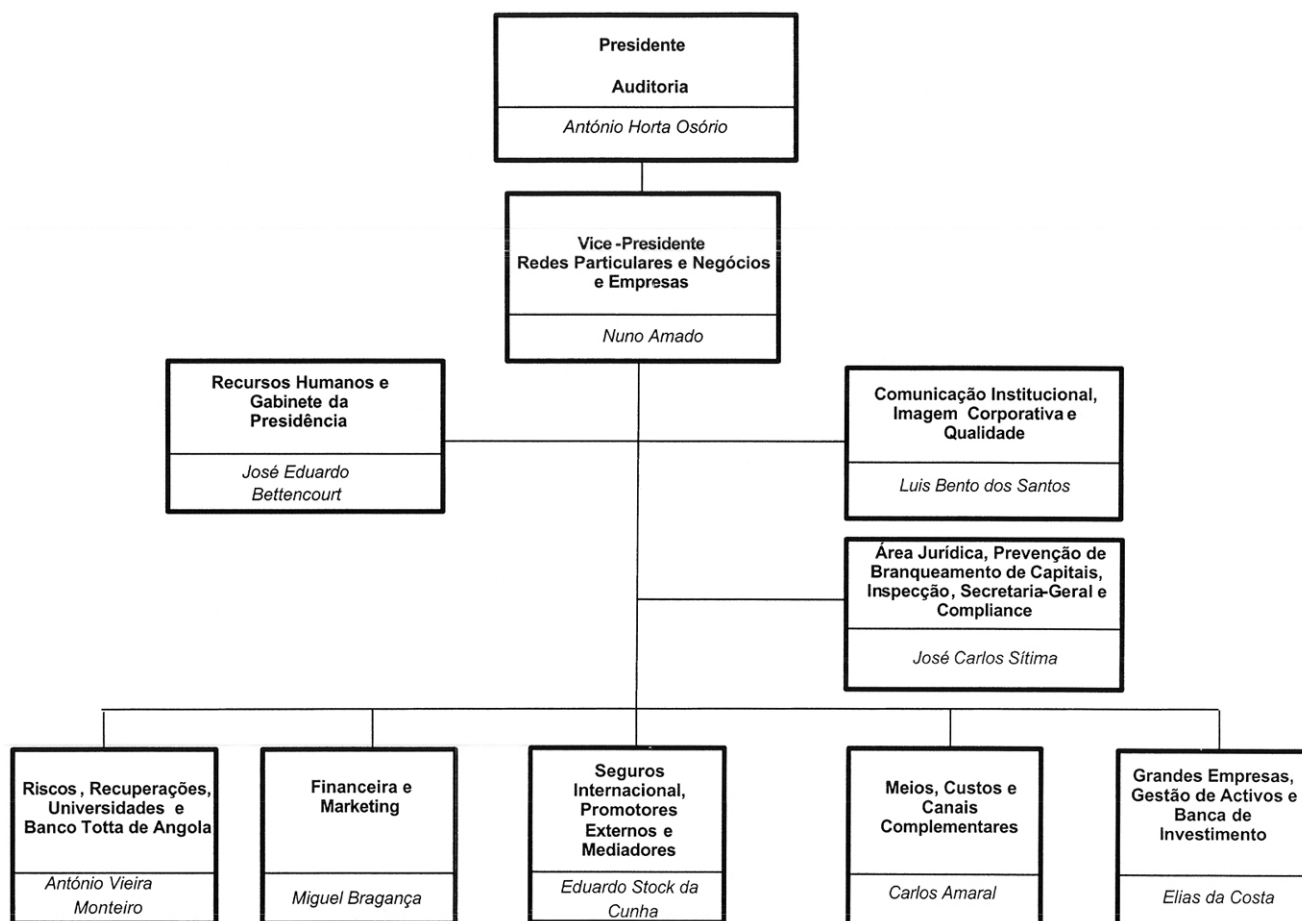
Em consequência da fusão, foi reforçado o capital social da sociedade incorporante de 280 000 000 de euros para 589 810 510 milhões euros, representado por 589 810 510 acções com o valor nominal de um euro cada. Por outro lado, a sociedade incorporante passou a adoptar a firma Banco Santander Totta, S. A. Com consequência da fusão o BTA e o BSP foram extintos.

Ainda enquadrado no processo de reestruturação do Grupo, teve lugar após a operação de concentração da actividade bancária, o aumento do capital da Foggia — SGPS, S. A., subscrito e realizado pela Santusa Holding, S. L., sociedade de direito espanhol, com as acções que lhe couberam no capital social do Banco Santander Totta, S. A. Desta forma, a Foggia — SGPS, S. A., aumentou o capital social de 105 026 461,50 euros para 137 704 828,50 euros, mediante a emissão de 65 356 734 acções com o valor nominal de 50 cêntimos cada. O BTA deixou de ter participação na Foggia — SGPS, que passou a ter como accionistas o Santander Totta — SGPS, S. A. e a Santusa

Holding, S. L., após o aumento de capital em espécie da Foggia — SGPS.

Saliente-se ainda que, para conclusão do processo de reorganização total do Grupo, e em consonância com o proposto nos projectos de cisão e de fusão que suportaram as operações acima referidas, proceder-se-á à fusão por incorporação da Foggia — SGPS na Santander Totta — SGPS — processo, aliás, em curso — o que implicará a breve prazo que esta sociedade assuma o controlo directo da quase totalidade do Banco Santander Totta.

Comissão executiva — organigrama funcional



Práticas do governo do Santander Totta

A actuação do conselho de administração e de cada um dos seus membros é regida pelos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade, com vista a maximizar a rentabilidade do Santander Totta e a otimizar os interesses dos seus accionistas, clientes e colaboradores.

Constitui preocupação constante do Santander Totta a satisfação escrupulosa das normas legais e regulamentares vigentes. De modo a dar expressão prática a esse desiderato, dispõe o Santander Totta da direcção de coordenação de assuntos institucionais e cumprimento, colocada no primeiro plano da hierarquia da Instituição, à qual compete, entre outras funções, promover e zelar pelo cumprimento das disposições vigentes, nomeadamente através do estabelecimento de orientações e procedimentos, divulgação das alterações normativas verificadas, definição de regras de conduta e controlo das práticas instituídas.

As regras respeitantes ao governo do Santander Totta têm tradução, não só nos próprios estatutos, como também nas normas e procedimentos internos, aprovados pelo conselho ou pela comissão executiva, e contêm um conjunto de medidas práticas relativas à actuação destes órgãos e de todos os outros integrantes da estrutura da sociedade.

Destaca-se o facto de o estatuto não conter qualquer norma de blindagem, estando excluídas quaisquer disposições susceptíveis de conduzir a idêntico resultado.

Por outro lado, estão em vigor no Santander Totta códigos de conduta especialmente aplicáveis aos membros do conselho de administração, quadros dirigentes e colaboradores directamente envolvidos nas actividades de intermediação financeira, bem como os deveres gerais, determinam um conjunto acrescido de obrigações destinadas a garantir a confidencialidade, isenção e transparência na actuação, assegurar a prevenção de conflitos de interesses e a sua adequada solução na eventualidade de poderem ocorrer e, bem assim, a protecção e reserva de informação privilegiada, de acordo com os imperativos legais e os mais elevados padrões de ética.

Imagem, comunicação e responsabilidade social corporativa

Imagem e comunicação externa:

Pela terceira vez consecutiva, o ano de 2004 ficou marcado pelo reconhecimento nacional e internacional do Totta como «Melhor Banco em Portugal» por duas conceituadas publicações especializadas. A revista portuguesa *Exame* e a inglesa *Euromoney* justificaram a sua escolha com base no desempenho e nos resultados obtidos pelo Grupo em 2003.

Em 2004, o Santander Totta foi ainda reconhecido com o primeiro lugar do Ranking 1000 Maiores e Melhores, do *Diário de Notícias*, e com o prémio do *Jornal de Negócios — Stock Award — Melhor Empresa Financeira*.

No âmbito da imagem, e no quadro da reorganização societária, que implicou a fusão sob uma única instituição jurídica, o Banco Santander Totta, S. A., dos bancos comerciais, BTA, CPP e BSP, e a integração da rede CPP na rede Totta, procedeu-se não só a uma cuidada comunicação interna e externa da referida reestruturação, como também à elaboração de todos os materiais referentes à nova imagem e identidade corporativa, bem como do respectivo manual.

Responsabilidade social corporativa:

Em 2004, o Santander Totta acompanhou o plano de Responsabilidade Social Corporativa lançado pelo Presidente do Grupo Santander, D. Emilio Botín em Novembro de 2002, no sentido de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde o Grupo se insere.

Através das nove medidas, abaixo enumeradas, e que constituem o referido Plano, o Grupo Santander renovou o seu compromisso de transparência, boa gestão, qualidade, protecção do meio ambiente, eficiente gestão de recursos humanos e desenvolvimento sócio-económico em todos os países em que está presente:

- 1 — Respeito pelo Pacto Mundial das Nações Unidas;
- 2 — Criação do Departamento de Responsabilidade Social Corporativa;
- 3 — Conciliação do trabalho e da família;
- 4 — Co-participação dos empregados;
- 5 — Formação em responsabilidade social;
- 6 — Análise do risco meio-ambiental nos créditos concedidos;
- 7 — Certificação meio-ambiental dos centros de trabalho;
- 8 — Desenvolvimento de melhorias meio-ambientais;
- 9 — Desenvolvimento do *marketing* social.

O Santander Totta, em linha com a política do Grupo a nível mundial, elegeu a promoção do conhecimento e do ensino, com especial incidência nas Universidades, como sua prioridade em termos de responsabilidade social corporativa. Convicto que uma das características das sociedades desenvolvidas é a sua participação e compromisso com a sociedade civil e, concretamente, do mundo empresarial no apoio ao conhecimento e ensino, o Santander Totta dedicou mais de 70% do seu orçamento de responsabilidade social corporativa a esta área. Por outro lado desenvolveu uma política activa de patrocínios, apoios e mecenato em outras duas áreas de actuação que definiu como estratégicas: a solidariedade social e a protecção do meio ambiente, não descurando o apoio a outras áreas relevantes, como por exemplo, a cultura e a promoção da saúde e desporto, ciente que esta diversidade na intervenção é determinante para o aprofundamento da consciência social e corporativa dos actores económicos.

O investimento total em Portugal, em responsabilidade social corporativa ascendeu em 2004 a cerca de 2,8 milhões de euros, mais 21% que em 2003, em base comparável.

De acordo com o previsto no Pacto Mundial a que o Grupo Santander aderiu, existem nove princípios, enquadrados em três categorias, a que o Santander Totta, directamente e através dos seus fornecedores, se compromete a respeitar. Nesta matéria será de destacar que em 2004, 80% dos principais fornecedores do Santander Totta já assinaram o compromisso social e meio ambiental do fornecedor.

Promoção do conhecimento e ensino:

No âmbito do programa Universidades, o Santander Totta continuou a desenvolver a sua política de estreitamento de relações com as universidades portuguesas em linha com a orientação da sua política global de responsabilidade social corporativa para o apoio ao conhecimento superior e à investigação científica, mantendo, no final do exercício, 29 convénios de colaboração em funcionamento com instituições de ensino superior.

O ano de 2004 foi igualmente o ano de consolidação do Portal Universia Portugal.

Após dois anos de funcionamento on-line foram superados todos os objectivos, sendo actualmente o portal de referência de todas as universidades, aportando consigo conteúdos e serviços de destacado interesse para a comunidade universitária.

Existiam, no final de 2004, 19 universidades sócias do Portal Universia Portugal, que representam 185 000 estudantes (aproximadamente 97% do colectivo universitário). Para utilização da comunidade universitária foram instaladas 39 Salas Universia nos *campus* universitários portugueses, o que se traduz num parque de 850 máquinas com ligação à Internet e 40 impressoras para possibilitar a impressão de trabalhos. Este projecto proporciona a toda a comunidade académica a utilização das novas tecnologias como meio de transferência do conhecimento e inovação na actual sociedade de informação.

Em 2004 foi estreado um novo conceito dentro das universidades: as bBibliotecas Wireless Universia, espaços nobres com acesso à Internet sem fios, permitindo melhorar consideravelmente as condições de estudo e de investigação.

Dos conteúdos e serviços do Portal destacam-se o guia de acesso ao ensino superior, o serviço de classificados, o portal de emprego que apresenta hoje mais de 2975 ofertas de emprego e cerca de 5000 CVs, o serviço de SMS e correio electrónico para os universitários registados.

Em 2004 foi atribuído o primeiro prémio Primus Inter Pares, uma iniciativa que teve como objectivo premiar os melhores alunos finalistas das licenciaturas em gestão de empresas, não só pelo seu desempenho académico, como também pelas suas qualidades humanas, valores éticos e inteligência emocional. Este prémio constitui um contributo para o desenvolvimento de uma cultura de rigor, de profissionalismo e de excelência na gestão de empresas em Portugal, oferecendo aos vencedores a oportunidade de frequência gratuita de um MBA no INSEAD (Paris), na Universidade Católica Portuguesa ou na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

O Santander Totta é ainda membro-fundador da Fundação Luso-Espanhola, que assume a missão de promover a cooperação entre os povos português e espanhol em domínios tão diversos como o económico, o científico, o técnico e o cultural, organizando para tal seminários, mesas-redondas e conferências, entre outras acções.

Solidariedade:

Em 2004 foi lançado o núcleo de voluntariado do Santander Totta com cerca de 150 colaboradores. O objectivo deste núcleo é incentivar a co-participação dos colaboradores em acções de cidadania empresarial e criar uma atitude de cooperação entre os colaboradores e as comunidades envolventes. Em 2004 foi assumido um protocolo com a FENACERCI, instituição que apoia crianças e jovens com deficiência, onde o Santander Totta assumiu a responsabilidade de dinamizar as iniciativas corporativas de solidariedade e beneficência. Para tal disponibiliza os seus colaboradores para a realização das mesmas e espaços e equipamentos para a realização de acções de formação, facilitando também a participação de técnicos da FENACERCI em acções formativas promovidas pelo Santander Totta.

Do seu lado, os colaboradores voluntários dão o seu trabalho, disponibilizando o seu tempo pessoal e *know-how* especializado, para a organização das actividades de voluntariado.

No período natalício de 2004, cerca de 30 voluntários do Santander Totta participaram na iniciativa Pão de Todos, que envolveu não só a produção do pão, como também a distribuição gratuita do mesmo, contribuindo o Santander Totta com os 2000 cachecóis oferecidos aos sem-abrigo da cidade de Lisboa.

Entre os projectos de solidariedade promovidos pelo Santander Totta em 2004, cabe destacar a Operação Nutrição Totta/AMI, uma iniciativa surgida dum protocolo assinado pelo Banco e a AMI — Assistência Médica Internacional —, no âmbito do qual o Totta comprometeu-se a doar a esta instituição de solidariedade social 50 euros por cada nova conta ordenado aberta.

Os donativos obtidos pelo Banco foram canalizados para actuar a nível alimentar, médico ou outro, junto das crianças angolanas do município da Jamba, na província da Huíla, uma zona com uma população essencialmente rural, na sua maioria analfabeta e de fracos rendimentos, o que por si só resulta na existência de más condições de vida, nomeadamente na área da saúde e da alimentação.

Neste sentido, a Operação Nutrição, que teve início no passado mês de Setembro, trabalha na construção dum Centro Nutricional Terapêutico dedicado à prestação de cuidados a cerca de 10 000 crianças que padecem de subnutrição.

Os resultados da campanha Super Conta-Ordenado lançada pelo Santander Totta no âmbito deste projecto superaram as expectativas, já que o Banco conseguiu abrir mais de 40 000 contas ordenado entre Fevereiro e Abril de 2004, o que garantiu uma doação à AMI do montante máximo pré-estabelecido de 500 000 euros.

De destacar também o apoio à UNICEF no âmbito da campanha Pontos Simpáticos, que permitiu aos clientes transformar os pontos ganhos na campanha em vacinas, contra a tuberculose, para crianças. Com estas iniciativas foi possível entregar no final do ano 250 000 vacinas à UNICEF.

No Verão, o Santander Totta apoiou o esforço de sensibilização para a segurança balnear levado a cabo pela Marinha portuguesa. Este associou-se à campanha de *mupis* e *outdoors* que foram distribuídos pela costa portuguesa durante a época balnear.

O Grupo apoia também a CEBI — Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca, entidade de que é membro fundador e que procura promover o desenvolvimento integrado da comunidade local, apoiando cerca de 3000 famílias da região. Esta Fundação, que

dispõe de instalações nos concelhos de Vila Franca de Xira e de Mafra, intervém fundamentalmente no âmbito da solidariedade social e da educação, privilegiando a criação de escolas, de clubes de jovens, de lares para idosos, bem como a integração de deficientes, o serviço de acolhimento familiar, o desenvolvimento de actividades no âmbito da medicina física e reabilitação.

Em 2004 o Santander Totta lançou uma inovadora campanha de apoio a instituições de solidariedade regionais. Por cada nova conta aberta num dos 20 novos balcões da rede Totta e Santander abertos em 2004, o Santander Totta atribuiu cinco euros a uma instituição da zona identificada e seleccionada pela importância do seu serviço à comunidade.

O Grupo associou-se ainda ao prémio Infante D. Henrique, vocacionado para a formação da juventude nos tempos livres. Entre as actividades principais, destaca-se o serviço à comunidade, designadamente através de voluntariado hospitalar e apoio a idosos.

No Natal de 2004, 19% do valor de compra dos 200 000 cartões de boas festas do Grupo reverteram para a criação de um fundo de beneficência destinado a apoiar a Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 e a Novo Futuro.

Ainda na área da solidariedade social, foram concedidos apoios a diversas instituições, das quais se salientam a cooperação com as equipas de África — Padres de Schoenstatt, a Liga Portuguesa contra o Cancro, Pró Dignidade, entre outras.

Em 2004 foram, mais uma vez doados equipamentos informáticos a instituições de solidariedade social ou de serviço público.

Protecção ao meio ambiente:

A protecção ao meio ambiente foi um dos eixos de acção que assumiu grande destaque na responsabilidade social corporativa do Santander Totta.

Em 2004 operacionalizou-se o protocolo com o Instituto Superior de Agronomia, assinado em 2003, no âmbito da acção de solidariedade Reconstruir o Futuro, para com as vítimas dos incêndios florestais. Com um período de vigência de três anos, o acordo visa aplicar metade da verba angariada na conta de solidariedade, por iniciativas, nas áreas do ensino, investigação, cooperação internacional e divulgação, que conduzam ao melhor conhecimento e análise dos incêndios florestais, e à proposta de medidas que os evitem, no futuro.

No quadro do protocolo com a Cruz Vermelha, aplicar-se-á a outra metade da verba recolhida no âmbito da referida campanha. Este ano, foram já inauguradas e entregues, às vítimas da devastação dos incêndios, três moradias unifamiliares (nos distritos de Guarda e Faro) e encomendadas duas ambulâncias totalmente equipadas para serviço exclusivo da Cruz Vermelha.

No quadro do Plano dos 3Rs (reduzir, reciclar, reutilizar) do Grupo Santander, o Santander Totta está a implementar, em Portugal, um conjunto de medidas para reduzir o consumo de papel, que já se traduziram numa redução de 10,5% do consumo deste recurso, o que corresponde a menos 66 toneladas de papel utilizado em 2004 face a 2003.

Na sequência das acções de formação levadas a cabo durante o ano de 2003, as questões ambientais passaram a fazer parte dos aspectos relevantes a considerar na análise das empresas e dos projectos. Na atribuição de *rating* às empresas passaram a ser incluídas, cada vez mais frequentemente, considerações de natureza ambiental especialmente quando as unidades económicas em questão se enquadram nos sectores de actividade considerados mais sensíveis.

Área cultural e artística:

Na área cultural e artística, o Grupo canalizou a sua política de patrocínios, apoios e mecenato fundamentalmente para a promoção e preservação do património histórico-artístico, promoção e defesa da Língua Portuguesa num mundo crescentemente global e promoção da música.

O Santander Totta voltou a patrocinar, depois do sucesso da primeira edição, a reedição da edição d'Os Lusíadas, uma iniciativa do jornal *Expresso* ilustrada pelo artista plástico Pedro Proença e comentada pelo professor José Hermano Saraiva.

Proprietário de um vasto acervo que inclui obras de artistas centrais da história da arte em Portugal, e depois de um trabalho de inventariação e classificação da parte mais significativa do seu património arquitectónico, de artes plásticas e de tapeçaria, o Santander Totta prosseguiu, ao longo do ano de 2004, a sua política de empréstimo de obras para integração em exposições organizadas por várias fundações e museus.

Em 2004, o Santander Totta, com o intuito de contribuir para a preservação da nossa memória histórica sobre as instituições democráticas, patrocinou a criação do museu da presidência no Palácio de Belém.

Ainda no âmbito da política de mecenato, o Santander Totta apoiou a Fundação de Serralves no programa de actividades que desenvolveu, enquadrado na sua missão à promoção de actividades culturais no domínio de todas as artes.

No domínio da promoção da música, salienta-se o patrocínio à Fundação da Casa de Mateus, entidade com vasta tradição e reconhecimento em Portugal pelo seu trabalho em prol da divulgação de valores musicais únicos.

Promoção da saúde e do desporto:

No âmbito da promoção da saúde e do desporto, e em acréscimo ao protocolo que o Santander Totta assinou em 2003 com a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), tornando-se Banco Oficial do Movimento Paralímpico, foram desenvolvidas, em 2004, no quadro da organização dos Jogos Paralímpicos de Atenas, onde esteve uma delegação de cerca de 40 atletas portugueses, uma série de iniciativas de comunicação institucional que, por um lado, optimizaram as acções de recolha de fundos que a FPDD lançou e, por outro, contribuíram para a divulgação desta causa. O Santander Totta espera, através deste apoio, contribuir para que a prática de desporto para pessoas com deficiência se continue a desenvolver em Portugal.

Estrutura accionista

As posições dos accionistas detentores de participações superiores a 2% do capital social do Banco Santander Totta, S. A., são a 31 de Dezembro de 2004, as seguintes:

Accionista	Número de acções	Porcentagem
Foggia — SGPS, S. A.	573 905 405	97,3034
TaxaGest — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	14 593 315	2,4742

Rating

O Banco Santander Totta, S. A., é objecto de notação de *rating* por entidades independentes e de reconhecido prestígio — a Fitch Ratings, a Moody's e a Standard and Poor's.

Em Janeiro de 2004, a Standard & Poor's reviu em alta o *rating* do Banco Totta & Açores em dois níveis, passando de A- para A+, o *rating* de longo prazo, e de A2 para A1 o *rating* de curto prazo. Em Outubro de 2004, a Fitch Ratings melhorou a notação do Banco Totta & Açores, passando de A+ para AA- e de F1 para F1+ o nível de *rating* no longo prazo e no curto prazo, respectivamente. Deste modo o *rating* do Santander Totta atinge, de acordo com as duas agências, o melhor nível de *rating* de entre todos os bancos privados portugueses, e ao nível do seu principal accionista.

Na sequência da reestruturação do Grupo em Portugal, concluída em Dezembro último, as três agências de *rating* referidas anteriormente confirmaram a notação de *rating* do Banco Santander Totta, S. A. e da Santander Totta — SGPS, tendo mantido os níveis iguais aos que tinham atribuído ao anterior Banco Totta & Açores, S. A.

A Moody's Investors Service anunciou, já em Janeiro de 2005, uma melhoria da notação de *rating* do Banco Santander Totta, S. A., relativa ao Financial Strength, de C+ para B-.

Segundo as mesmas agências, o *rating* reflecte a performance consistente dos resultados nos últimos três anos, a importante melhoria da rentabilidade e da qualidade dos activos, a condição de liquidez/solvabilidade e o sucesso da reorganização do Grupo em Portugal, apesar da desaceleração da economia.

Notações de rating

	Fitch-IBCA	Moody's	S & P's
Curto prazo	F1+	P1	A1
Longo prazo	AA-	A1	A+
Outlook	Estável	Estável	Estável

Enquadramento da actividade

Economia internacional

Em 2004, a economia mundial registou o maior crescimento económico em três décadas, de acordo com o Fundo Monetário Interna-

cional. Partindo de uma situação de incerteza no início do ano, sobretudo sobre a sustentabilidade da recuperação da economia norte-americana, o crescimento viria a ser bastante dinâmico e generalizado entre as várias regiões. Um particular destaque vai para a Ásia, nomeadamente para a China, que se revelou um importante motor da economia mundial.

Este crescimento foi responsável por uma acentuada subida do preço do petróleo, para novos máximos históricos, mas com consequências distintas dos choques de 1974 e de 1980, por ter decorrido de um forte crescimento da procura, e não de uma redução da produção, como então ocorrera.

O primeiro semestre do ano caracterizou-se pela plena confirmação da retoma económica nas principais economias desenvolvidas. Nos EUA, a incerteza sobre a criação de emprego que marcou o 1.º trimestre dissipou-se, com o consumo privado a revelar um importante contributo para o crescimento, tendo sido posteriormente acompanhado do investimento privado, que recuperou, beneficiando das condições financeiras mais favoráveis das empresas. A sustentabilidade

da recuperação ficou evidente com o fim dos estímulos de política económica nos EUA. O impacto da redução dos impostos sobre o rendimento dos particulares esgotou-se no final do 1.º semestre, altura em que a reserva federal deu início ao ciclo de subida das taxas de juro de referência.

O início do segundo semestre foi marcado por uma pausa no processo de crescimento económico, devido em larga medida à subida dos preços do petróleo. Apesar dos consumidores terem reduzido a despesa de consumo durante o Verão, a economia voltou a reacelerar no final de 2004.

No entanto, os grandes desequilíbrios da economia dos EUA permanecem presentes. O défice orçamental, apesar do mais forte crescimento, mantém-se em níveis elevados, em torno de 4% do PIB. Por seu lado, o forte crescimento do consumo privado nos EUA continua a contribuir para um elevado défice comercial, apesar da depreciação do dólar. O défice da balança de transações correntes mantém-se em quase 6% do PIB, requerendo fortes entradas de capitais nos EUA para o seu financiamento.

Crescimento económico mundial

	2000	2001	2002	2003	2004 (a)	
					Abr/04	Set/04
Mundo	4,7	2,4	3,0	3,9	4,6	5,0
Países avançados	3,9	1,2	1,6	2,1	3,5	3,6
EUA	3,7	0,8	1,9	3,0	4,6	4,3
Japão	2,8	0,4	-0,3	2,5	3,4	4,4
UEM	3,5	1,6	0,8	0,5	1,7	2,2
Reino Unido	3,9	2,3	1,8	2,2	3,5	3,4
Países em desenvolvimento	5,9	4,0	4,8	6,1	6,0	6,6
África	2,9	4,0	3,5	4,3	4,2	4,5
Ásia	6,7	5,5	6,6	7,7	7,4	7,6
Europa de Leste	4,9	0,2	4,4	4,5	4,5	5,5
Médio Oriente	5,5	3,6	4,3	6,0	4,1	4,8
América Latina	3,9	0,5	-0,1	1,8	3,9	4,6

Fonte. — FMI.

(a) Estimativa.

No Japão, o crescimento económico foi mais forte no primeiro semestre do ano. No segundo semestre, a economia perdeu algum dinamismo, sobretudo devido ao investimento, uma vez que o consumo privado se manteve razoavelmente dinâmico. Os inquéritos de confiança aos empresários apontam para uma clara melhoria das expectativas para os próximos trimestres, baseada também no sector exportador, dado o forte dinamismo da região asiática.

A China proporcionou uma das surpresas do ano, com a actividade a crescer 9% em 2004. Os riscos de sobre-aquecimento da economia, visíveis durante o primeiro trimestre, levaram as autoridades chinesas a adoptar um conjunto de medidas visando uma moderação do crescimento, através da imposição de restrições quantitativas ao crédito a determinados sectores de actividade e, já no final do ano, recorrendo à subida das taxas de juro de remuneração de alguns depósitos de mais longo prazo, em moeda local e divisas.

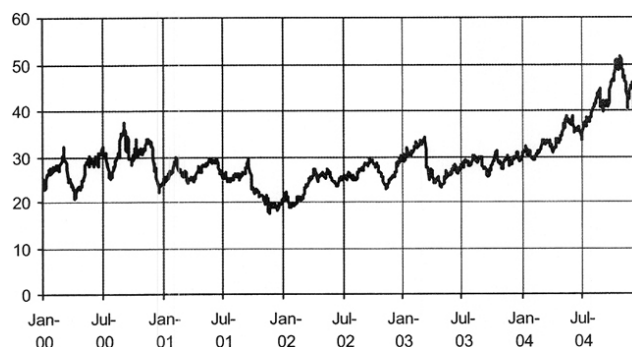
Nos restantes mercados emergentes, a estabilidade foi a tônica dominante, com sinais crescentes de recuperação da actividade. Na América Latina, o crescimento do PIB terá sido de 4,6%, o que permitiu uma melhoria significativa ao nível das contas públicas, reduzindo os riscos associados a estes mercados. O défice orçamental conjunto da região terá sido inferior a 1% do PIB, face aos 2% do ano anterior. Essa evolução reflectiu-se na estabilidade dos *spreads* de crédito ao longo de todo o ano de 2004.

O preço do petróleo proporcionou uma das surpresas em 2004. A tendência ao longo de todo o ano foi de subida acentuada dos preços, devido à conjugação de um forte crescimento da procura (sobretudo da China, que foi responsável por dois terços do acréscimo da procura) e a receios vários de perturbações na produção, seja porque a OPEP estava a produzir próximo da plena capacidade, seja pelo receio de atentados terroristas no Iraque. A acumulação de *stocks* de crude no final do ano permitiu um alívio das pressões e subsequente redução do preço.

Comparando este choque com os outros dois, de 1974 e de 1980, resultam duas diferenças significativas. Por um lado, apesar do máximo

em termos nominais, em termos reais o preço esteve aquém do verificado em 1980, ou mesmo em 1991, aquando da Guerra do Golfo.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril



Fonte. — Bloomberg.

Por outro lado, o facto de a subida do preço do petróleo ter resultado de um forte crescimento da procura, e não de uma redução da oferta, resultou num menor impacto para o crescimento económico global.

Economia da UEM

A zona euro registou um ritmo de crescimento bastante satisfatório no primeiro semestre do ano, com taxas de crescimento acima da respectiva tendência de longo prazo. O crescimento foi liderado pelo sector exportador, que beneficiou claramente do maior dinamismo da economia mundial. O consumo privado revelou algum dinamismo, mas

inferior ao que seria expectável nesta fase do ciclo económico, com a confiança dos consumidores negativamente afectada por expectativas de inflação e receios quanto às reformas estruturais em curso, sobretudo no mercado de trabalho.

No segundo semestre, o crescimento perdeu dinamismo, sobretudo devido ao sector exportador, que reagiu não só à apreciação do euro ocorrida no primeiro trimestre, como também ao abrandamento económico dos EUA, na sequência da subida do preço do petróleo. Esta fase de quase estagnação prolongou-se até ao final do ano, deixando em risco as perspectivas de crescimento para 2005.

A política económica continuou a ter uma margem reduzida para suportar a recuperação da actividade. O incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento continua a pressionar a política orçamental, tendo levado o Conselho Europeu a propor uma revisão do Pacto, para aumentar a sua flexibilidade em fases de crescimento abaixo do potencial. O Banco Central Europeu manteve inalterada a taxa de referência, no mínimo histórico de 2%.

A inflação permaneceu acima do limite de 2%, uma vez mais devido a factores extraordinários, tais como o aumento de alguns impostos indirectos e preços administrados. A inflação subjacente, que exclui as componentes mais voláteis, como a alimentação e energia, permaneceu igualmente estável, em torno de 1,9%, apesar de uma situação de moderação salarial e da ausência de efeitos de contágio da subida dos preços do petróleo.

Economia da UEM

	PIB		Inflação	
	2003	2004 (a)	2003	2004 (a)
UEM	0,6	2,1	2,1	2,1
Alemanha	-0,1	1,9	1,0	1,7
França	0,5	2,4	2,2	2,3
Itália	0,3	1,3	2,8	2,3
Espanha	2,5	2,6	3,1	3,1

Fonte. — CE, Outubro de 2004.

(a) Estimativa.

Economia portuguesa

A evolução da economia portuguesa, em 2004, replicou em larga medida o comportamento da economia europeia. O primeiro semestre do ano caracterizou-se por uma rápida recuperação da procura interna, sobretudo do consumo e investimento privados. Esta tendência resultou, em larga medida, da realização de eventos vários de grande importância, em particular do campeonato europeu de futebol.

Por outro lado, assistiu-se a uma recuperação do investimento, o que ocorreu pela primeira vez desde 2002. Esta melhoria, que se estendeu ao longo de todo o ano, foi mais acentuada ao nível do investimento em máquinas e equipamentos, o que revelará a reestruturação em curso no sector de bens transaccionáveis.

No segundo semestre, e uma vez mais replicando a evolução da economia europeia, assistiu-se a um abrandamento da actividade, sobretudo das exportações. A desaceleração da economia europeia, que absorve 80% das exportações portuguesas, a perda de competitividade devido à apreciação do euro e a incerteza relacionada com a subida do preço do petróleo terão explicado esta evolução.

Adicionalmente, as importações cresceram muito rapidamente, ultrapassando inclusive a evolução que seria esperada com base na evolução da procura interna. Esta situação prenuncia alguns riscos, nomeadamente de perda de competitividade da produção nacional no mercado interno. Em resultado, o défice externo, em 2004, inverteu a tendência dos dois anos anteriores, voltando a ampliar-se até 5% do PIB.

Indicadores sobre Portugal

	2000	2001	2002	2003	2004 (a)
PIB	3,4	1,7	0,4	-1,2	1,1
Consumo privado	2,9	1,2	1,1	-0,5	2,2
Consumo público	4,1	3,3	2,3	-0,4	0,8
Investimento	2,4	1,2	-5,1	-9,7	3,0

	2000	2001	2002	2003	2004 (a)
Exportações	7,8	1,4	2,0	4,0	6,2
Importações	5,5	1,1	-0,2	-0,9	7,7
Inflação média	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4
Desemprego	3,9	4,1	5,1	6,3	6,5
Défice público (percentagem do PIB)	-2,8	-4,4	-2,7	-2,8	-2,9
Dívida pública (percentagem do PIB)	53,3	55,8	58,4	60,3	60,8
BTC (percentagem do PIB)	-8,9	-8,9	-5,7	-3,6	-5,4

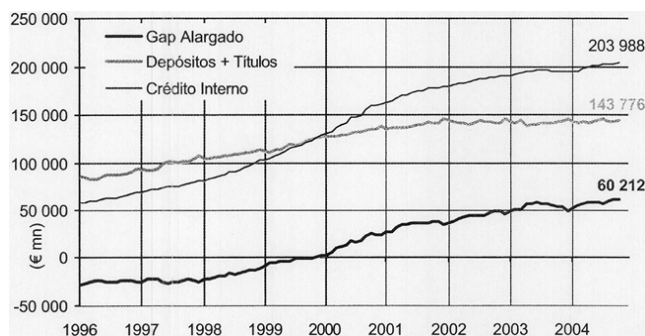
Fonte. — INE, Ministério das Finanças, Banco de Portugal, BSNP.

(a) Estimativa.

A condução da política orçamental esteve, pelo terceiro ano consecutivo, subordinada à necessidade de cumprir o limite de 3% do PIB para o défice orçamental. Apesar de um comportamento em linha com o esperado, ao nível da receita, a despesa revelou novamente um crescimento mais acentuado. Desta forma, foi novamente necessário recorrer a fontes de receita extraordinária, com a inclusão, na Caixa Geral de Aposentações, dos fundos de pensões de várias empresas de capitais públicos, com destaque para o da Caixa Geral de Depósitos.

A inflação continuou a tendência de desaceleração, caindo para 2,4%, em média, face aos 3,3% do ano anterior. A subida do preço dos combustíveis não se transmitiu às restantes classes de bens, onde a tendência foi de alguma estabilidade. Destaque para a desaceleração dos preços da alimentação, e também da educação. Os aumentos dos preços dos serviços mantiveram-se globalmente estáveis, em torno de 3,8%, em linha com a estabilização dos aumentos salariais, abaixo de 3%. O diferencial da taxa de inflação com a zona euro continuou a reduzir-se, para 0,3 p.p., face a 1,2 p.p. em 2003

Mercado bancário e gap de liquidez



Nota. — Valores do crédito não ajustados das operações de titularização.

Fonte. — Banco de Portugal.

A recuperação da actividade permitiu uma estabilização do crescimento dos agregados monetários, com particular destaque para o crédito bancário, após o abrandamento do ano anterior. A taxa de crescimento do crédito hipotecário estabilizou, mas ainda acima de 10%. O crédito ao consumo, após uma contracção em 2002 e 2003 começou a recuperar em 2004, em linha com a melhoria ao nível do consumo privado. O crescimento do crédito às empresas estabilizou igualmente, em torno de 5%. Ao nível dos recursos, houve uma alteração da sua composição, com uma redução dos depósitos (sobretudo à ordem), em favor de fundos de investimento e obrigações de retalho, mas o crescimento global dos recursos ficou, de novo, aquém do crescimento do crédito.

O gap de liquidez do sistema bancário registou um novo alargamento, para 60 000 milhões de euros (uma deterioração de 12 000 milhões de euros, face a 2003). No entanto, uma vez mais, os bancos reduziram o recurso ao endividamento externo para financiar o gap de liquidez.

Os bancos procuraram igualmente formas adicionais de financiamento, em detrimento do endividamento externo. A emissão de títulos voltou a surgir como a fonte privilegiada de recursos, juntamente com a titularização do crédito, que em 2004 atingiu um saldo vivo superior a 12 000 milhões de euros.

Mercados cambiais

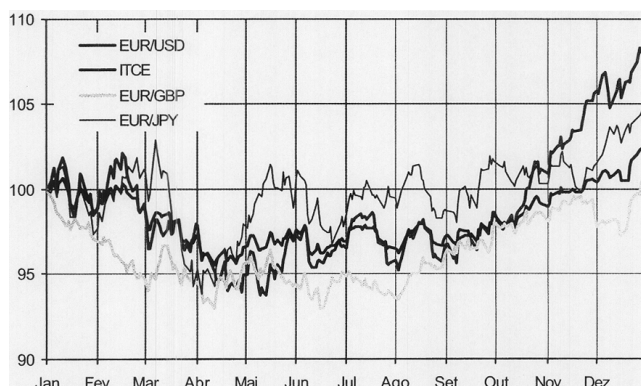
O elevado défice externo dos EUA, que em 2004 atingiu novos máximos históricos, continuou a ser a principal determinante dos mercados cambiais. Prosseguindo o movimento iniciado no final de 2003 o euro iniciou o ano de 2004 com uma tendência de apreciação face ao dólar. Em Fevereiro, atingiu um máximo de 1,29 dólares, levando o Banco Central Europeu a assumir um discurso mais agressivo e a ameaçar com a possibilidade de intervenção nos mercados.

Posteriormente, no 2.º trimestre, a economia americana começou a divulgar dados mais favoráveis relativos ao mercado de emprego, assim afastando os receios quanto à sustentabilidade da retoma da economia, o que, associado ao início do ciclo de subida das taxas de referência pela Reserva Federal dos EUA, se reflectiu numa apreciação generalizada do dólar.

No 2.º semestre, a fase de abrandamento da economia americana e a subida do preço do petróleo colocaram de novo uma pressão adicional para a depreciação do dólar, juntamente com vários comentários de alguns membros da Reserva Federal. O euro partiria, assim, de níveis em torno de 1,20 dólares em Setembro, até um máximo histórico de 1,366 dólares em Dezembro.

Contudo, a fase de depreciação do dólar no final do ano foi mais generalizada entre moedas, estendendo-se também ao iene e à libra esterlina. Por este motivo, a apreciação do euro, em termos de taxa de câmbio efectiva (que agrega as principais taxas de câmbio relevantes para o comércio externo da zona euro) concretizou-se de forma menos acentuada do que tinha ocorrido em 2003. No conjunto do ano, o euro apreciou-se 3,9%, em termos efectivos (10% em 2003) e 12% face ao dólar (20% em 2003).

Evolução das principais taxas de câmbio (Dezembro de 2003 = 100)



Fonte. — BCE.

Mercados monetários

A Reserva Federal dos EUA, em 2004, deu início ao processo de normalização da política monetária.

Após os sinais de recuperação do mercado de trabalho, bem como da dissipação dos riscos de deflação, em Junho a autoridade monetária norte-americana subiu a taxa dos *fed funds* em 25 p.b., para 1,25%. Até ao final do ano, mais quatro subidas foram adoptadas, conduzindo a principal taxa de referência para 2,25%.

Este processo, contudo, acomodou unicamente a aceleração da inflação, com a taxa de juro real a manter-se inalterada, em torno de zero.

Na Europa, as expectativas de actuação por parte do Banco Central Europeu foram alvo de várias revisões ao longo do ano, em função dos desenvolvimentos económicos e cambiais.

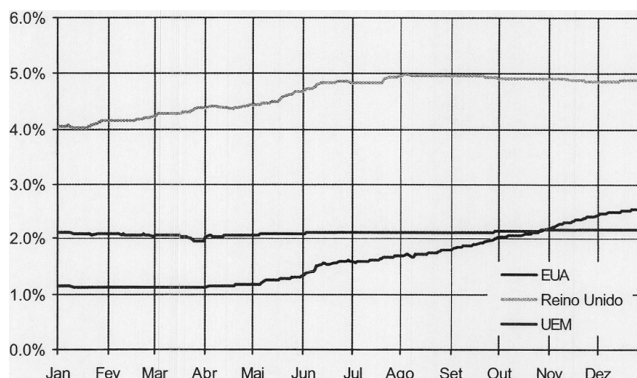
A apreciação do euro, em Março, alimentou expectativas de um corte das taxas de referência, sendo que a correcção cambial daria lugar a expectativas, em meados do ano, de subida das taxas ainda em 2004.

Posteriormente, o cenário de início do ciclo de subida seria progressivamente adiado, com expectativas, no final de 2004, de que o BCE apenas subisse as taxas de referência no segundo semestre de 2005.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra deu continuidade ao ciclo de subida iniciado em 2003, aumentando a principal taxa de cedência de fundos em mais 100 p.b., para 4,75%.

Os sinais de estabilização e, posteriormente, de abrandamento da actividade permitiram parar o processo, com os mercados financeiros a começarem a descontar que em 2005 o Banco de Inglaterra deverá dar início ao ciclo de descida.

Taxas de juro de curto prazo (três meses)



Fonte. — Reuters.

Mercados obrigacionistas

Apesar da consolidação da retoma da actividade económica, do início do ciclo de subida das taxas de referência nos EUA e da aceleração da inflação, as taxas de juro de longo prazo terminaram 2004 muito próximo dos mínimos do ano, sobretudo na Europa.

No 1.º trimestre do ano, as taxas de juro de longo prazo aproximaram-se dos níveis mínimos históricos verificados em 2003, na sequência de dados menos favoráveis nos EUA, a que acresceu a depreciação do dólar.

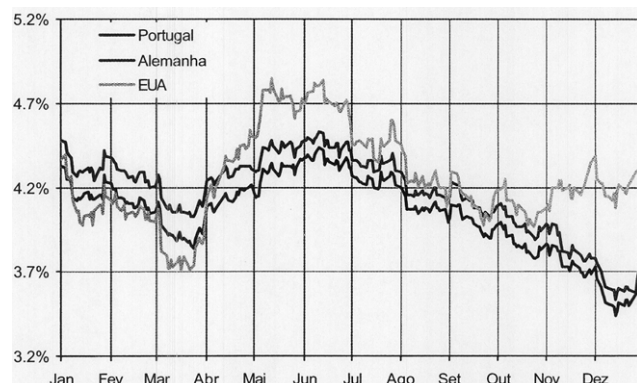
A forte intervenção cambial desenvolvida pelos bancos centrais asiáticos, com destaque para o Banco do Japão, em montantes sem precedentes, foi aplicada em dívida pública norte-americana, o que pressionou, em baixa, as respectivas taxas de juro.

Já no final do primeiro semestre, as expectativas de subida das taxas de referência pela reserva federal conduziram a taxa de juro para a maturidade dos 10 anos para níveis em torno de 5%. As taxas europeias seguiram esta tendência, embora de forma menos acentuada, reflectindo as condições económicas mais débeis.

No final do 3.º trimestre, as taxas de juro de longo prazo aproximaram-se, de novo, dos mínimos, na sequência de sinais de abrandamento económico nos EUA (que resultaram da subida do preço do petróleo), e de novas expectativas de intervenção pelos bancos centrais asiáticos.

No quarto trimestre, houve uma quebra da relação entre as taxas europeias e norte-americanas, com o consequente alargamento do diferencial entre ambas as taxas de juro. Os fracos dados económicos na zona euro e as expectativas de ausência de pressões inflacionistas, por um lado, e de mais lenta subida das taxas de referência, por outro, justificaram a queda das taxas europeias para níveis próximos dos verificados em Junho de 2003, quando existiam efectivamente alguns riscos de deflação.

Taxa de juro 10 anos



Fonte. — BSN Portugal, Reuters.

Mercados accionistas

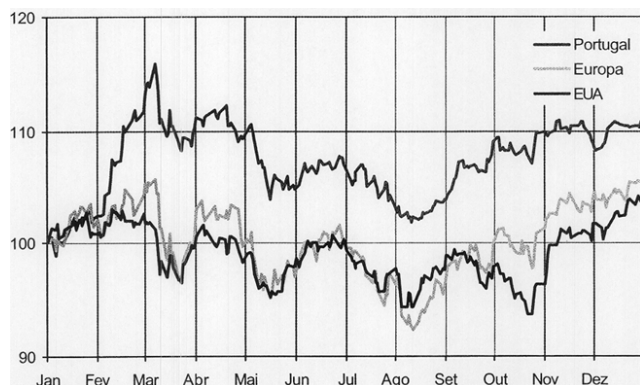
Os mercados accionistas, em 2004, registaram uma evolução globalmente positiva, embora diferenciada, quer em termos de regiões geográficas, quer de período considerado. Assim, destaca-se pela positiva o comportamento dos mercados no segundo semestre de 2004, sendo que o mercado português evoluiu favoravelmente logo a partir do início do ano.

Os mercados internacionais, no primeiro semestre, caracterizaram-se por uma quase estabilidade face aos níveis do início do ano, apesar dos sinais progressivos de recuperação da actividade económica global e da divulgação de resultados positivos pelas principais empresas cotadas. A deterioração da situação político-militar no Iraque, no final do primeiro trimestre, aumentou a aversão ao risco dos investidores. Também a antecipação do início do ciclo de subida das taxas de referência afectou negativamente os mercados accionistas.

No segundo semestre, a recuperação foi mais clara, mas já mais próximo do final do ano, a descida dos preços do petróleo, e a reeleição do presidente George W. Bush para um novo mandato, nos EUA, foram entendidas como propiciadoras de um clima mais favorável para o sector empresarial.

As bolsas europeias tiveram um comportamento mais favorável do que as norte-americanas, em parte por não ter havido efeitos de transmissão do período pré-eleitoral dos EUA à Europa.

Mercados accionistas (Dezembro de 2003 = 100)



Fonte. — Reuters; Euronext Lisbon.

O mercado accionista português teve um primeiro semestre bastante forte, a que não foi alheio um maior interesse de investidores não-residentes, algo patente num forte crescimento dos volumes transaccionados em bolsa.

A Bolsa de Lisboa beneficiou da conjugação de dois factores. Por um lado, a recuperação da actividade, após a recessão de 2002-2003 e, por outro, a maior visibilidade que Portugal teve com a realização do campeonato europeu de futebol.

A nível sectorial, o sector de media e telecomunicações teve um comportamento bastante positivo, tendo mesmo ocorrido a primeira oferta pública de venda em vários anos.

O forte crescimento das receitas publicitárias teve um impacto positivo no sector.

Áreas de negócio

Particulares e negócios

A estratégia seguida em 2004 baseou-se no aumento da fidelização e vinculação da base de clientes existente, potenciando o *cross-selling*, e o seu alargamento através da oferta de produtos de recursos e de crédito inovadores, diferenciados e competitivos. Para a prossecução destes objectivos definiu-se uma estratégia comercial proactiva, com resultados positivos ao nível do volume de negócio e do produto bancário onde se registaram crescimentos de 9%.

Particulares:

A captação de recursos assumiu um papel preponderante na estratégia comercial com a oferta de produtos adaptados para os diferentes perfis de clientes e sua apetência para o risco. O crescimento dos recursos suportou-se sobretudo nos fundos de investimento e seguros de capitalização, que em 2004 e no seu conjunto registaram um acréscimo de 13%.

As campanhas lançadas ao longo do ano contribuíram de forma decisiva para a dinamização dos recursos. No início do ano foram lançadas três novas modalidades de contas ordenado: a Super Conta Ordenado, a versão base da solução ordenado; a Super Conta Ordenado Serviço Total, destinada a clientes mais transaccionais, e a Super Conta Ordenado Premium, para clientes de prestígio. Esta campanha incluía um contributo, por cada conta nova aberta, para a operação nutrição da AMI.

Ainda no 1.º semestre lançaram-se os certificados de poupança, um produto com prazo de cinco anos, com remuneração por escalões marginais de montante, taxas de juro muito atractivas e prémios de permanência crescentes. Ao longo de 2004 foram captados aproximadamente 630 milhões de euros nestes recursos.

Nos meses de Verão foram lançados produtos específicos para o segmento Emigrante, privilegiando-se as aplicações em euros, dólares norte-americanos e dólares canadianos, com remuneração fixa a taxas crescentes e capital garantido.

Com a aproximação do final do ano, foram lançados dois novos planos de poupança reforma/educação sob a forma de seguros, destinados especificamente a clientes com idade igual ou superior a 50 e 55 anos: os PPR/E Super 50 Garantido e Super 55 Garantido, com prazos de 10 e 5 anos, respectivamente, e remuneração fixa garantida.

São de salientar também as duas campanhas de produtos com benefícios fiscais lançadas nos 2.º e 4.º trimestres, mediante a oferta de condições especiais de subscrição e a possibilidade de constituição de uma aplicação a prazo com taxa preferencial. Na campanha do último trimestre foi disponibilizado aos clientes subscritores de produtos fiscais uma aplicação a prazo com uma taxa de juro de 5%, com subscrição exclusiva no NetB@nco e Banca Telefónica.

Adicionalmente, foram também lançados, durante os primeiros meses do ano, diversas emissões da Caderneta Aforro 6%, um produto com taxas de remuneração crescentes, com pagamento da totalidade dos juros no vencimento e com possibilidade de mobilização antecipada. Destacam-se também os depósitos a prazo Premium, dirigidos a clientes com elevado saldo de recursos.

Proseguindo o objectivo da oferta inovadora e diferenciada foi lançado o Mundinvest, um fundo especial de investimento composto por cinco cabazes de cinco acções, representativo de grandes empresas sedeadas ou com interesses financeiros em cada um dos cinco continentes. Este fundo, com remuneração mínima prevista e capital garantido, proporcionou a captação de 100 milhões de euros.

No 1.º semestre do exercício foram lançados os fundos de gestão dinâmica: Fundos MultiProtecção Dinâmico e MultiEquilíbrio Dinâmico. Estes fundos destacam-se dos restantes pela sua forma inovadora, flexível e gestão dinâmica, que se adapta à conjuntura do mercado por não estar dependente de limites e classes de activos pré-definidos. Os seus gestores têm liberdade para procurar, a cada momento, independentemente das condições de mercado, os melhores activos, sempre com o objectivo de alcançar os melhores resultados para os subscritores do fundo.

A dinamização de recursos contou ainda com diversas emissões de produtos estruturados e seguros de capitalização, que o Grupo disponibiliza permanentemente. O rendimento crescente, um seguro de capitalização a longo prazo, permite aos seus investidores alcançar uma remuneração anual bastante atractiva, mediante um reduzido risco da aplicação.

Em 2004, o crédito hipotecário registou um acréscimo de 13,5% tendo contribuído com 80% para a variação do total de crédito, que se cifrou em 13,3%. A consolidação do crescimento do crédito hipotecário foi alcançada através do lançamento de novas campanhas e produtos comercialmente agressivos, da uniformização e optimização do processo operativo e do grande empenho da rede comercial no acompanhamento dos nossos clientes.

Os produtos lançados durante o ano potenciaram o excelente posicionamento a nível de inovação e competitividade face à concorrência. O esforço efectuado contribuiu definitivamente para o reforço da imagem do Santander Totta como especialistas em crédito habitação e para o aumento da quota de produção, que se encontra acima da nossa quota natural.

Das várias campanhas e produtos lançados assumiram especial relevância:

Oferta Super Simpática — produto que alia, em simultâneo, cheques oferta, *spread* competitivo, financiamento até 100% da avaliação, vantagens adicionais para jovens e suporte dos custos de transferência de outras instituições de crédito;

Crédito Premium — produto de taxa variável, destinado a clientes que pretendem pagar uma prestação mais reduzida durante todo o período do empréstimo, e amortizar parte do capital no final do financiamento;

Crédito Habitação Emigrante — Crédito à Habitação especialmente desenhado para dar resposta às necessidades específicas deste segmento.

A estratégia seguida no crédito pessoal centrou-se no lançamento de campanhas assentes em produtos com condições diferenciadoras e competitivas. Nesta linha de produtos destaca-se a campanha de crédito pessoal, com crédito aprovado por telefone, e o crédito material escolar, ligado ao regresso às aulas.

Em relação às ofertas de crédito pré-concedido, deu-se continuidade à oferta do Pré-concedido Permanente e do Crédito Renovação, produtos assentes em rigorosos critérios de apreciação de risco, e que contribuíram para o incremento da carteira de crédito ao consumo.

A estratégia de diversificação de produtos no âmbito do crédito automóvel materializou-se com o lançamento de duas campanhas automóvel. A primeira, lançada em Abril, contou com a parceria de duas reconhecidas marcas automóveis que disponibilizam ligeiros de passageiros para o segmento particulares e comerciais ligeiros para o segmento negócios. A campanha foi de novo lançada em Dezembro, oferecendo um novo modelo automóvel no mercado de uma marca de prestígio.

Na área de cartões e com vista a solidificar o conceito do Santander Totta como emissor dos melhores produtos no mercado português, o ano de 2004 destacou-se essencialmente pela implementação de várias acções, com o objectivo de garantir e expandir o negócio, tendo sido desenvolvidas diversas campanhas sazonais orientadas para a dinamização das diferentes fases de utilização de cartões. Foram, igualmente, privilegiadas a Internet e o *call center*, como canais complementares de dinamização de cada uma destas fases.

O cartão Light, cartão de crédito inovador e único no mercado, quer pelo seu *design*, quer pelas suas características, foi o produto estrela que, alvo de diversas acções desenvolvidas em parceria com várias entidades externas, designadamente uma prestigiada cadeia de hotéis, apresentou resultados muito positivos, no que respeita ao aumento das transacções realizadas com os cartões, nomeadamente o incremento de 12% no número de cartões.

A colocação de produtos não financeiros continuou a ser uma forte aposta, tendo o Santander Totta comercializado diversos produtos associados a marcas de prestígio, com impacto no crescimento da carteira de crédito ao consumo e ao nível das comissões. Destacam-se o Crédito Multimedia, com a comercialização de um conjunto de equipamentos multimédia de última geração e elevada qualidade, o Crédito Imagem Digital, assente na venda de câmaras de vídeo e de fotografia digitais, o Crédito Login, com a venda de computadores e a venda de faqueiros em aço inoxidável laminado a prata fina.

Negócios:

A estratégia adoptada centrou-se na criação de soluções inovadoras, no reforço dos níveis de vinculação e no alargamento da base de clientes, o que se traduziu num crescimento de 10% da actividade nesta área.

Para os resultados obtidos contribuiu um conjunto de iniciativas de que é exemplo o lançamento da Super Conta Negócios, que proporciona a gestão automática de tesouraria e da Super Conta Corrente Negócios, uma conta corrente com garantia real que possibilita a todo o momento o máximo de liquidez.

Merece ainda destaque a Conta Empresário, conta à ordem dirigida ao dono do negócio e sem obrigatoriedade de domiciliação de ordenado, que oferece a possibilidade ao Cliente de dispor de uma gestão personalizada das suas disponibilidades financeiras.

No 1.º semestre do ano lançou-se a campanha apareça e cresça que teve como principal objectivo o reforço do posicionamento da marca Totta como *player* no segmento negócios, através da comunicação dos produtos e soluções customizadas para segmentos. No 2.º semestre é de salientar a Campanha TPA Móvel, que permitiu o aumento da base de clientes e o incremento dos níveis de *cross-selling*.

Neste segmento de negócio, foram lançadas, no 2.º semestre de 2004, duas campanhas promocionais de POS, fixos e móveis, que permitiram, não só um incremento significativo do número de POS contratados mensalmente, como uma subida da quota de mercado, que atingiu 10,7% em Novembro, representando um acréscimo de 2 p.p. face a Dezembro de 2003. Estas campanhas possibilitaram ainda a consolidação da quota de mercado no segmento dos POS móveis que alcançou os 19,8%, representando quase o dobro da quota global de POS, bem como da quota natural do Santander Totta.

Durante o ano, foram ainda celebrados acordos de cooperação com diversas associações que, por desempenharem um papel fundamental no sector onde actuam, proporcionam uma oportunidade de dinamização de alguns segmentos específicos de mercado como são exemplo a restauração, o comércio e serviços, a justiça, entre outros. Salienta-se também a renovação do acordo com a Associação Nacional de

Farmácias que permitiu o reforço da liderança do Santander Totta no sector das farmácias.

Private banking:

A carteira de recursos do *private banking* do Santander Totta cresceu, em 2004, cerca de 29% em fundos de investimento e 75% em produtos de seguros de capitalização e planos de poupança a médio prazo, com um aumento sustentado do número de clientes, o que potenciou um significativo contributo para o crescimento de recursos das redes Santander e Totta.

O ano de 2004, pautado por algumas turbulências nos mercados financeiros, levou a uma adaptação constante das ofertas de investimento, de modo a conjugar as melhores oportunidades para os clientes. O lançamento de produtos de capital garantido, tais como oportunidade crescente e investimento Premium 5%, os produtos de seguros de capitalização, a gestão de carteiras com perfis de gestão tradicional e de gestão alternativa, e os fundos imobiliários foram algumas das opções de investimento com grande receptividade e que potenciaram alternativas interessantes aos depósitos a prazo.

Promotores e mediadores:

A iniciativa que levou à criação e desenvolvimento dos projectos de promotores externos e de mediadores imobiliários visou sobretudo alargar a base de clientes do Grupo através da implementação de canais complementares à tradicional rede de balcões, sempre em estreita articulação com as redes de particulares e negócios.

A área de mediadores, especialmente vocacionada para o produto de Crédito Habitação, propõe-se direccionar para o Grupo operações de crédito veiculadas por sociedades de mediação imobiliária com as quais são estabelecidos protocolos de angariação.

A rede de promotores tem como objectivo fomentar a captação de novos clientes através da oferta de uma gama diversificada de produtos de retalho, com o recurso a uma estrutura de custos fixos aligeirada e com um nível de investimento reduzido.

É de registar o apreciável contributo deste canal para a consecução dos objectivos das redes de particulares e negócios, consubstanciado no incremento do volume de negócios, com especial destaque para a angariação e produção de Crédito Habitação. O impulso dado pelo canal como suporte à concretização do grau de realização dos objectivos é também patenteado pelas crescentes taxas de penetração verificadas, tanto em termos de incremento como em relação ao número de clientes captados e fidelizados.

Quanto aos objectivos específicos do canal, constata-se um comportamento globalmente muito positivo no negócio, registando-se neste exercício uma taxa de crescimento superior a 40% quando comparado com o período homólogo.

Rede de distribuição:

A fusão das Marcas Totta e Crédito Predial traduziu-se num novo modelo organizativo da estrutura da rede comercial de particulares e negócios, adoptando-se uma organização geográfica dos balcões em substituição da anterior organização por marcas.

Concluiu-se a definição do modelo funcional e operativo dos balcões com diferenciação das funções entre *front-office*, *middle-office* e *back-office*, modelo este que será implementado em 2005.

Em paralelo, continuou-se o processo de expansão da rede de balcões, com a abertura de 21 novos balcões e reformulação de 71 com o novo *layout*, mais moderno, focado no atendimento do cliente e na conveniência dos serviços. De salientar também a abertura de 19 quiosques universitários, em 2004.

No seguimento da conveniência dos serviços implementaram-se 246 novos equipamentos de SelfBanking, com novas funcionalidades, atingindo-se assim um total de 168 balcões com serviços alargados de SelfBanking e exigindo-se um relevante esforço de migração de transaccionalidade para estes canais.

Empresas

O ano de 2004 foi um ano de consolidação da actividade da rede de empresas como área comercial transversal às redes comerciais do Santander Totta.

O ano não foi favorável ao aumento do investimento por parte das empresas, devido à envolvente macroeconómica. No entanto, e mesmo tendo em conta este cenário, a rede de empresas fechou o ano com uma *performance* positiva, conseguindo controlar e diminuir os rácios de crédito vencido e sustentar uma subida dos volumes de negócio e de crédito vivo.

Considerando o sucesso, do ponto de vista do nível de satisfação dos nossos clientes empresas, que foram as aberturas de sucursais de empresa, no decorrer de 2004 foi aberta mais uma sucursal na Rua do Ouro, em Lisboa.

Deu-se ainda continuidade à estratégia de comunicação e dinamização, mediante o desenvolvimento de um conjunto de produtos e serviços específicos para clientes empresa, apostando claramente na colocação de produtos de carácter inovador, com rendibilidades que se revelaram alternativas de investimento muito interessantes.

Com o objectivo de melhorar a resposta às necessidades das empresas portuguesas com negócios com o exterior, nomeadamente na gestão em segurança das suas cobranças e pagamentos internacionais, desenvolveu-se um conjunto de actividades, com vista à dinamização desta linha de negócio, incluindo a integração de novas funcionalidades operacionais de estrangeiro na plataforma de banca electrónica de empresas (NetBanco Empresas) e o alargamento da oferta dos produtos IBOS nos balcões e banca electrónica.

Também se verificou a adesão plena aos vários sistemas de pagamentos da EBA (European Banking Association), melhorando a qualidade e eficiência dos serviços.

Fomento à construção

Dada a especificidade desta área de negócio, foi decidido criar a Direcção de Coordenação de Fomento à Construção com âmbito nacional e transversal a todas as redes do Banco, apoiando-as na gestão comercial e operacional dos clientes e acrescentando a *expertise* que as operações exigem.

Após um período de forte expansão assistiu-se, nos últimos anos, a alguma redução na promoção imobiliária de projectos para habitação, em especial nas zonas periféricas das grandes cidades.

O 2.º semestre de 2004 deu alguns sinais de possível inversão da tendência anterior com o surgimento de novos projectos de dimensão significativa.

Canais complementares

NetB@nco:

O ano de 2004 foi, claramente, um ano de inovação e forte crescimento dos canais Internet. Foi concluído, no início do ano, o lançamento de uma plataforma totalmente nova para particulares, o Netb@nco Particulares, com um conjunto significativo de novas funcionalidades. O crescimento do número de utilizadores do Netb@nco Particulares foi superior a 40%, tendo-se atingido uma quota de mercado ao nível da quota natural do Santander Totta. Ao longo do ano foram sendo disponibilizadas novas funcionalidades, que permitiram reforçar a qualidade da oferta, sendo de destacar a negociação em bolsas estrangeiras e a parametrização de beneficiários frequentes nas transferências. No segmento de empresas verificou-se também o lançamento de um grande número de novas funcionalidades, sendo as mais importantes o pedido de adesão *on-line* de perfis e regras de utilização pelo cliente, os lotes de transferências internacionais e a visualização da imagem de cheques. Neste canal registou-se um acréscimo de cerca de 80% no número de utilizadores.

Call center:

O exercício em análise caracterizou-se fundamentalmente por um aumento significativo de subscritores da Banca Telefónica (+ 25%) e pelo desenvolvimento de um grande número de novas funcionalidades, no atendimento personalizado, mas sobretudo no atendimento automático: títulos, consulta empréstimos, alertas, transferências programadas, pagamentos especiais.

A utilização por parte dos clientes do atendimento automatizado (IVR) teve também um crescimento assinalável, para o que terá contribuído certamente o facto de se oferecer um preçário mais diferenciado na maioria das operações.

Esta *performance* permitiu ao Santander Totta assegurar uma quota de mercado de utilizadores de banca telefónica, superior à sua quota natural.

Em termos de campanhas foi um ano de intensa actividade, através da participação do *call center* nas principais campanhas do Grupo e da intensificação na utilização do *call blending* como forma de reduzir significativamente o custo por chamada.

Por último, é importante referir que 2004 foi também um ano de grande foco na melhoria de processos internos, com o objectivo de aperfeiçoar a qualidade de serviço a clientes e simultaneamente de reduzir os custos da operação.

Selfbanking:

Em 2004 verificou-se um grande aumento do parque de ATMs, baseado sobretudo nas instalações junto de clientes, o que permitiu

que o Santander Totta atingisse uma quota de mercado de 12,4% em número de equipamentos.

Foi também consolidado o projecto de equipamentos de rede interna, assente em equipamentos de dispensação e depósito inteligente de cheques, depósito inteligente de notas e impressão de extractos. No final do ano o Santander Totta disponibilizava já aos seus clientes 210 destes equipamentos, sendo a terceira maior rede em número de máquinas instaladas em Portugal.

De referir ainda o projecto de migração de transacções para este canal, que passa em grande medida pela demonstração aos clientes da forma de utilização e vantagens destes novos equipamentos, assim como pela aplicação de um preçário diferenciado face às operações realizadas ao balcão.

Grandes empresas

O ano de 2004 caracterizou-se, no segmento de grandes empresas, por uma crescente procura, por parte da generalidade dos clientes, de instrumentos de financiamento de longo prazo e com diversificação das fontes de investidores. Privilegiaram-se, assim, emissões de MTN, EuroBonds e de Empréstimos Sindicados Internacionais. Simultaneamente, os principais Grupos económicos nacionais restringiram as suas políticas de investimento, apostando em políticas de redução de custos e de redução de endividamento líquido.

Com a nova legislação sobre programas de papel comercial cresceu significativamente o número de empresas que passaram a recorrer a este instrumento de crédito como meio de financiamento.

Neste contexto, o Santander Totta conseguiu manter os níveis de crédito concedido (titulado ou não), bem como de recursos captados. Continuou-se também a apoiar o esforço de expansão e crescimento internacional da nossa base de clientes, nomeadamente em Espanha e na América Latina.

Ainda em 2004, manteve-se um foco importante no aumento do *cross-selling* entre banca comercial e banca de investimento, através da originação de negócios de fusões e aquisições, de financiamento estruturado, de mercado de capitais (dívida) e de operações de tesouraria (coberturas).

Actividade internacional

Após a reorganização levada a cabo no ano de 2003, a direcção internacional focou-se em implementar o modelo de seguimento comercial adoptado, quer a nível dos escritórios de representação, quer a nível das sucursais, orientado para a captação de recursos junto da comunidade portuguesa no exterior.

Foram liquidadas ou vendidas diversas sociedades, sem negócio de clientes, no exterior, prosseguindo a estratégia de foco na actividade comercial. Foram ainda alienadas as participações no Banco Standard Totta de Moçambique, ao Stanbic Africa Holdings, e no Banco Totta de Cabo Verde, S. A., à SEPI.

Durante o ano de 2004 confirmou-se a estabilização das variáveis macro-económicas que suportam a evolução financeira do Banco Totta de Angola, tendo-se registado uma desvalorização cambial acumulada de 11% do Kuanza contra o USD (34% em 2003) e uma inflação acumulada de 31% (77% em 2003).

O Banco Totta de Angola registou uma evolução muito satisfatória da sua actividade, tendo atingido um resultado líquido de 10,4 milhões de dólares, um crescimento de 10% relativamente ao ano de 2003. O foco estratégico foi na área de empresas nomeadamente na satisfação das respectivas necessidades transaccionais e de aplicações, tendo sido possível atingir um volume de negócios global (depósitos+crédito) de 164 milhões de dólares o que representa um crescimento de 12% em comparação com o período homólogo do ano anterior. Dentro da política de prudência do Grupo foram seguidos rigorosos critérios de dação de crédito e seguimento, mantendo-se um elevado *ratio* de cobertura (160%).

O Banco Totta de Angola alcançou um retorno dos capitais próprios superior a 32% e um *ratio* de eficiência de 27%.

Áreas de suporte ao negócio

Recursos humanos

No que diz respeito à estratégia de recursos humanos, o ano de 2004 foi caracterizado por um foco nas seguintes acções:

Gestão do quadro de pessoal numa óptica integrada e consonante com os objectivos estratégicos definidos pelo Santander Totta;

Formação e desenvolvimento dos colaboradores do Grupo no sentido de deterem as competências exigidas pelo negócio;

Assegurar as políticas salariais em vigor, com enfoque para a matriz de mérito como mecanismo de suporte à revisão salarial e promoções de 2004;

Desenvolver políticas que contribuam para um clima de satisfação.

A gestão integrada do quadro de pessoal visou, em estreita articulação com as diferentes áreas do Santander Totta, a identificação, análise e gestão das necessidades organizacionais de recursos humanos face às políticas, programas e acções projectadas para a concretização dos objectivos estabelecidos para o ano em curso, tendo sido prosseguida a estratégia de eficiência e requalificação do quadro. O número total de colaboradores reduziu-se em 252 (excluindo Moçambique) e, em termos de qualificação, a percentagem de colaboradores com curso superior subiu de 30,6% em 2003 para 32% em 2004 e a idade média desceu de 37,7 em 2003 para 37,6 em Dezembro de 2004.

Foram ministradas mais de 258 000 horas de formação (+ 12% do que em 2003) e 20 530 assistências registadas, e que ilustram o trabalho de desenvolvimento de competências e melhoria da qualidade de serviço. Em termos globais realizaram-se 1714 acções de formação nas quais participaram 82% dos colaboradores do Santander Totta, centradas no apoio à implementação de projectos estratégicos e no desenvolvimento de grandes áreas de competências, das quais se realçam atendimento e qualidade de serviço, técnicas de venda, liderança e gestão de equipas, produtos e serviços comerciais, finanças, riscos e aspectos legais.

De forma complementar, desenvolveram-se 175 estágios profissionais destinados a jovens, provenientes de cursos superiores e profissionalizantes.

Relativamente à política salarial, no decorrer de 2004 foi aplicada a Matriz de Mérito como instrumento de base do reconhecimento e realizados ajustes nos sistemas de incentivos, no sentido de os tornar mais motivadores e impulsionadores de bons desempenhos. A atribuição da componente variável no pacote total da remuneração tem crescido de forma transversal a todas as áreas e independentemente das funções, alinhada com a política de objectivos do Santander Totta, tendo esta, entre 2001 e 2004, crescido 30%.

O reforço das verbas para crédito à habitação à taxa ACTV, a aplicação de uma taxa melhorada para filhos de colaboradores no acesso ao crédito e uma linha de crédito para material informático a taxa zero foram as iniciativas com que o Santander Totta assinalou o Ano Internacional da Família. Estas iniciativas, associadas à criação do núcleo de voluntariado, foram a materialização da intenção de contribuir para um clima interno de satisfação.

É de realçar ainda a criação do gabinete de apoio ao colaborador, que tem representado uma porta de contacto de todos os colaboradores com a área de recursos humanos, com um nível de serviço conseguido, de responder a todas as solicitações colocadas (9770 em 2004) em 48 horas.

Tecnologia e sistemas

A área de tecnologia e sistemas desenvolveu em 2004 um conjunto de projectos estruturais que sustentam o alinhamento eficiente das tecnologias de informação com as necessidades de negócio.

Destacam-se nas áreas de desenvolvimento de *software* a conclusão do projecto Sintra (sinergias transversais), o qual vem dotar o Santander Totta com uma plataforma aplicacional única, multi-empresa e multi-marca, a nível dos dados, processos e aplicativos de balcão e a disponibilização aos balcões das redes de um importante conjunto de melhorias operativas que proporcionaram uma maior eficiência dos processos administrativos e, concomitantemente, uma maior focalização no atendimento aos clientes.

Na área de infra-estruturas salientam-se a implementação de nova arquitectura Windows 2003/XP nos serviços centrais e balcões, acompanhada da reformulação do parque de *hardware*, a conclusão da reestruturação da infra-estrutura de comunicações, estendendo aos balcões a solução já implementada em 2003 nos serviços centrais, com assinalável melhoria da qualidade do serviço prestado ao cliente, disponibilização de novas funcionalidades e um novo modelo de custos, e a reformulação total do centro de processamento de dados com tecnologia de última geração, proporcionando o aumento de capacidade e rapidez de resposta em termos globais de processamento, assente numa nova e moderna arquitectura.

Destacam-se ainda a conclusão do projecto de alargamento da rede de *self-banking* através da instalação de MDRs (máquinas de depósito rápido) e quiosques multimédia, a implementação do sistema Blanca II, passo determinante para o reforço da eficiência no combate ao branqueamento de capitais, e a contínua webização de processos, abrangendo um número crescente de aplicações partilhadas via intranet e extranet, com realce para as aplicações de recursos humanos (trabalho

suplementar e caixa eventual), e para a automatização dos processos de avaliação do crédito hipotecário.

Em parceria com a ISBAN Espanha, foi constituída uma empresa — a ISBANP — dedicada ao desenvolvimento de soluções informáticas para o sector bancário, criando-se assim um centro de competências único no país para a área de *core banking software*. A ISBANP aliará às valências desenvolvidas pelo Santander Totta o *know-how* e a capacidade de investigação e desenvolvimento existente no Grupo Santander, através do ISBAN.

Auditoria

A principal missão deste órgão consiste em verificar o cumprimento, a eficácia e a eficiência dos sistemas de controlo interno, assim como a fiabilidade e qualidade da informação contabilística, do crédito concedido e dos negócios desenvolvidos.

A auditoria interna está orientada à criação de valor, elaborando relatórios de forma imparcial e objectiva com o objectivo de apoiar a gestão das próprias unidades. Conta com equipas especializadas em controlo de riscos operativos, de riscos de crédito e de riscos financeiros, cujas actividades são desenvolvidas em todas as redes comerciais, serviços centrais e sociedades do Grupo nacionais e estrangeiras.

No âmbito das suas funções e responsabilidades, a auditoria interna efectuou durante o ano de 2004 revisões à qualidade dos riscos de crédito, às demonstrações financeiras do banco e das sociedades do Grupo, a diversos serviços centrais com maior risco operativo, e às redes comerciais, tendo para tal visitado mais de 25% dos balcões do Santander Totta.

Qualidade

Em 2004 foi obtida a renovação da certificação ISO 9001:2000 dando assim continuidade ao sistema implementado e à metodologia subjacente de seguimento, avaliação e melhoria contínua. Foram efectuadas cerca de 800 horas de auditorias internas e externas pela APCER.

No âmbito do projecto de qualidade foi implementado no 1.º trimestre de 2004 o Plano Simpatia. Este plano englobava um importante programa de formação, medições prévias e semanais de seguimento (níveis de satisfação de clientes e qualidade de serviço prestado), plano de incentivos específico e divulgação sistematizada de resultados. Este plano possibilitou um importante incremento dos níveis de satisfação de clientes, bem como melhorias comprovadas nos níveis de serviço prestado, tendo sido realizadas no total do ano mais de 100 000 inquéritos e 4000 visitas.

Adicionalmente, integrado nos processos de melhoria contínua, foram introduzidas importantes melhorias ao nível da aplicação de reclamações que se traduziram numa melhoria dos tempos de resposta.

Foi ainda implementado um processo de medição de níveis de serviço dos processos chave do Santander Totta (barómetro de qualidade), possibilitando a respectiva apresentação e seguimento.

Em resultado destas actuações, efectuadas em conjunto com as diversas áreas do Banco, obtiveram-se ganhos de eficiência ao nível dos processos, e melhorias dos níveis de serviço, quer interno, quer prestado a clientes.

Desempenho económico-financeiro

Banco Santander Totta — Contas Consolidadas Proforma

Introdução:

No ano 2004 foi dada continuidade ao processo de reorganização do Grupo em Portugal, culminado com a fusão dos bancos comerciais ocorrida no final do ano, a meados de Dezembro. Com efeito, o Banco Totta & Açores, S. A., (BTA), na qualidade de sociedade dominante do Grupo, que integrava entre outras as sociedades Crédito Predial Português, S. A. (CPP) e Banco Santander Portugal, SA (BSP) procedeu a uma cisão por destaque das participações financeiras maioritárias a concentrar, para constituir uma nova sociedade, cujo objecto social consiste na gestão de participações sociais denominada Santander Totta — SGPS, S. A. Uma vez libertado dessas participações o BTA foi, conjuntamente com o BSP, incorporado (fusão por incorporação) no CPP (sociedade incorporante), remanescendo um único banco comercial, passando a designar-se como Banco Santander Totta, S. A. (BST, S. A.).

Na medida em que a operação de cisão/fusão ocorreu no dia 16 de Dezembro de 2004, apenas se considerou o resultado dos 15 dias restantes das sociedades incorporadas, sendo o remanescente incorporado na reserva de fusão do novo BST, S. A. Em consequência dessa fusão o

BST, S. A., adquiriu um conjunto de sociedades, que eram participadas pelo BTA e BSP, para as quais, ao elaborar-se o processo de consolidação, foram igualmente apenas considerados os últimos 15 dias do ano de resultado.

Desta forma foi necessário elaborar um proforma dos estados financeiros referentes a 2004 (valores não auditados), para permitir a análise desse exercício.

No entanto, em anexo figuram os estados financeiros oficiais do BST, S. A.

Os pressupostos estabelecidos nesse proforma foram:

A inclusão dos resultados do exercício de 2004 das sociedades incorporadas pela fusão, retirando-os da reserva de fusão;

A inclusão dos resultados do exercício de 2004 para as restantes sociedades, que eram detidas pelas anteriores.

A reestruturação societária levou a que, para efeitos de comparabilidade dos elementos financeiros, fosse elaborado igualmente um proforma dos elementos referentes a 2003 (valores não auditados), para permitir uma análise financeira das contas em termos homogêneos.

Os pressupostos estabelecidos nesse proforma consistiram basicamente na agregação dos elementos referentes ao exercício de 2003 dos três bancos comerciais, replicando-se o ajuste de cisão/fusão.

Como se pode observar infra, na análise proforma, e apesar das condições conjunturais ainda desfavoráveis, o Banco Santander Totta, S. A. (BST) conseguiu, durante o exercício de 2004, manter um sólido equilíbrio económico-financeiro.

Como se pode constatar pela conta de resultados abaixo, este desempenho é explicado, para além da evolução dos proveitos, pela manutenção de elevados padrões de solidez financeira, assim como pela racionalização dos custos e pela gestão do risco.

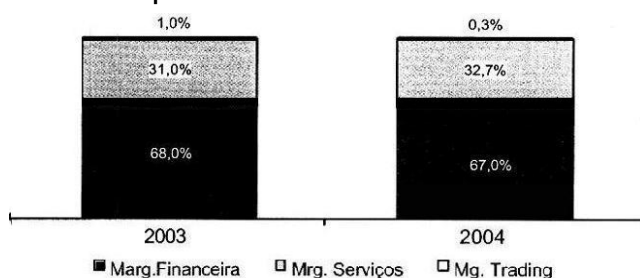
Demonstração de resultados (proforma)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira sobre rentabilidade de títulos	551,5	528,3	+ 4,4
Rendimento de títulos	31,3	30,3	+ 3,3
Margem financeira	582,8	558,6	+ 4,3
Comissões recebidas e outros proveitos	325,7	300,1	+ 8,5
Comissões pagas + outros impostos + outros custos	(41,6)	(45,0)	— 7,5
Margem de serviços	284,1	255,1	+ 11,4
Margem de <i>trading</i>	2,7	8,3	— 67,4
Produto bancário	869,7	821,9	+ 5,8
Custos de transformação	(385,4)	(381,7)	+ 1,0
Custos com pessoal	(248,6)	(248,7)	—
Outros gastos administrativos	(136,8)	(133,1)	+ 2,8
Amortizações	(58,5)	(54,3)	+ 7,6
Resultado de exploração	425,8	385,9	+ 10,3
Provisões e outros resultados	(126,9)	(143,3)	— 11,4
Resultado empresas associadas	2,3	2,2	+ 2,8
Resultados antes de imposto	298,9	242,6	+ 23,2
Imposto	(44,3)	(31,1)	+ 42,3
Interesses minoritários de APSV	(16,9)	(20,5)	— 17,5
Resultados após imposto e IMAPSV	237,7	191,0	+ 24,4
Interesses minoritários	(0,2)	(2,6)	— 93,0
Resultado líquido consolidado	237,6	188,4	+ 26,1
Resultado líquido por acção (euros)	0,40	0,32	+ 26,1

O resultado líquido consolidado evoluiu favoravelmente face ao ano anterior, crescendo 26,1%, atingindo 237,6 milhões de euros, em Dezembro de 2004, tendo o resultado por acção (EPS), no valor de 40,3 centimos de euro, subido na mesma proporção. O resultado antes de impostos e interesses minoritários aumentou 23,2%, cifrando-se em 298,9 milhões de euros (242,6 milhões de euros em Dezembro de 2003). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu 18%, superior à rentabilidade de 16,7% obtida no ano anterior.

Estrutura do produto bancário



A margem financeira (considerando rendimento de títulos) cresceu 4,3% ascendendo a 582,8 milhões de euros em 2004 (558,6 milhões de euros em 2003), reflectindo o comportamento favorável dos volumes, nomeadamente do crédito hipotecário e do crédito ao consumo.

A margem financeira estrita registou um crescimento de 4,4%, tendo os dividendos recebidos crescido 1 milhão de euros (+ 3,3%).

A margem de serviços e outros proveitos terminou o ano de 2004 com 284,1 milhões de euros, um crescimento de 11,4% justificado pelo comportamento favorável registado ao nível das comissões.

Os produtos de desintermediação financeira, tais como fundos de investimento (+ 22%) e seguros (+ 28%), contribuíram positivamente para a evolução das comissões, as quais aumentaram em termos líquidos cerca de 15,5%, sendo ainda de destacar o crescimento obtido com as comissões de crédito hipotecário (+ 34%).

Os resultados de *trading* ascenderam a 2,7 milhões de euros, o que compara com os 8,3 milhões de euros registados em 2003, estando esta redução maioritariamente relacionada com a evolução geral registada nos mercados, bem como pela estratégia definida para o Grupo, no sentido da redução da exposição a riscos de mercado. Desta forma estes proveitos com carácter mais volátil e com maior risco, continuam a perder peso na composição do produto bancário.

A conjugação da progressão em 5,8% do produto bancário com o aumento dos custos de funcionamento em 1% permitiu que o *ratio* de eficiência evoluísse favoravelmente de 46,4% para 44,3%, melhorando 2,1 pontos percentuais.

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Varição (percent.)
Custos com o pessoal	248,6	248,7	(-)
Gastos gerais	136,8	133,1	2,8
Custos de funcionamento	385,4	381,7	1,0
Amortizações	58,5	54,3	7,6
Custos de estrutura	443,9	436,1	1,8
<i>Ratio</i> de eficiência (percentagem)	44,3	46,4	(a) — 2,1
Custos de estrutura/produto bancário (percentagem)	51,0	53,1	(a) — 2,1

(a) Pontos percentuais.

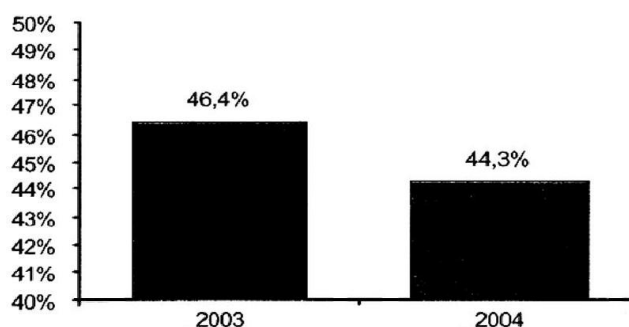
Os custos com o pessoal estão em linha com o ano anterior, apesar do impacto da actualização da tabela salarial de 2,7%, e tem implícito a continuação da política de rejuvenescimento, racionalização e valorização do quadro de pessoal.

Os gastos gerais cresceram 2,8% relativamente a 2003, explicado pela inflação assim como pela abertura de 21 balcões, pelo investimento em publicidade e pelo investimento em sistemas que possibilitaram a fusão operativa dos bancos.

No entanto continuou a seguir-se a linha dos últimos anos no sentido do estrito controlo e racionamento dos custos, salientando-se as reduções em rendas (- 2,5%), comunicações (- 14,4%) e informática (- 16,3%).

Quanto à produtividade, o crédito e recursos por empregado e por balcão consolidam a sua tendência positiva, como consequência do aumento dos volumes e do resultado líquido, redução do quadro de pessoal e aumento do número de balcões.

Ratio de eficiência



(Em milhões de euros)

	2004	2003	Varição (percent.)
Empregados por posto de atendimento	9,3	10,2	- 9
Créditos por empregados	3,6	3,2	+ 13
Captação por empregados	4,7	4,2	+ 13
Créditos por ponto de atendimento (a)	33,2	32,5	+ 2
Captação por ponto de atendimento (a)	43,5	42,5	+ 2
Resultado líquido por acção (euros)	0,4	0,3	+ 26
Resultado líquido por empregado (b)	38,2	27,6	+ 39
Resultado líquido por ponto de atendimento (b)	354,6	281,7	+ 26

(a) Inclui agências (em Portugal e no exterior), centros empresa, postos de câmbio, agências automáticas, sucursais e escritórios de representação.

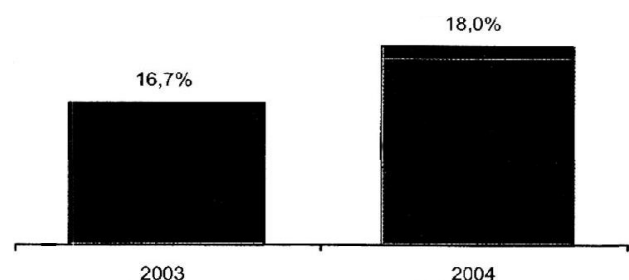
(b) Em milhares de euros.

O resultado das empresas associadas ascendeu a 2,3 milhões de euros o que representa um crescimento de 2,8% face ao registado em 2003, e diz respeito aos resultados da Totta Crédito Especializado, IFIC, os quais consolidam apenas numa percentagem de 16,1%.

Tendo em conta a prudente e criteriosa gestão do risco por parte do Grupo, foi possível reduzir as provisões em 27,7%, para 99,5 milhões de euros, tendo a cobertura para crédito vencido, incluindo o securitizado, ascendido a 182,1% (+ 194,8% para o crédito vencido a mais de 90 dias).

A evolução positiva dos resultados que foram obtidos durante o ano de 2004 permitiu um crescimento de 1,4 p.p do ROE, o qual ascende a 18%.

ROE



Balanco (proforma)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Varição (percent.)
Disponibilidades em bancos centrais e crédito sobre instituições de crédito	3 217	4 807	- 33,1
Crédito líquido	13 975	16 515	- 15,4
Crédito líquido (incluindo securitização)	20 734	20 207	+ 2,6
Carteira de títulos	13 821	9 040	+ 52,9
Participações financeiras	90	85	+ 6,4
Imobilizado	459	427	+ 7,5
Outros activos	1 240	1 380	- 10,1
<i>Total do activo</i>	32 803	32 254	+ 1,7

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Recursos de instituições de crédito	6 758	6 171	+ 9,5
Recursos de clientes em balanço	22 600	22 579	+ 0,1
Provisões diversas e outros passivos	903	1 090	— 17,2
Passivos subordinados	778	865	— 10,1
Capitais próprios	1 559	1 318	+ 18,3
Interesses minoritários	205	230	— 11,0
Grau de transformação de depósitos em crédito (percentagem)	61,8	73,1	(a) — 11,3

(a) Pontos percentuais.

O activo líquido proforma do Banco Santander Totta, no final de Dezembro de 2004, ascendeu a 32,8 mil milhões de euros, representando um crescimento de 1,7% face ao ano 2003. O volume de negócios (crédito líquido, incluindo crédito securitizado e papel comercial, garantias e recursos de clientes) atingiu 52,5 mil milhões de euros, crescendo 3,4% relativamente ao período homólogo.

O crédito bruto total sobre clientes proforma (com securitização), atingiu 21,2 mil milhões de euros (crédito líquido de 20,7 mil milhões de euros) no final de 2004, registando um acréscimo de 2,9% (2,6%) relativamente ao período homólogo do ano anterior.

De salientar que os bancos comerciais angariaram operações de crédito especializado para os seus clientes que cresceram 11% em 2004, cujo valor se reflectiu no activo da Totta IFIC.

Durante o corrente ano, fruto das alterações do respectivo enquadramento fiscal, assistiu-se a um recurso forte pelas empresas ao financiamento em papel comercial que cresceu cerca de 76%.

Incorporando estes dois efeitos, o financiamento a clientes, líquido, subiu 4,8%.

Para o crescimento da carteira de crédito foi crítica a evolução do crédito à habitação, produto fundamental para a fidelização de clientes, o qual (incluindo crédito securitizado) registou um crescimento de cerca de 12,8%.

Ainda na banca de particulares, é de salientar a evolução do crédito ao consumo, que registou um incremento de 19,9%. De notar também o forte incremento no crédito a negócios que cresce no ano cerca de 15%, em resultado de um foco nesse segmento durante o ano.

A actividade creditícia desenvolveu-se positivamente ao longo de todo o ano, e à semelhança dos anos anteriores, com base na aplicação de uma política de controlo de risco no Grupo assente na criteriosa selectividade de segmentos de mercado e numa cuidadosa análise dos activos tomados. O peso do crédito vencido (+ 90 dias) sobre o crédito total (incluindo crédito securitizado), apesar do desfavorável enquadramento económico, diminuiu 0,3 p.p., para 1,4% (1,7% em Dezembro de 2003), enquanto a cobertura do crédito vencido (+ de 90 dias), incluindo securitizado, por provisões passou para 194,8% (152% em 2003).

(Em percentagem)

	2004	2003	Variação (percent.)
Crédito vencido sobre clientes/crédito total (inc. securitização)	1,5	1,8	(a) — 0,3
Crédito vencido + 90 dias /crédito total (inc. Securitização)	1,4	1,7	(a) — 0,3
Crédito com Incumprimento (b)/crédito total (inc. Securitização)	1,4	1,8	—
Cobertura de crédito vencido	172,9	141,0	(a) + 31,9
Cobertura de crédito vencido (incluindo securitizado)	182,1	145,9	(a) + 36,2
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias	184,6	146,8	(a) + 37,9
Cobertura de crédito vencido a + 90 dias (incluindo securitizado)	194,8	152,0	(a) + 42,8
Cobertura de crédito em incumprimento (b)	180,5	142,6	(a) + 37,9
Cobertura de crédito em incumprimento (incluindo securitizado) (b)	190,5	147,7	(a) + 42,8

(a) Pontos percentuais.

(b) Crédito vencido + 90 dias + cobrança duvidosa.

O *ratio* de crédito em incumprimento, corrigido do efeito da securitização (de acordo com o critério estabelecido na instrução 16/2004 do Banco de Portugal, que para além do crédito vencido há mais de 90 dias considera o crédito de cobrança duvidosa tratado como vencido para efeitos de provisionamento), era de 1,4% no final de Dezembro de 2004 e a respectiva cobertura ascendia a 190,5%.

A carteira de títulos e participações financeiras ascendia em 2004 a 13 911 milhões de euros, valor muito acima do registado em igual período do ano homólogo (9125 milhões de euros).

Este crescimento deveu-se em grande medida à inclusão, na carteira das obrigações, do valor global de 3,4 mil milhões de euros, resultantes da operação de securitização de crédito hipotecário realizada em Dezembro.

Os recursos totais subiram 2,5%, atingindo os 29,1 mil milhões de euros. Na sequência da estratégia seguida nos últimos anos, e de forma a privilegiar a rentabilidade para os clientes, o peso dos recursos fora do balanço, incluindo seguros de capitalização e fundos, tem vindo a acentuar-se, contribuindo decisivamente para o aumento dos recursos totais.

Gestão de risco

Risco de crédito

O exercício de 2004 constituiu o primeiro ano de funcionamento da nova organização da área de riscos, estudada, planeada e definida no âmbito do Plano+50, mantendo-se o normal funcionamento do modelo unificado de gestão de riscos de crédito do Grupo Santander.

A actividade da área de riscos teve como vectores principais:

Aproximar as áreas de riscos e as áreas comerciais, de modo a ajudar o crescimento do volume de negócios bem como o controlo da morosidade, destacando-se neste particular as reuniões de orientação de negócio e o sistema de pré-classificações para empresas;

Reforçar a aplicação do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;

Potenciar a utilização de mais e melhores sistemas de tomada de decisão dos riscos standardizados;

Aumentar a intervenção ao nível da gestão e seguimento, tanto através do sistema de vigilância especial, como pela adopção de ferramentas informáticas de seguimento que produzam alertas por produto, cliente ou unidade orgânica.

Na prática, a aplicação destas orientações significou algumas mudanças em termos de:

Integração de analistas de riscos e das unidades de análise de empresas nas respectivas direcções comerciais;

Definição de um departamento de riscos imobiliários, que passou a integrar o gabinete de serviços técnicos como entidade responsável por todo o processo de avaliação imobiliária, tanto nas operações de crédito hipotecário como de fomento à construção;

Criação da direcção de coordenação de riscos standardizados;

Consolidação da estrutura de pessoal afecto a gestão e seguimento.

A gestão dos riscos de crédito no Grupo refere-se à identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e à sua rentabilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

O processo de gestão dos riscos de crédito adapta-se ao segmento do cliente ao longo das sucessivas fases do ciclo do crédito: admissão, gestão e seguimento e recuperação.

O modelo baseia-se na aplicação do princípio de tratamento único a cada cliente, independentemente da rede ou redes comerciais com que o mesmo opere.

Este princípio de igual tratamento a cada cliente é todavia diferenciado em função das características do cliente e do produto. Basicamente, o modelo de risco do grupo da banca comercial faz uma distinção entre: tratamento dos riscos personalizado e de gestão global (médias e grandes empresas); e tratamento dos riscos standardizados (pequenas empresas, negócios e particulares).

Os clientes mais importantes e geridos globalmente estão distribuídos por carteiras, que são assignadas a analistas de riscos que, de forma activa e contínua, acompanham as posições dos clientes. Estes analistas estão agrupados em UAE — Unidades de Análise de Empresas.

Os riscos standardizados são geridos, ao longo do ciclo de admissão, seguimento e recuperação, com o forte apoio de sistemas de tomada de decisão e ferramentas informatizadas, com emissão atempada de sinais de alerta. As unidades especializadas que tratam destes riscos são designadas de UDO — Unidade de Decisão de Operações.

Dentro deste modelo, os poderes para tomar decisões em matéria de riscos são delegados, em primeiro lugar, em comissões centrais de crédito (conselho superior de crédito e comissão de crédito da área de riscos) e, em seguida, a nível regional em comissões de crédito regionais (norte e sul), que contam sempre com a participação dos responsáveis das áreas de negócio para chegar a decisões conjuntas e partilhadas.

Cada uma das comissões de crédito regionais tem sob a sua dependência as unidades de análise de empresas e as unidades de decisão de operações, com excepção das provenientes da banca corporativa e de grandes empresas, que têm a sua própria unidade de análise.

A gestão e o seguimento do crédito a empresas são suportados por um sistema de vigilância especial, que determina a política a ser seguida com os clientes ou grupos. Este sistema, baseado na detecção de sinais de alerta, na revisão de *ratings* ou nos relatórios de auditoria interna, identifica diferentes graus de vigilância especial. Estes, por seu turno, estabelecem as medidas a adoptar para cada cliente, e reduzem os poderes delegados nos casos de maior preocupação.

Ao longo do ano, intensificou-se a implantação de processos automatizados de selecção e admissão de riscos standardizados em clientes particulares e em produtos tipificados. Esta actuação foi conseguida através da introdução e do desenvolvimento de diversos sistemas de *scoring* aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito.

Por outro lado, continuaram os trabalhos de implementação do modelo de Basileia II, tendo-se desenvolvido as ferramentas de admissão para todos os segmentos de risco da carteira. Em concreto, foi finalizado o processo de integração de admissão de empresas no sistema mágico e também calibrados os *scorings* de hipotecário e de consumo.

O exercício de 2005 consolidará numa óptica de continuidade os objectivos e os métodos previstos para a Área de Riscos no contexto do Plano +50, destacando-se a utilização da ferramenta GSI — Gestão de Situações Irregulares, para medição e controlo da morosidade de gestão, o alargamento do âmbito de aplicação de tecnologia de *scoring* ao segmento de particulares e negócios e o aperfeiçoamento da ligação e apoio às áreas comerciais.

Risco de crédito contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, derivado da possibilidade de incumprimento pela contraparte dos termos acordados, conduzindo à ocorrência de perdas financeiras. Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra a venda de títulos, *repos* sobre títulos, empréstimo de títulos e instrumentos derivados.

O risco de contraparte é apurado por duas áreas especializadas (operações de tesouraria/mercados financeiros e *trade finance*/operações de comércio externo), sendo que o controlo dos riscos consolidados é efectuado pela área adstrita a operações de tesouraria/mercados financeiros.

Os riscos de contraparte incorridos em operações de tesouraria estão integrados no âmbito do comité de riscos, composto pela alta direcção do Santander Totta (administradores e responsáveis das áreas de negócio e de controlo).

O controlo de riscos é levado a cabo através de um sistema integrado que permite o registo de limites aprovados e a actualização de posições em tempo real, e providencia a informação de disponibilidade de limites/exposição agregada, também em tempo real, para diferentes produtos e maturidades e consolidando os dados de todo o Grupo.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, spreads de crédito, preços de títulos de capital, metais preciosos e mercadorias.

Os principais tipos de riscos de mercado a que o Santander Totta se encontra sujeito são os riscos de taxa de juro (carteiras próprias, gestão de liquidez e posições estruturais), o risco cambial (carteiras próprias, posições estruturais e participações em divisas que não o euro) e o risco de preço do mercado accionista (carteiras próprias).

De acordo com os princípios básicos da gestão e controlo do risco de mercado existe uma estrutura dual composta pelo comité de riscos e comité ALCO, que envolve activamente a gestão de topo nos processos de análise, gestão e controlo de todos os níveis e tipos de risco de mercado inerentes à actividade do Santander Totta.

O âmbito de actuação do comité de riscos, composto pela alta direcção do Santander Totta (administradores e responsáveis das áreas de negócio e de controlo), compreende dois vectores fundamentais:

Definição e emissão de linhas gerais de orientação para a alocação de capital;

Análise dinâmica e permanente das diversas exposições abertas e do cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos.

No que respeita ao controlo de riscos de mercado para as actividades de negociação conduzidas pelas distintas unidades de negócio, é utilizada uma estrutura de limites quantitativos devidamente hierarquizados por zonas geográficas, entidade jurídica ou áreas de negócio, actividades, carteiras ou estratégias.

Os limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação classificam-se em dois grupos e são estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras;

Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período.

Risco de balanço

A função de gestão e controlo dos riscos globais e integrados do balanço está cometida a um órgão de 1.º nível da estrutura organizacional; as decisões são tomadas em sede do Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo presidente da comissão executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas financeira, tesouraria, comercial, marketing e internacional. O comité reúne mensalmente, sendo analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

A missão do ALM é, para além do controlo dos riscos, a optimização da margem financeira e maximização do valor do balanço, em cumprimento à estratégia superiormente delineada e dos limites aprovados.

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido pelo modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro.

Em linhas gerais, o modelo consiste no agrupamento de activos e passivos sensíveis por datas de repreciação (datas de alteração da taxa de juro) em intervalos fixos de tempo, a partir dos quais se pode estimar a sensibilidade do balanço às variações das taxas de juro. Para cada intervalo calcula-se o total dos fluxos activos e passivos e, por diferença dos mesmos, o *gap* de risco de taxa de juro de cada intervalo. O modelo integra as operações de balanço e fora de balanço, sendo calculado o *gap* de risco de taxa de juro para cada uma das moedas consideradas relevantes para a actividade.

Faça à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2004, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade da margem financeira a níveis baixos, encontrando-se, em termos gerais a 31 de Dezembro de 2004 o balanço imunizado ao risco de taxa de juro (para variações paralelas não esperadas da *yield curve*).

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a cobertura total.

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida em ALCO. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

As decisões sobre política de liquidez são tomadas em ALCO e executadas pela tesouraria, em coordenação com a direcção financeira.

Risco operacional

O Santander Totta tem desenvolvido, desde Janeiro de 2003, um modelo de gestão e controlo de risco operacional que objectiva a gestão directa e activa na totalidade das fases do ciclo operacional, por parte de todas as unidades, mediante a aplicação de procedimentos e controlos definidos para eliminar as fontes de riscos e assim minimizar as perdas que poderiam decorrer das mesmas, utilizando para tal, ferramentas qualitativas e quantitativas de diferentes naturezas.

Durante o ano de 2004 foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Consolidação e evolução do modelo de gestão e controlo do risco operacional, consubstanciado na abordagem organizacional e processual definida;

Análise estatística dos eventos e identificação de perfis de risco e eventuais necessidades de aplicação de medidas mitigadoras;

Identificação dos níveis de risco de cada área ou unidade, dos respectivos níveis de cobertura e da necessidade de aplicação de medidas corretoras;

Identificação e desenvolvimento de medidas preventivas, acções correctoras assim como de controlos viabilizadores da redução do nível de risco;

Elaboração de relatórios internos de análise e seguimento do modelo de gestão e controlo implementado;

Desenvolvimento de uma solução tecnológica integrada com os sistemas aplicativos, objectivando o acréscimo do nível de qualidade e de integridade da informação e a optimização dos meios de produção;

Identificação de indicadores de risco operacional, tendo em vista o acompanhamento periódico da evolução do nível de risco, a geração de alertas para situações graves e o seguimento das medidas corretoras implementadas.

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2004, foi de 49 491 937,33 euros, e o resultado líquido do exercício consolidado, em 2004, e atribuível ao Banco Santander Totta, S. A., foi de 54 671 493 euros.

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — 4 949 193,73 euros para reserva legal;

2 — O remanescente, acrescido de 139 017 356,40 euros e deduzido o montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados, para distribuição de dividendos aos accionistas.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luis Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Prevenção de branqueamento de capitais

Em 2004 a legislação portuguesa aplicável sobre as medidas de prevenção e repressão ao branqueamento de capitais foi alterada, como consequência da transposição da Directiva n.º 2001/97/CE, sendo publicada a Lei n.º 11/2004 de 27 de Março.

Em consequência, o Santander Totta actualizou o normativo interno, em linha com a alteração legislativa referida, com o objectivo de continuar a responder ao compromisso de colaboração com as autoridades e de solidariedade com a sociedade.

Com o propósito de capacitar os colaboradores na identificação e detecção de situações de eventual risco em branqueamento de capitais, durante 2004 o Santander Totta prestou formação corporativa a todos os novos colaboradores, efectuou formação de reforço para os colaboradores chave no sistema de prevenção do Grupo e realizou formação específica para os colaboradores de banca privada e banca de correspondentes.

Com o propósito de melhorar o controlo, sobre o eventual risco das operações, foi desenvolvida uma aplicação informática que permite, de uma forma centralizada, detectar situações típicas de branqueamento de capitais, em linha com o recomendado pela Grupo Wolfsberg no documento Monitoring Screening and Searching.

Na banca privada, mercê das recomendações de conceituados organismos internacionais, GAFI/FATF e Grupo Wolfsberg, foi implementada uma aplicação de controlo e detecção de personalidades públicas relevantes (PEPs), que permite garantir o cumprimento da política de aceitação deste tipo de clientes.

Durante o ano foram efectuadas visitas de revisão às Unidades sediadas no exterior e foi realizado o seguimento do efectivo funcionamento dos sistemas em conformidade com os implantados em Portugal.

Com a finalidade de certificar a integridade e a efectividade do sistema de prevenção e controlo em branqueamento de capitais e verificar o cumprimento das obrigações legais e dos critérios e procedimentos do Grupo, foi realizada em 2004, nova revisão de auditoria, tal como ocorre todos os anos.

Estrutura orgânica por pelouro

SANTANDER TOTTA — ESTRUTURA ORGÂNICA POR PELOURO

António Horta Osório:

Dir. Auditoria Interna:

Dep. Riscos Operativos.

Dep. Riscos de Crédito.

Dep. Riscos Financeiros.

Nuno Manuel Amado:

Dir. Coordenação Particulares e Negócios — Totta Norte:

Dir. Particulares e Negócios — Norte.

Dir. Comercial de Dinamização — Norte.

Dir. Comercial de Apoio ao Negócio — Norte.

Dep. Controlo de Irregulares — Norte.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9.

Dir. Coord. Particulares e Negócios — Totta Sul.

Dir. Particulares e Negócios — Sul.

Dir. Comercial de Dinamização — Sul.

Dir. Comercial de Apoio ao Negócio — Sul.

Dep. Controlo de Irregulares — Sul.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11.

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12.

Responsável da Rede Santander:

Dir. Coord. Particulares e Negócios — Norte:

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2.

Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3.
Dep. Apoio ao Negócio Norte.

Dir. Coord. Particulares e Negócios — Sul:

Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3.
Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4.
Dep. Apoio ao Negócio Sul.

Dir. Coord. Private Banking:

Dir. Com. Private Banking Norte.
Dir. Com. Private Banking Sul.

Dir. Coord. Dinamização e Seguimento de Negócios:

Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Norte.
Dir. Com. Dinamização e Seguimento de Negócios Sul.

Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede:

Dep. Controlo de Gestão.
Dep. Marketing Operacional e Apoio à Rede.
Dep. Gestão e Apoio Comercial.
Dep. Protocolos e Crédito Protocolado.

Projecto Vulcão.
Responsável da rede de empresas:

Dir. Coord. Empresas — Norte:

Dir. Com. Empresas — Porto.
Dir. Com. Empresas — Minho.
Dir. Com. Empresas — Centro.
Sucursal Empresas — Boavista.

Dir. Coord. Empresas — Sul:

Dir. Com. Empresas — Lisboa.
Dir. Com. Empresas — Leiria.
Dir. Com. Empresas — Algarve.
Dir. Com. Empresas — Madeira.
Sucursal Empresas — Conde Valbom.
Sucursal Empresas — Rua do Ouro.

Dir. Coord. Empresas Ibéricas:

Dir. Coord. de Fomento à Construção:

Dir. Com. de Fomento à Construção Norte.
Dir. Com. de Fomento à Construção Sul.

Dir. Clientes Institucionais, Marketing de Empresas e Protocolos:

Dep. Institucionais.
Gab. Marketing Empresas.

Gab. Controlo de Morosidade (Santander).

Eduardo José Stock da Cunha:

Dir. Internacional:

Dep. Instituições Internacionais.
Dep. Gestão e Controlo da Rede.
Dep. Com. de Emigração.

Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários.

Gab. Técnico.
Dir. Comercial BSP Norte.
Dir. Comercial BSP Sul.
Dir. Comercial Totta Norte.
Dir. Comercial Totta Sul.
Dir. Comercial de Mediadores Imobiliários.

Miguel Pereira de Bragança:

Dir. Coord. Orçamento e Controlo de Gestão:
Dep. Orçamento e Controlo Financeiro.

Dir. Coord. Contabilidade:

Gab. Controlo de Gestão Consolidado.
Dep. Consolidação do Grupo.
Dep. Controlo Parametrização e Normas.
Dep. Contabilidade e Prestação de Contas.

Dir. Coord. Financeira:

Gab. Relações c/Institucionais e Investidores.
Dep. Finanças Corporativas.
Dep. Fiscalidade.
Dep. Participações Financeiras.
Dep. Gestão Activos e Passivos.

Dir. Coord. Controlo de Mercados Financeiros:

Dep. Controlo Operacional e Operações — Tesouraria e Banca de Investimento.
Dep. Controlo Financeiro e Contabilidade-Tesouraria e Banca de Investimento.
Dep. Controlo de Riscos de Mercado e Contraparte.
Dep. Controlo Financeiro e Operações-Gestão de Activos.

Dir. Coord. Marketing.
Dir. Coord. Produtos e Serviços:

Dep. de Produtos.

Dir. Banca Transaccional.
Dir. Cartões.
Dep. Estudos e Bases de Dados.
Dep. Planeamento Estratégico.

José Carlos Sítima:

Dir. Coord. da Assessoria Jurídica do Negócio:
Dep. da Assessoria do Negócio.

Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento
Gab. Inspeção
Unid. Prevenção Branqueamento Capitais.

Luís Bento dos Santos:

Dir. Coord. Qualidade:
Gab. Análise Estatística.
Gab. Apoio a Clientes.
Gab. Certificação e Métricas.

Gab. Imagem, Comunicação Externa e Interna.
Gab. Informação e Seguimento.

António Vieira Monteiro:

Responsável da Área de Riscos:

Dir. Coord. Recuperações:

Dep. Casos Especiais e Gestão de Recuperações.
Dep. Gestão de Recuperações Norte.
Dep. Gestão de Recuperações Sul.
Dep. Recuperações Standardizadas.
Gab. Controlo de Gestão.
Gab. Acompanhamento e Controlo Jurídico.

Gab. Gestão Interna de Riscos.
Dir. Coord. Riscos Standardizados:

Dep. Políticas e Procedimentos de Crédito.
Dep. UDO Norte.
Dep. UDO Sul.

Dir. Coord. Admissão:

Dep. Riscos de Empresas.
Dep. Riscos Imobiliários.

Dir. Coord. Gestão e Seguimento:

Dep. Gestão e Seguimento Central.
Dep. Gestão e Seguimento Norte.
Dep. Gestão e Seguimento Sul.

Dir. Rede África (Totta):

Dir. África.

Dir. Cooperação com África.

Dep. Apoio Técnico.

Gab. Universidades.

Conselho Superior de Crédito.

Carlos Amaral de Pinho:

Dir. Coord. Canais Complementares:

Dep. Canal Telefónico.

Dep. Self-Banking.

Dep. NetB@nco.

Dir. Coord. Organização, Optimização de Custos e Logística:

Dep. Organização das Redes e Projectos Especiais.

Dep. Desenvolvimento de Processos.

Dep. Optimização e Controlo de Custos.

Dep. Compras, Comunicações e Transportes.

Dep. Logística.

Dir. Coord. Tecnologias e Sistemas:

Gab. Planeamento e Controlo.

Gab. Projectos Especiais.

Dep. Canais e Arquitectura NET.

Dep. Informação Gestão e Sistemas Distribuídos.

Dep. Desenvolvimento de Negócio.

Dep. Infoestrutura Tecnológica.

Dir. Coord. Imóveis e Segurança:

Gab. Segurança.

Dep. Obras.

Dep. Estudos, Projectos e Património.

Dir. Coord. Operações:

Gab. Assessoria Técnica.

Dep. Estrangeiro e Pagamentos.

Dep. Operacional de Crédito.

Dep. Crédito Hipotecário.

José Manuel Elias da Costa:

Dir. Coord. Grandes Empresas:

Dir. Com. Grandes Empresas 1.

Dir. Com. Grandes Empresas 2.

Dir. Com. Grandes Empresas 3.

Dir. Com. Grandes Empresas 4.

Dir. Coord. Tesouraria, Rendimento Fixo e Derivados:

Dep. Tesouraria.

Dep. Trading.

Dep. Estruturação para não Empresas.

Dep. Mercados Capitais e Estruturação para Empresas.

Dep. Corporate Desk.

Gab. Research.

Dir. Custódia das Redes e Institucional:

Dep. Custódia Internacional.

Dep. Desenvolvimento de Negócio.

Dep. Custódia do Mercado Doméstico.

José Eduardo Bettencourt:

Dir. Coord. Recursos Humanos:

Gab. Informação e Compensação.

Gab. Apoio Desenvolvimento Tecnológico.

Dep. Gestão de Recursos Humanos.

Dep. Formação Desenvolvimento Profissional.

Dep. Administração Recursos Humanos.

Dep. Gestão Recursos Humanos (inclui participadas).

Gab. Presidente Comissão Executiva.

Gab. Relações Públicas e Eventos.

Núcleo de Apoio ao Conselho Administração.

Projecto Tagus.

Funções que os membros do conselho de administração exercem noutras sociedades:

As principais actividades que os membros do conselho de administração do Banco Santander Totta, S. A., desempenham fora das sociedades, significativas em relação à mesma, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente do conselho de administração:

Santander Totta — SGPS, S. A., presidente do conselho de administração.

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., presidente do conselho de administração

Portal Universia Portugal, S. A., vice-presidente do conselho administração.

Socitrel — Santo Tirso, presidente do conselho fiscal.

RAR Holding, presidente da mesa da assembleia geral.

Matias Rodrigues Inciarte, vice-presidente do conselho de administração:

Banco Santander Central Hispano, S. A., vice-presidente terceiro do conselho de administração.

Santander Totta — SGPS, S. A., vice-presidente conselho de administração.

Banco Espanhol de Crédito, S. A., membro do conselho de administração.

Financiera Ponferrada, S. A., membro do conselho de administração.

SCH Seguros e Reseguros, S. A., membro do conselho de administração.

União de Crédito Imobiliário, S. A., presidente do conselho de administração.

Santander Activos Imobiliários, S. A., SGIIC, presidente do conselho de administração.

Operador do Mercado Ibérico de Energia, Pólo Espanhol, S. A., membro do conselho de administração.

Grupo Corporativo Ono, S. A., membro do conselho de administração.

António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente do conselho de administração e presidente da comissão executiva:

Banco Santander Central Hispano (Espanha), director-geral e membro do comité de direcção.

Santander Central Hispano Investment, S. A. (Espanha), administrador.

Abbey National, Plc. (Reino Unido), administrador não executivo.

Santander Totta — SGPS, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Portal Universia Portugal, S. A., vice-presidente conselho de administração e presidente da comissão executiva.

Nuno Manuel da Silva Amado, vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva:

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva.

Banco Santander Negócios Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Foggia — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração.

ISBANP — Engenharia e Software Bancário, S. A., presidente do conselho de administração.

Portal Universia Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e da comissão executiva.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vogal comissão executiva.

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva.

Foggia — SGPS, S. A., presidente do conselho de administração.

Tagagest — Soc. Gestora Particip. Sociais, S. A., presidente do conselho de administração.

SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A., vogal do conselho de administração (eleito no dia 17 de Janeiro de 2005).

António José Sacadura Vieira Monteiro:

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e da comissão executiva.

Portal Universia Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e da comissão executiva.

Banco Totta de Angola, presidente do conselho de administração.

José Manuel Alves Elias da Costa, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Santander Totta — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração e vogal da comissão executiva.

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e vice-presidente da comissão executiva.

Santander — Gestão de Activos, SGPS, S. A., presidente do conselho de administração.

Santander Gestão de Activos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., presidente do conselho de administração.

Modelo Continente — SGPS, S. A., vogal do conselho de administração.

Carlos Manuel Amaral de Pinho, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Central de Compras Ibéricas — Aquanima Madrid, vogal do conselho de administração.

ISBANP — Engenharia e Software Bancário, S. A., vogal do conselho de administração.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., vogal do conselho de administração.

Totta Seguros — Comp. Seguros Vida, S. A., presidente conselho administração.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Banco Santander de Negócios Portugal, S. A., vogal do conselho de administração.

Portal Universia Portugal, S. A., vogal do conselho de administração e da comissão executiva.

José Carlos Brito Sítima, vogal do conselho de administração e da comissão executiva:

Portal Universia Portugal, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Tottaurbe, S. A., presidente do conselho de administração.

José Manuel Archer Galvão Teles, vogal do conselho de administração:

EDP — Energia de Portugal, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Santander Totta — SGPS, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

SONAGI — Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Auchan Portugal — Companhia Portuguesa de Hipermercados, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Pão de Açúcar — Companhia Ibérica de Distribuição, SGPS, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Lisbon Brokers — Sociedade Corretora, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

BIBLOS — SGPS, S. A., presidente da mesa da assembleia geral.

Interlago — Sociedade Internacional de Gestão e Organização de Empresas, S. A., vogal do conselho de administração.

GT4 — Assessoria e Gestão, S. A., vogal do conselho de administração.

Cipreste — Turismo de Habitação, Sociedade Unipessoal, L.da, gerente.

Movimentos de acções e obrigações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a), do artigo 8.º, do regulamento n.º 4/2004 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e

obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2004, foram os seguintes:

Conselho de administração:

Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente:

Detinha em 31 de Dezembro de 2003 as seguintes acções:

133 acções do Banco Santander Portugal;
134 acções do Banco Santander Portugal, cónjuge;
100 acções do Banco Totta & Açores.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 29 de Novembro de 2004 vendeu, fora de Bolsa, 267 acções Banco Santander Portugal, S. A., ao preço unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha as seguintes acções:

142 571 acções Santander Totta — SGPS, S. A. (a);
157 acções Banco Santander Totta, S. A. (a).

(a) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 100 acções do Banco Totta & Açores, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes obrigações:

1500 Obrigações BSP — Santander Crescente;
800 Obrigações BSP Max Desporto;
500 Obrigações BSP — Santander Euro Mais;
800 Obrigações BSP — Santander Rendimento 5;
900 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas II.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 17 de Maio 2004, subscrição de 1240 Obrigações BSP — Investimento 5%, no valor unitário 50 euros;

Em 18 de Junho de 2004, subscrição de 900 Obrigações BSP — Euro Rentabilidade, no valor unitário de 50 euros;

Em 29 de Julho de 2004, subscrição de 500 Obrigações Rendimento Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha as seguintes obrigações:

500 Obrigações BSP — Santander Euro Mais;
800 Obrigações BSP — Santander Rendimento 5;
900 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas II;
900 Obrigações BSP — Euro Rentabilidade;
1240 Obrigações BSP — Investimento 5%
500 Obrigações Rendimento Mundial 2004.

António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

4918 acções do Banco Santander Portugal, S. A.;
1974 acções do Banco Totta & Açores, S. A.;
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 8 de Julho de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 1874 acções Banco Totta & Açores, S. A., no valor unitário de 36 euros;

Em 4 de Novembro de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 4918 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes acções:

157 acções do Banco Santander Totta, S. A. (a)
142 571 acções do Santander Totta, SGPS, S. A. (a)
Duas acções do BSN — Banco Santander de Negócios Portugal, S. A.

(a) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 100 acções do Banco Totta & Açores, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes obrigações:

25 Obrigações Port. CPP 200 Aplicação 9+;
25 Obrigações Port. CPP — Duplinvest;
25 Obrigações BSP — Cx Aplic 9+;
25 Obrigações BSP — CxPSI-20 Rend. Seguro;
25 Obrigações BSP — Super Taxa Gar.Euro;
50 Obrigações BSP — Valor Oriente;
50 Obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II;

50 Obrigações PTE Totta Banca Europeia 2%;
 25 Obrigações PTE Totta Novo Invest. 9+ 3%;
 25 Obrigações Totta Max28 — Cx01/04 3;
 50 Obrigações BTA — Totta Europreço
 250 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
 50 Obrigações Totta Max 4;
 50 Obrigações BTA — Multisatisfação;
 50 Obrigações BTA — Totta Valor Europa;
 100 Obrigações BTA — Totta Cresc. Europa;
 50 Obrigações BTA — Totta Inv. Banca;
 40 Obrigações BTA — Totta Rendimento 5;
 50 Obrigações BTA — Cabaz Diversificação;
 75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas;
 75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II;
 500 Obrigações Totta Cabaz Europa Maio/2005;
 25 000 Obrigações Cabaz Europa Março 2005;
 50 000 Obrigações BTA Eur Stocxx50 Jan 2005.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2004, subscrição de 50 Obrigações BSP — Valor Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros;
 Em 27 de Fevereiro de 2004, subscrição de 50 Obrigações Totta Super 5%, no valor unitário de 50 euros;
 Em 28 de Outubro de 2004, venda fora de Bolsa de 500 Obrigações Totta Cabaz Europa Maio/2005, correspondente a 99,66%;
 Em 2 de Dezembro de 2004, subscrição 1050 unidades Mundinvest — Fundo Especial de Invest., no valor unitário de 5 euros;
 Em 28 de Outubro de 2004, amortização de 25 000 Obrigações Cabaz Europa Março 2005, no valor unitário de 100 euros;
 Em 28 de Outubro de 2004, amortização de 50 000 Obrigações BTA Eur Stocxx 50 Jan 2005, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha:

50 Obrigações BSP — Valor Oriente;
 50 Obrigações BSP — Poup. Super Estrelas II;
 50 Obrigações BSP — Valor Mundial 2004;
 50 Obrigações BTA — Totta Europreço;
 250 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002;
 50 Obrigações BTA — Multisatisfação;
 50 Obrigações BTA — Totta Valor Europa;
 100 Obrigações BTA — Totta Cresc. Europa;
 50 Obrigações BTA — Totta Inv. Banca;
 40 Obrigações BTA — Totta Rendimento 5 Cx. 2003/06;
 Santander Totta — SGPS, Relatório e Contas 2004;
 50 Obrigações BTA — Cabaz Diversificação;
 75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas;
 75 Obrigações BTA — Poup. Super Estrelas II;
 50 Obrigações Totta Super 5%;
 1050 unidades Mundinvest — Fundo Especial de Investimento.

Nuno Manuel Silva Amado, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha 2100 acções do Banco Santander Portugal;
 Durante o ano de 2004, vendeu, fora de Bolsa, 2100 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros;
 Em 31 de Dezembro de 2004, não detinha acções;
 Em 31 de Dezembro de 2003, detinha:

100 Obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 300 Obrigações BSP — Santander Multisatisfação;
 200 Obrigações BSP — Euro Preço;
 200 Obrigações BTA — Totta Euro Preço;
 200 Obrigações BTA Euro Inflação;
 200 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 30 de Janeiro de 2004, subscrição de 200 Obrigações BSP — Valor Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros;
 Em 2 de Dezembro de 2004, subscrição de 2000 unidades Mundinvest — Fundo Especial Invest., no valor unitário de cinco euros.

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha:

100 Obrigações BSP — Santander Euro Valor;
 300 Obrigações BSP — Santander Multisatisfação;
 200 Obrigações BSP — Euro Preço;
 200 Obrigações BTA — Totta Euro Preço;
 200 Obrigações BTA Euro Inflação;
 200 Obrigações BSP — Poupança Super Estrelas;

200 Obrigações BSP — Valor Mundial 2004;
 2000 unidades Mundinvest — Fundo Especial Investimento.

Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha 6053 acções do Banco Santander Totta, S. A. (a).

(a) Na sequência do processo de reorganização global do Grupo trocou 1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A., em 14 de Janeiro de 2005, pelas acções mencionadas.

António José Sacadura Vieira Monteiro, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

467 Obrigações CPP — Crédito Predial Rendimento Imobiliário;
 54 Obrigações CPP — Garantido 6 Anos.

Em 30 de Janeiro de 2004, verificou-se a subscrição de 75 Obrigações CPP — Valor Mundial 2004, no valor unitário de 50 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

467 Obrigações CPP — Crédito Predial Rendimento Imobiliário;
 54 Obrigações CPP — Garantido 6 Anos;
 75 Obrigações CPP — Valor Mundial 2004.

Carlos Manuel Amaral Pinho, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes obrigações:

100 Obrigações PTE Totta Banca Europeia 2%.
 100 Obrigações PTE Totta Novo Invest. 9+ 3%
 100 Obrigações Totta MAX28-01/04 3%.
 100 Obrigações BTA-Totta Euro Preço.
 100 Obrigações BTA-Totta Mundial 2002.
 100 Obrigações Totta Max 4.
 150 Obrigações Totta Multisatisfação.
 75 Obrigações BTA-Totta Real Estate.
 100 Obrigações Totta Valor Europa.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 2 de Dezembro de 2004, subscrição de 1000 Obrigações Mundinvest — Fundo Especial de Invest., no valor unitário de cinco euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha:

100 Obrigações BTA-Totta Euro Preço.
 100 Obrigações BTA-Totta Mundial 2002.
 150 Obrigações Totta Multisatisfação.
 75 Obrigações BTA -Totta Real Estate.
 100 Obrigações Totta Valor Europa.
 1000 Obrigações Mundinvest-Fundo Especial de Investimento.

Eduardo José Stock da Cunha, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha:

1310 acções do Banco Santander Portugal, S. A.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 2 de Novembro de 2004 venda fora de Bolsa de 1310 acções banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros.
 Em 31 de Dezembro de 2004 não detinha acções.

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes obrigações:

10 Obrigações BSP — Cx. Super Taxa Gar.Euro.
 10 Obrigações BSP — Cx. Telecomunicações.
 10 Obrigações BSP — Cx. Plus.
 60 Obrigações BSP — Santander Euro Valor.
 60 Obrigações BSP — Santander Euro Preço.
 30 Obrigações CPP — Crédito Predial Crescente.
 20 Obrigações CPP — Crédito Predial Max 4.
 150 Obrigações CPP — Real Estate.
 25 Obrigações Totta Max 28.
 10 Obrigações Totta Max 4.
 10 Obrigações BTA — Totta Crescente.
 10 Obrigações BTA — Totta Multisatisfação.
 20 Obrigações BTA — Totta Mundial 2002.
 20 Obrigações BTA — Totta Valor Europa.
 20 Obrigações BTA — Totta Crescimento Europa 22.

10 Obrigações BTA-Totta Investimento Banca.
20 Obrigações Totta — Cabaz Diversificação.
200 Obrigações BTA — Cabaz Europa 2005.
50 Obrigações BTA — Poupança Super Estrelas.

Em 31 de Dezembro de 2004, detinha as seguintes obrigações:

60 Obrigações BSP-Santander Euro Valor.
60 Obrigações BSP-Santander Euro Preço.
150 Obrigações CPP — Real Estate.
10 Obrigações BTA-Totta Crescente.
10 Obrigações BTA-Totta Multisatisfação.
20 Obrigações BTA-Totta Mundial 2002.
20 Obrigações BTA-Totta Valor Europa.
20 Obrigações BTA-Totta Crescimento Europa 22.
10 Obrigações BTA-Totta Investimento Banca.
20 Obrigações Totta Cabaz Diversificação.
200 Obrigações BTA — Cabaz Europa 2005.
50 Obrigações BTA Poupança Super Estrelas.

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2004 detinha as seguintes obrigações:

500 Obrigações BSP Real Estate — cônjuge.

José Eduardo Fragoso Tavares Bettencourt, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003 detinha as seguintes acções:

500 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 29 de Outubro de 2004, venda fora de Bolsa de 500 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, não detinha acções.

José Carlos Brito Sítima, vogal:

Em 31 de Dezembro de 2003, detinha as seguintes acções:

1048 acções do Banco Santander Portugal.

Durante o ano de 2004, verificaram-se os seguintes movimentos:

Em 29 de Outubro de 2004, venda fora de Bolsa de 1048 acções Banco Santander Portugal, S. A., no valor unitário de 22,74 euros.

Em 31 de Dezembro de 2004, não detinha acções.

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Balanços individuais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Notas	2004			2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	53	405 385	—	405 385	25 499
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	54	180 781	—	180 781	44 232
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	2 878 821	545	2 878 276	3 041 805
4 — Créditos sobre clientes	14	14 365 641	416 043	13 949 598	6 688 592
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		12 881 916	3 622	12 878 294	3 281 811
a) De emissores públicos	10	501 188	194	500 994	86 692
b) De outros emissores	10	8 290 760	3 246	8 287 514	3 194 936
c) Títulos próprios	10	4 089 968	182	4 089 786	183
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	652 484	22 652	629 832	39 449
7 — Participações	6	85 316	5 772	79 544	5 541
8 — Partes de capital em empresas coligadas	6	310 377	2 842	307 535	287 466
9 — Imobilizações incorpóreas	11	206 673	170 418	36 255	8 179
10 — Imobilizações corpóreas	11 e 15	719 414	349 586	369 828	95 431
(Das quais: imóveis)	11	(449 874)	(167 542)	(282 332)	(79 908)
11 — Acções próprias ou partes de capital próprias	10	13	—	13	—
16 — Outros activos	31	651 133	64 788	586 345	336 568
17 — Contas de regularização	27	859 685	—	859 685	222 713
<i>Total do activo</i>		34 197 639	1 036 268	33 161 371	14 077 826

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

Notas		2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito		6 830 619	6 213 858
a) À vista	18	61 674	10 993
b) A prazo ou com pré-aviso	18	6 768 945	6 202 865
2 — Débitos para com clientes		12 953 161	2 972 561
a) Depósitos de poupança	18	958 612	273 520
b) Outros débitos		11 994 549	2 699 041
ba) À vista		4 808 159	1 108 091
bb) A prazo	18	7 186 390	1 590 950

	Notas	2004	2003
3 — Débitos representados por títulos		9 669 575	3 457 853
a) Obrigações em circulação	19	5 540 752	3 457 829
b) Outros	19	4 128 823	24
4 — Outros passivos	31	62 249	15 950
5 — Contas de regularização	27	500 178	
8 — Provisões para riscos e encargos:		334 687	125 375
a) Provisões para pensões e encargos similares	24	—	—
b) Outras provisões	24	334 687	125 375
9 — Fundo para riscos bancários gerais	24	—	—
10 — Passivos subordinados	22	1 264 310	437 606
11 — Capital subscrito	29 e 52	589 811	280 000
12 — Prémios de emissão	29 e 52	163 703	163 703
13 — Reservas	52	577 856	31 366
14 — Reservas de reavaliação	52	23 245	23 245
15 — Resultados transitados	52	142 485	96 967
17 — Lucro do exercício	52	49 492	51 549
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<i>33 161 371</i>	<i>14 077 826</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2004	2003
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	1 965 695	573 710
Dos quais:			
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados		—	—
Cauções e activos dados em garantia		331 650	69 052
2 — Compromissos	23	3 175 110	454 389
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra		—	—

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por naturezas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados	58	511 110	358 770
2 — Comissões		42 277	36 816
3 — Prejuízos em operações financeiras		1 362 511	193 063
4 — Gastos gerais administrativos		108 508	96 977
a) Custos com pessoal	56	70 741	63 328
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)	56	(55 010)	(49 208)
(— encargos sociais)	56	(14 579)	(13 386)
Dos quais:			
(— com pensões)	56	(3 692)	(3 682)
b) Outros gastos administrativos		37 767	33 649
5 — Amortizações do exercício	11	14 918	14 530
6 — Outros custos de exploração	39	1 991	961
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	24	141 490	88 529
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	3 792	6 864

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
10 — Resultado da actividade corrente		(76 755)	(59 744)
11 — Perdas extraordinárias	39	22 864	18 988
12 — Impostos sobre lucros	41	18211	7 000
14 — Outros impostos		732	1 053
15 — Lucro do exercício	52	49 492	51 549
		2 277 896	875 100

CRÉDITO

	Notas	2004	2003
B) Proveitos			
1 — Juros e proveitos equiparados	57	673 057	530 011
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		(83 900)	(11 850)
2 — Rendimento de títulos	55	52 981	27 131
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		7 711	7 721
b) Rendimento de participações		7 399	8 493
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas		37 871	10 917
3 — Comissões		91 399	70 742
4 — Lucros em operações financeiras		1 355 816	188 049
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	24	72 328	20 908
6 — Reposições e anul. respeit. a correc. de valor relat. a valores mobiliários que tenham o carácter de imobiliz. financ., a particip. e a partes de capital em empresas coligadas	24	1	23
7 — Outros proveitos de exploração	39	17 770	19 390
8 — Resultado da actividade corrente		—	—
9 — Ganhos extraordinários	39	14 544	18 846
		2 277 896	875 100

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos resultados individuais por funções em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Margem financeira	161 947	171 241
Provisões para riscos de crédito	(57 667)	(50 002)
Recuperações de crédito	9 874	11 590
Margem de intermediação	114 154	132 829
Comissões líquidas	49 122	33 926
Outros resultados de exploração	6 242	6 839
Margem de serviços	55 364	40 765
Rendimento de títulos	52 981	27 131
Resultados em operações financeiras	(6 695)	(5 104)
Provisões para depreciação de títulos	(7)	(7 480)
Margem da função de investimento	46 279	14 637
Outros custos	(1 069)	(1 053)
Resultados antes dos custos de transformação	214 728	187 178
Custos com o pessoal	(70 741)	(63 328)
Outros custos administrativos	(37 767)	(33 649)
Amortizações	(14 918)	(14 530)
Custos de transformação	(123 426)	(111 507)
Resultado operacional	91 302	75 671

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Outras provisões	(15 279)	(16 980)
Resultados na alienação de participações financeiras	—	3 551
Outros resultados extraordinários	(8 320)	(3 693)
Resultados antes de impostos	67 703	58 549
Impostos	(18 211)	(7 000)
Resultado líquido	49 492	51 549
Resultado por acção (euros)	0,08	0,92
Produto bancário	273 471	245 713

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	723 696	578 560
Pagamento de juros e comissões	(497 026)	(265 475)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(123 903)	(91 126)
Pagamento de bónus ao conselho de administração	(876)	(893)
Contribuições para os fundos de pensões	(70 430)	(24 900)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(27 362)	(12 026)
Recuperação de créditos incobráveis	9 874	11 590
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	13 973	195 784
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(1 751 195)	(2 486 094)
Créditos sobre clientes	2 203 545	1 858 525
Títulos de negociação	(13)	142
Alienação de imóveis recebidos em dação	24 340	10 595
Outros activos e contas de regularização	40 155	(45 008)
	516 832	(661 840)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(1 300 290)	961 689
Débitos para com clientes	434 708	(336 531)
Débitos representados por títulos	369 536	3 032 769
Outros passivos e contas de regularização	(47 241)	22 696
	(543 287)	3 680 623
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(12 482)	3 214 567
Impostos sobre o rendimento pagos	(13 643)	(22 137)
Caixa líquida das actividades operacionais	(26 125)	3 192 430
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	35 606	26 744
Juros recebidos	90 405	12 020
Aquisição de imobilizações	(30 242)	(50 759)
Alienação de imobilizações	711	60 451
Aquisições de títulos de investimento	(13 557 961)	(3 800 221)
Vendas de títulos de investimento	10 227 773	605 346
Compra de participações	(1 422)	—
Venda de participações	(412)	12 335
Caixa líquida das actividades de investimento	(3 235 642)	(3 134 084)

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Suprimentos	—	(27 771)
Remuneração paga relativa aos títulos de participação	(1 293)	(2 053)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa	(109 095)	(44 135)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(22 500)	(16 175)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i>	<i>(132 888)</i>	<i>(90 134)</i>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<i>(3 394 655)</i>	<i>(31 788)</i>
Caixa e seus equivalentes no início do período	69 731	101 519
Caixa e seus equivalentes do Banco Santander Portugal em 16 de Dezembro de 2004	112 015	—
Caixa e seus equivalentes do Banco Totta & Açores em 16 de Dezembro de 2004	3 799 075	—
Caixa e seus equivalentes no fim do período	586 166	69 731

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

(Actividade global)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	(Em euros)	
								Provisões	
A) Títulos — Negociação	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Total dos títulos de negociação</i>									
B) Títulos de investimento:									
Títulos de rendim. fixo — emitidos por residentes:									
Dívida públ. portug. — Obr. do Tesouro:									
OT 11,875 Fev. 2005	1 496 393 691	0,01	0,01	15 260 222,86	15 025 446,78	234 776,08	—	—	—
OT 4,875 Aug. 2007	43 000 000	0,01	0,01	453 521,00	452 522,03	998,97	—	—	—
OT 5,45 Set. 2013	38 000 000 000	0,01	0,01	434 834 000,00	405 643 451,15	29 190 548,85	—	—	—
OT 5,25% Out. 2005	50 000 000	0,01	0,01	510 000,00	505 335,44	4 664,56	—	—	—
<i>Soma</i>				451 057 743,86	421 626 755,40	29 430 988,46	—	—	—
Dívida públ. portug. — Outras obrig.:									
Consolidado Cent. 4,00 — 1940	11 929 251	0,01	0,01	89 851,12	118 934,14	—	29 083,02	29 083,02	—
Consolidado 3,50 — 1941	3 634 240	0,01	0,01	12 530,86	36 215,61	—	23 684,75	23 684,75	—
Consolidado 3,00 — 1942	26 328 548	0,01	0,01	205 625,96	263 285,38	—	57 659,42	57 659,42	—
Consolidado 2,75 — 1943	6 862 960	0,01	0,01	33 628,50	68 629,55	—	35 001,05	35 001,05	—
<i>Soma</i>				341 636,44	487 064,68	—	145 428,24	145 428,24	—
Outras empr. públ. nacionais — Obrig.:									
Câmara Municipal de Lisboa/99	3000 000	5,00	5,00	15 000 000,00	15 000 00,00	—	—	—	—
CP — Cam. Ferro Portugueses/95	4 065 273 192	0,01	0,01	40 599 883,37	40 6489 50,06	—	49 066,69	49 066,69	—
<i>Soma</i>				55 599 883,37	55 648 950,06	—	49 066,69	49 066,69	—
Obrigações de Caixa:									
Tottaimo/98 — Obr. Caixa — 1.ª em.	1 795 673 000	0,01	0,01	17 956 730,00	17 956 730,00	—	—	—	—
Tottaimo/98 — Obr. Caixa — 2.ª em.	798 080 000	0,01	0,01	7 980 800,00	7 980 800,00	—	—	—	—
<i>Soma</i>				25 937 530,00	25 937 530,00	—	—	—	—
Outras obrigações:									
Ateneu Comercial do Porto s/ juro	100	4,99	4,95	—	495,40	—	495,40	495,40	—
Auto-Sueco 2004/2009	1 500 000	10,00	10,00	15 000 000,00	15 000 000,00	—	—	—	—
EDP 25.ª em.	498 798 897	0,01	0,01	4 983 000,98	4 987 988,93	—	4 987,95	4 987,95	—
Fáb. Malhas Iver O.P. 95/99	20 000	4,99	4,99	—	99 718,78	—	99 718,78	99 718,78	—

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	(Em euros)		
						Mais-valia	Menos-valia	Provisões
Lisnave — Série B/91	29 436 558	0,004	0,004	115 336,20	119 341,81	—	4 005,61	4 005,61
Modelo Continente/2004 — 1.ª em./03	2 000 000	10,00	10,00	20 000 000,00	20 000 000,00	—	—	—
Polimaia/89 — Série C	15 000	1,49632	1,49604	—	22 440,64	—	22 440,64	22 440,64
Reditus/91	16 232 846	0,00778	0,00781	—	126 701,66	—	126 701,66	126 701,66
Revilla Internacional	700 000	4,99	4,99	3 491 585,28	3 491 585,28	—	—	350 018,62
T. L. Correia/88	49 450	1,49708	1,51980	—	75 153,98	—	75 153,98	75 153,98
Unifer — Oliveira & Ferreira 87/96/9	31 000	4,99	4,94	—	153 050,15	—	153 050,15	153 050,15
<i>Soma</i>				43 589 922,46	44 076 476,63	—	486 554,17	836 572,79
Outros títulos — Papel comercial:								
ADP — 16.ª em.	300	50 000,00	50 000,00	15 000 000,00	15 000 000,00	—	—	—
Banco Mais — 2.ª em., Série A	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	—	—	—
Bento Pedroso Construções — 1.ª em.	60	50 000,00	50 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	—	—	—
Bento Pedroso Construções — 5.ª em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	—	—	—
BRISA — 7.ª em.	2 000	50 000,00	50 000,00	100 000 000,00	100 000 000,00	—	—	—
Climaspaço, S. A. — 29.ª em.	9	47 416,59	47 416,58	426 749,21	426 749,21	—	—	—
EDA — 1.ª em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	—	—	—
EDP — 33.ª em.	900	50 000,00	50 000,00	45 000 000,00	45 000 000,00	—	—	—
EDP — 34.ª em.	900	50 000,00	50 000,00	45 000 000,00	45 000 000,00	—	—	—
EDP — 6.ª em.	2 000	50 000,00	50 000,00	100 000 000,00	100 000 000,00	—	—	—
EPAL — 10.ª em.	40	50 000,00	50 000,00	2 000 000,00	2 000 000,00	—	—	—
EPAL — 10.ª em.	160	50 000,00	50 000,00	8 000 000,00	8 000 000,00	—	—	—
EPAL — 11.ª em.	240	50 000,00	50 000,00	12 000 000,00	12 000 000,00	—	—	—
EPAL — 12.ª em.	60	50 000,00	50 000,00	3 000 000,00	3 000 000,00	—	—	—
Grupo Somague — 5.ª em.	300	50 000,00	50 000,00	15 000 000,00	15 000 000,00	—	—	—
Grupo Jábá — 5.ª em.	50	50 000,00	50 000,00	2 500 000,00	2 500 000,00	—	—	—
J. Pinto Leirão — 1.ª em.	30	50 000,00	50 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	—	—	—
Lactogal — 4.ª em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	—	—	—
Leaseplan — 17.ª em.	30	50 000,00	50 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	—	—	—
Leaseplan — 18.ª em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000,00	—	—	—
Mundicenter — SGPS S. A. — 3.ª em.	490	50 000,00	50 000,00	24 500 000,00	24 500 000,00	—	—	—
Mundicenter — SGPS S. A. — 4.ª em.	310	50 000,00	50 000,00	15 500 000,00	15 500 000,00	—	—	—
Portucel — 26.ª em.	2 100	50 000,00	50 000,00	105 000 000,00	105 000 000,00	—	—	—
Prado Karton — 12.ª em.	10	50 000,00	50 000,00	500 000,00	500 000,00	—	—	—
PT — 107.ª em.	2 020	50 000,00	50 000,00	101 000 000,00	101 000 000,00	—	—	—
PT — 108.ª em.	240	50 000,00	50 000,00	12 000 000,00	12 000 000,00	—	—	—
Refer — 1.ª em.	1 500	50 000,00	50 000,00	75 000 000,00	75 000 000,00	—	—	—
Refer — 1.ª em.	3 500	50 000,00	50 000,00	175 000 000,00	175 000 000,00	—	—	—
Ren — 53.ª em.	4 000	50 000,00	50 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00	—	—	—
Ren — 53.ª em.	2110	50 000,00	50 000,00	105 500 000,00	105 500 000,00	—	—	—
Ren — 54.ª em.	800	50 000,00	50 000,00	40 000 000,00	40 000 000,00	—	—	—
Rentipar — SGPS — 11.ª em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	—	—	—
Sonae — 31.ª em.	433	50 000,00	50 000,00	21 650 000,00	21 650 000,00	—	—	—
Sonae — 33.ª em.	467	50 000,00	50 000,00	23 350 000,00	23 350 000,00	—	—	—
Unicer — 6.ª em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000,00	—	—	—
<i>Soma</i>				1 307 926 749,21	1 307 926 749,21	—	—	—

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia Menos-valia Provisões
Organismos financeiros internacionais:						
Morgan Guar. Trust, Co. — 06/02/0	3 000	498,80	499,11	1 489 659,92	1 497 339,37	— 7 679,45
BEI 96/2006 — Taxa Var.	12 000	498,80	498,77	5 985 574,76	5 985 193,35	— —
Eurofima 95/2005	1 500	498,80	498,79	748 196,85	748 186,54	— —
<i>Soma</i>				8 223 431,53	8 230 719,26	— 7 679,45
Outras obrigações:						
Hipototta 1 A FLTG 11	10 532	86 432,33	—	910 305 318,18	91 030 531,18	— —
Hipototta 1 B FLTG 12/11/2034	325	100 000,00	—	32 500 000,00	32 500 000,00	— —
Hipototta 1 C FLTG 12/11/2034	143	100 000,00	—	14 300 000,00	14 300 000,00	— —
Hipototta N2 PLC-A FLTG 09/2036	25 572	91 696,40	91 696,40	2 344 846 800,43	2 344 860 372,59	— 13 572,16
Hipototta N2 PLC-B FLTG 09/2036	398	100 000,00	100 000,00	39 800 000,00	39 800 000,00	— —
Hipototta N2 PLC-C FLTG 09/2036	530	100 000,00	100 000,00	53 000 000,00	53 000 000,00	— —
Hipototta 3 PLC-CL A FLTG 12/204	32 062	100 000,00	100 000,00	3 206 200 000,00	3 206 200 000,00	— —
Hipototta 3 PLC-CL B FLTG 12/204	1 224	100 000,00	100 000,00	122 400 000,00	122 400 000,00	— —
Hipototta 3 PLC-CL C FLTG 12/204	714	100 000,00	100 000,00	71 400 000,00	71 400 000,00	— —
<i>Soma</i>				6 794 752 118,61	6 794 765 690,77	— 13 572,16
Títulos de rendimento variável — Emitidos por residentes — Ações:						
Amadeu Gaudêncio	39 480	5,00	4,99	—	196 925,41	— 196 925,41
Beira Vouga	9	4,99	—	0,01	0,01	— —
Casa Hipólito, S. A.	11 385	4,99	4,99	—	56 788,14	56 788,14
Centro Estad. Desenv.	50	4,99	4,99	—	249,40	249,40
Comp. Fia.Tec.Fafe	48	4,99	4,16	—	199,52	199,52
Comp. Fiação Tecidos Alcobaca	82 491	4,99	4,86	—	400 876,39	400 876,39
Coop. Cons. S. Miguel	100	0,50	0,50	—	49,88	49,88
CPC — Imobiliária, S. A.	113 650	2,00	0,07	—	7 936,38	7 936,38
DCI — Des. Com. Intern.	10 000	4,99	4,99	—	49 879,79	49 879,79
Enape — E. Agro. P. Benavente	5 500	4,99	8,16	—	44 891,81	44 891,81
Empresa Cinematográfica S. Pedro	50	5,00	4,99	—	249,40	249,40
Ensinus, S. A.	10 000	5,00	9,98	32 095,20	99 809,46	67 714,26
Erg — Soc. Const. — Portador	16 845	4,99	8,16	—	137 398,79	137 398,79
Estamparia Império	45 578	4,99	13,23	—	602 821,35	602 821,35
Fábrica Portugal, S.A.	11 170	4,99	0,05	555,04	585,02	29,98
Fafel — Empr. Urban. Construc., S. A.	49 989	5,00	22,45	297 476,54	1 122 025,92	824 549,38
Fiandeira Mirense	2 100	4,99	0,48	—	997,60	997,60
Finagest — Empr. Financ. Gest. e Desenvolv.	79 150	5,00	12,47	534 983,56	986 622,24	451 638,68
Fitor — Comp. Port. de Têxteis	67 969	2,00	11,82	38 062,64	803 596,41	765 533,77
Fomento — Soc. Gest. Nominativas	146	1,25	—	—	0,01	0,01
Fomento — Soc. Gest. Portador	70	1,25	—	—	0,01	0,01
Fundinjo — Fundação Injec. Alumínio	20 000	4,99	4,99	58 043,60	99 759,62	41 716,02
Funfrap — Fundação Portuguesa, S. A.	100 000	4,39	2,74	498 797,95	274 463,54	— —
Gap — Soc. Gest. Part. Sociais	9	4,39	3,77	33,97	33,97	— —
Geofinança — Nominativas	75 462	4,39	4,04	—	304 783,03	304 783,03

Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	(Em euros)	
								Provisões	
Geofinanca — Portador	16 277	4,99	3,99	—	64 951,47	—	64 951,47	64 951,47	
Gestinsua — Aquis. Alien. Patrim.	160	5,00	65,08	122,74	10 413,15	—	10 290,41	10 290,41	
Hotel — Soc. Ind. Hoteleira Sul PR	2 700	5,00	8,18	—	22 093,46	—	22 093,46	22 093,46	
Incal — Ind. Com. Alim.	62	1,13	1,13	—	70,20	—	70,20	70,20	
Inica — Soc. Min. Industriais	100	4,99	4,99	—	498,80	—	498,80	498,80	
Jotocar—Ind. Mobil.	40	4,99	4,99	—	199,52	—	199,52	199,52	
Júpiter — Indústria Hoteleira	5	4,99	—	0,01	0,01	—	—	—	
Matur	17 098	5,00	11,98	—	204 752,86	—	204 752,86	204 752,86	
Modelo Continente — SGPS	235 156 770	1,00	1,68	362 548 937,23	396 188 638,01	—	33 639 700,78	—	
Nova Vouga — Indústria de Alimen- tação, S. A. R. L.	60 601	4,99	2,78	—	168 437,71	—	168 437,71	168 437,71	
Penta Publicidade	500	4,99	4,99	—	2 493,99	—	2 493,99	2 493,99	
Pirites Alentejanas	2 602	1,00	2 199,11	—	5 722 080,09	—	5 722 080,09	5 722 080,09	
Porto Cavaleiros	128 923	4,99	6,36	—	820 027,92	—	820 027,92	820 027,92	
Portugália — C. Transp. Aéreos — Nominativas	50 000	5,00	7,07	—	353 315,51	—	353 315,51	353 315,51	
Portugália C. Transp. Aéreos — Port. Procapital — Inv. Imobil. — Nom.	120 000	5,00	8,24	—	988 450,84	—	988 450,84	988 450,84	
Procapital — Inv. Imobil. — Port.	198 333	4,99	8,47	—	1 679 712,81	—	1 679 712,81	1 679 712,81	
Retur	494 126	4,99	8,74	—	4 319 159,64	—	4 319 159,64	4 319 159,64	
Salvador Caetano — Com. Aut.	1	5,00	0,01	0,01	0,01	—	—	—	
Situpico — Soc. Inv. Pico	4	1,00	0,83	3,33	3,33	—	—	—	
Soc. Têxtil A Flor do Campo, S. A.	1 000	5,00	4,99	—	4 987,98	—	4 987,98	4 987,98	
Sodera — Soc. Des. Reg. Alentejo, S. A.	42 500	4,99	4,99	—	211 969,11	—	211 989,11	211 989,11	
SPE — Soc. P. Empreend. — Nom. Têxteis Atma, S. A.	1 828 125	0,01	—	—	0,02	—	0,02	0,02	
Têxteis Lopes Costa	699	5,00	9,24	—	6 460,19	—	6 460,19	6 460,19	
Têxteis Lopes Costa	2	4,99	209 099,19	—	418 198,37	—	418 198,37	418 198,37	
Têxtil Luís Correia/88	8 972	4,99	9,98	—	89 504,29	—	89 504,29	89 504,29	
Unifa	19 901	4,99	9,40	—	187 049,21	—	187 049,21	187 049,21	
Vila Sol II — Empreend. Turist., S. A.	7	4,99	—	0,01	0,01	—	—	—	
Vilatêxtil — Soc. Ind. Têxtil	220 000	5,00	11,07	1 754 203,00	2 435 495,65	—	681 292,65	681 292,65	
B. S. V. Máq. Autom., S. A. — Cautelas	45 400	4,99	4,99	—	226 454,25	—	226 454,25	226 454,25	
ERG — Soc. Const. — Cautelas	3 774	4,99	4,99	—	18 824,63	—	18 824,63	18 824,63	
	2 052	4,99	8,16	—	16 737,47	—	16 737,47	16 737,47	
<i>Soma</i>				365 763 314,83	419 351 943,60	224 334,41	53 812 963,18	20 173 262,40	
Títulos de participação:									
Banco Mello/87	83 149 609	0,01	0,01	806 551,21	880 964,86	—	74 413,65	74 413,65	
<i>Soma</i>				806 551,21	880 964,86	—	74 413,65	74 413,65	
Unidades da participação:									
FIM Euro Parques	50 000	4,99	4,99	—	249 398,95	—	249 398,95	249 398,95	
FA Maxirent	90 620	4,99	5,72	571 812,20	518 619,06	53 193,14	—	—	
FA Santander Multiglobal	14 226 506	5,00	5,00	73 498 397,95	71 127 078,85	2 371 319,10	—	—	
FIQ PME Investimentos	13 482 025	5,56	5,57	75 914 584,87	75 084 519,37	830 065,50	—	—	
FIQ PME Investimentos Retex	15	24 939,89	24 939,89	374 098,42	374 098,42	—	—	—	
FRIE IPE Capital-Retex/Paiep	16	24 939,89	24 939,89	295 368,96	399 038,32	—	103 669,36	103 669,36	
	40	24 939,89	12 968,75	172 000,00	518 749,82	—	346 749,82	346 749,82	

Natureza e espécie dos títulos		(Em euros)				
	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia
						Menos-valia
						Provisões
FRIE Norpedip Retex	24	24 939,89	16 017,37	384 416,89	384 416,89	—
FRIE PME Capital	58	24 939,89	23 133,90	768 002,94	1 341 766,34	573 763,40
FRIE PME Capital Retex	16	24 939,89	24 939,69	343 960,00	399 038,32	55 078,32
FRIE PME Investimentos	58	24 939,89	17 113,93	1 446 513,62	992 607,82	—
Imovest	2 061 825	5,00	8,73	18 954 975,77	18 007 720,90	—
Sulpedip Retex	24	24 939,89	16 017,37	384 416,89	384 416,89	—
<i>Soma</i>				173 108 548,51	169 781 469,94	1 328 659,85
Outros valores:						
FIIF Margueira Capital — Tipo A	8 217 882	4,99	4,99	40 990 622,60	40 990 622,60	—
<i>Soma</i>				40 990 622,60	40 990 622,60	—
Títulos de rendimento variável — Emitidos por não residentes — Acções:						
Comp. Diamantes Angola	76 700	2,49	9,72	—	745 676,44	745 676,44
<i>Soma</i>	—	745 676,44	—	—	745 676,44	745 676,44
Títulos de rendimento fixo — Outros emissores — Obrigações:						
BPSM/97 — TOPS — Obrig. Perp. Subord./1/2.	122 487 304	0,01	0,01	1 041 142,08	1 190 909,39	149 767,31
BSP/2004 — Perp. Subord.	20 000 000	5,00	5,00	100 000 000,00	100 000 000,00	—
MC FACTOR/98 — Perp. subord.	239 422 991	0,01	0,01	2 394 229,91	2 394 229,91	—
Totta Seguros — Obrig. Sub. 2002	80	50 000,00	50 000,00	4 000 000,00	4 000 000,00	—
<i>Soma</i>				107 435 371,99	107 585 139,30	149 767,31
Títulos próprios — Rendimento fixo:						
Outros:						
Ob. Cx. BSP — Taxa var. 2003	16 000 000	50,00	50,00	800 000 000,00	800 000 000,00	—
Ob. Cx. CPP — Taxa fixa 2003	30 000 000	50,00	50,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000,00	—
Ob. Cx. CPP — Taxa var. 2003	30 000 000	50,00	50,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000,00	—
Ob. Cx. BSP — Taxa fixa 2002	380 000	50,00	50,00	19 000 000,00	19 000 000,00	—
Ob. Cx. CPP — Taxa fixa 2002	1 750 000	50,00	50,00	87 500 000,00	87 500 000,00	—
BSP — Ob. Perp. Subord./2001	13 129 215 597	0,01	0,01	131 388 620,40	131 388 620,40	—
BTA/97 TOP-S	104 043 254	0,01	0,01	936 389,29	1 012 885,49	76 496,20
CPP/97 — TOPS — Ob. Perp. Subord.	99 601 459	0,01	0,01	847 110,41	982 379,34	106 105,78
Crédito Predial Português 8/2049	5 008 429 684	0,01	0,01	50 084 296,84	50 084 296,84	—
<i>Soma</i>				4 089 756 416,93	4 089 968 182,07	182 601,98
Títulos próprios de rendimento variável — Acções:						
Banco Santander Portugal	9 283	5,00	1,42	13 153,30	13 153,30	—

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia Menos-valia Provisões
Títulos de participação:						
BTA/87	8 379 341	0,01	0,01	82 117,54	83 602,00	— 1 484,46
CPP/88	1 143 236 718	0,01	0,01	11 204 863,07	11 424 897,13	— 220 034,06
CPP/89	922 693 414	0,01	0,01	9 116 210,93	9 225 068,60	— 108 857,67
<i>Soma</i>				20 403 191,55	20 733 567,73	— 330 376,18
<i>Total dos títulos de investimento</i>				13 485 706 186,40	13 508 750 655,86	34 311 453,00 24 037 077,14
C) Títulos a vencimento:						
Emitidos por não residentes:						
Dívida pública portuguesa — Obrigações do Tesouro:						
OT Fevereiro 96/06	2 289 482 348	0,01	0,01	23 425 201,53	23 425 201,53	— —
D) Imobilizações financeiras:						
Participações:						
Em instit. de crédito no país — Ações:						
Banco BPL, S. A.	29 730 268	1,00	2,00	88 596 198,64	59 460 536,00	— —
Em outras empresas no País — Ações:						
Totta — Crédito especializado	1 114 455	5,00	7,50	8 354 252,44	8 354 252,44	— —
Em outras empresas no País — Ações:						
Aenor — Auto Estradas Norte, S. A.	374 854	6,30	3,01	1 124 562,00	1 128 310,54	— 3 748,54
Cosec	11 250	5,00	11,22	126 258,22	126 258,22	— —
Finangeste, S. A.	8 700	5,00	19,95	56 577,26	173 581,67	— 117 004,41
Gestisol — Soc. G. Part. Sociais	135 000	4,99	31,26	—	4 220 536,35	— 4 220 536,35
Lisgarante — Soc. Gar. Mútua, S. A.	107 000	1,00	1,00	106 742,74	106 742,74	— —
Margueira — Soc. Gestora de Fundos de Invest. Imobiliário	9365	5,00	4,99	41 786,79	46 712,43	— 4 925,64
Norgarante — Soc. Gar. Mútua, S. A.	106 600	1,00	1,00	108 338,90	108 338,90	— —
Operanor — Op. Man. Auto Estradas	667	1,00	1,00	667,00	667,00	— —
PME Capital — Soc. P. Cap. Risco	200 000	5,00	5,32	850 382,66	1 064 799,25	— 214 416,57
PME Investimentos — Soc. Investimentos, S. A.	200 000	5,00	5,66	670 563,17	1 131 270,95	— 460 707,78
Portal Universia Portugal — Prest. de Serv. Inf., S. A.	5000	1,00	1,00	5 771,80	50 000,00	— 44 228,20
Previsão — Soc. G. F. Pensões	70 660	5,00	5,00	353 119,68	353 119,68	— —
SPGM — Soc. Invest., S. A. — Nom.	325 000	1,00	1,00	324 218,64	324 218,64	— —
SIBS — Soc. Interbancária de Serviços, S. A. R. L.	741 241	5,00	4,67	3 460 605,62	3 460 605,62	— —
Uniere — Cartão Intern. Crédito, S. A.	307 470	5,00	3,35	1 031 554,40	1 031 554,40	— —
<i>Soma</i>				8 261 148,90	13 326 716,39	— 5 065 567,49

Natureza e espécie dos títulos		Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Provisões
(Em euros)									
Em outras empresas no País — Quotas:									
Aeroplan — Soc. Const. Aeroportos	1	478,85	478,85	478,85	—	478,85	—	478,85	478,85
Nova Bostwick	1	94 350,00	94 350,00	94 35,00	—	94 350,00	—	94 350,00	94,35
Propaço — Soc. Imobiliária de Paço	1	156,00	156,00	156,00	156,00	156,00	—	—	—
D'Arcos, L.ª	1	247,00	247,00	247,00	247,00	247,00	—	—	—
Propaço — Soc. Imobiliária de Paço	1	247,00	247,00	247,00	247,00	247,00	—	—	—
D'Arcos, L.ª	1	247,00	247,00	247,00	247,00	247,00	—	—	—
<i>Soma</i>					403,00	95 231,85	—	94 628,85	94 828,85
Em outras empresas no estrangeiro —									
Ações:									
Banco Inter. Guiné Bissau	159 740	XOF 50 000	3,83	3,83	—	611 223,83	—	611 223,83	611 223,83
Capital Grupo, Santander, S. A.	2 000	10,00	200,00	200,00	400 000,00	400 000,00	—	—	—
Swift — Soc. Worldwide Interbank									
F. Telecommun.	29	125,00	369,46	369,46	10 714,34	10 714,34	—	—	—
<i>Soma</i>					410 714,34	1 021 938,17	—	611 223,83	611 223,83
Em outras empresas no estrangeiro —									
Quotas:									
Ausant Holding	1	3 020 348,57	3 020 348,57	3 020 348,57	3 020 348,57	3 020 348,57	—	—	—
Ausant Merchant	1	36 920,10	36 920,10	36 920,00	36 919,97	36 920,00	—	0,03	0,03
<i>Soma</i>					3 057 268,54	3 057 268,57	—	0,03	0,03
Partes de cap. em empresas coligadas:									
Em instit. de crédito no País — Ações									
Em instit. de crédito no estrangeiro —									
Ações:									
Banco Totta Angola — AOK	79 348 932	AOK	10	0,27	18 610 302,29	21 452 314,21	—	2 842 011,92	2 842 011,92
Pinto Totta Int. Finance Ltd. — USD	25 000	USD	1	0,92	23 099,21	23 099,21	—	—	—
Totta & Sotto, Ct. Inc. Connect — USD	100	USD	1	688,38	68 838,21	68 838,21	—	—	—
Totta & Sotto, Inc. Newark — USD	100	USD	1	752,24	75 224,33	75 224,33	—	—	—
Totta Açores Financing, Ltd. — USD	50 000	USD	1	0,90	44 885,33	44 885,33	—	—	—
Totta Ireland Plc — IEP Nom.	29 994	1,27	222,72	222,72	6 680 223,60	6 680 223,60	—	—	—
Totta Ireland Plc — PTE Nom.	1 252 747	0,50	222,72	222,72	279 010 137,63	279 010 137,63	—	—	—
<i>Soma</i>					304 512 710,60	307 354 722,52	—	2 842 011,92	2 842 011,92
Em outras empresas no País — Ações:									
Tottaube, S. A.	50 000	5,00	4,05	4,05	202 691,51	202 691,51	—	—	—

(Em euros)						
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço	Mais-valia Menos-valia Provisões
Em outras empresas no País — Quotas:						
Madeira — SGPS	1	1 572 602,00	1 572 602,61	1 572 602,61	1 572 602,61	— —
Em outras empresas no estrangeiro:						
TAFIL — Totta Açores Finance Ireland, Ltd.	2 500 000	0,50	0,50	1 246 994,74	1 246 994,74	— —
Outras imobilizações financeiras:						
Outras imobiliz. financeiras — Cauções:						
Diversas				55 799,34	55 799,34	— —
Prestações suplementares de capital:						
Aenor — Auto-Estradas Norte, S. A. Tottaurbe, S. A.				3 781 221,98	3 781 221,98	— —
TAFIL — Totta Açores Finance Ireland, Ltd.				56 114 763,40	56 114 763,40	— —
Soma				159 655 564,79	159 655 564,79	— —
Contratos suprimidos:						
Fafer				107 694,84	385 862,05	278 167,21
Gestinsua				4 458,67	128 433,19	121 974,52
Madeira — SGPS				25 750 828,13	25 750 828,13	— —
Propaço — Soc. Imobiliária de Paço D'arcos, L.ª				1 804 478,00	2 410 631,97	606 153,97
Soma				27 667 459,64	28 673 755,34	1 006 295,70
Outras:						
Autoloc — Aug. de Autocarros, ACE Citeve	1	774 922,50	—	22 113,62	774 922,50	752 808,88
Nortrem — Aug. Mat. Ferrov., ACE TREM — Aug. de Mat. Circul., ACE TREM II — Aug. Mat. Circul., ACE Várias	20	498,80	—	9 976,00	9 976,00	— —
Soma				16 202 206,37	39 856 245,03	23 654 038,66
Total de imobiliz. financeiras				619 796 015,46	623 934 319,30	33 273 966,48
Total geral				14 128 927 403,39	14 156 110 176,68	90 629 888,94

O Conselho de Administração: Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente — Matias Pedro Rodriguez Inciarte, vice-presidente — António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — António José Sacadura Vieira Monteiro, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Carlos Manuel Amaral de Pinho, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal — José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt, vogal — José Carlos Brito Stima, vogal — José Manuel Galvão Teles, vogal.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	53	421 505	—	421 505	25 502
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	54	188 361	—	188 361	66 605
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	14	2 607 711	545	2 607 166	3 099 415
4 — Créditos sobre clientes	14	14 391 933	416 810	13 975 123	6 806 718
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		12 980 937	38 052	12 942 885	3 621 301
a) De emissores públicos	10	544 569	194	544 375	86 692
b) De outros emissores	10	8 346 400	37 676	8 308 724	3 534 427
c) Títulos próprios	10	4 089 968	182	4 089 786	182
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	10	899 890	21 434	878 456	256 947
7 — Partes de capital em empresas associadas	6	17 882	—	17 882	1 926
9 — Outras participações financeiras	6	79 456	7 319	72 137	5 643
10 — Imobilizações incorpóreas	11	211 029	174 667	36 362	8 720
11 — Imobilizações corpóreas	11	805 429	382 355	423 074	149 597
(Das quais: imóveis de serviço próprio)	11	(396 788)	(95 927)	(300 861)	(109 143)
11 — Acções próprias ou partes de capital próprias	10	13	—	13	—
16 — Outros activos	31	478 721	69 172	409 549	215 611
17 — Contas de regularização	27	830 295	—	830 295	231 385
<i>Total do activo</i>		33 913 162	1 110 354	32 802 808	14 489 370

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito		6 758 136	6 589 419
a) À vista	18	49 940	4 940
b) A prazo ou com pré-aviso	18	6 708 196	6 584 479
2 — Débitos para com clientes		12 998 576	2 972 149
a) Depósitos de poupança	18	958 612	273 520
b) Débitos à vista		4 854 569	1 107 679
c) Débitos a prazo	18	7 185 395	1 590 950
3 — Débitos representados por títulos		9 601 075	3 547 853
a) Obrigações em circulação	19	5 472 252	3 457 853
b) Outros	19	4 128 823	24
4 — Outros passivos	31	67 692	17 535
5 — Contas de regularização	27	514 160	227 769
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	6	7 500	—
7 — Diferenças de consolidação	6	6 406	260
8 — Provisões para riscos e encargos		306 788	131 238
a) Provisões para pensões e encargos similares	24	449	—
b) Outras provisões	24	306 339	131 238
9 — Fundo para riscos bancários gerais	24	—	—
10 — Passivos subordinados	22	778 151	437 606
11 — Capital subscrito	29 e 52	589 811	280 000
12 — Prémios de emissão	29 e 52	163 703	163 703
13 — Reservas	52	621 808	49 575
14 — Reservas de reavaliação	52	23 245	23 245
15 — Resultados transitados	52	106 237	84 428
16 — Interesses minoritários	51	204 849	—
17 — Lucro consolidado do exercício	52	54 671	54 590
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		32 802 808	14 489 370

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2004	2003
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	23	1 879 455	573 710
Dos quais:			
Aceites e endossos		—	—
Garantias e avales		1 513 200	504 658
Outros		366 255	69 052
2 — Compromissos	23	3 168 959	454 389
Dos quais:			
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra		—	—

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
A) Custos			
1 — Juros e custos equiparados	58	510 224	367 155
2 — Comissões		42 638	41 299
3 — Prejuízos em operações financeiras		1 246 986	192 043
4 — Gastos gerais administrativos		110 067	100 223
a) Custos com pessoal	56	71 361	63 762
b) Outros gastos administrativos		38 706	36 461
5 — Amortizações do exercício	11	16 056	15 797
6 — Outros custos de exploração	39	2 042	1 115
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	24	143 420	89 280
8 — Provisões para imobilizações financeiras	24	3 792	6 864
11 — Perdas extraordinárias	39	28 784	16 795
12 — Impostos sobre lucros	41	19 841	8 205
14 — Outros impostos		861	1 126
13 — Interesses minoritários	51	667	—
15 — Lucro consolidado do exercício	52	54 671	54 590
		2 180 049	894 492

PROVEITOS

	Notas	2004	2003
B) Proveitos			
Juros e proveitos equiparados	57	717 691	560 756
Rendimento de títulos	55	15 110	16 214
Comissões		91 384	70 800
Lucros em operações financeiras		1 240 274	185 480
Reposições e anulações de provisões	24	77 751	21 030
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		84	—
Outros proveitos de exploração	39	21 110	23 587
Ganhos extraordinários	39	16 645	16 625
		2 180 049	894 492

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos resultados consolidados por funções em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Margem financeira	207 467	193 601
Provisões para riscos de crédito	(57 667)	(50 002)
Recuperações de crédito	9 879	11 590
Margem de intermediação	159 650	155 189
Comissões líquidas	48 746	29 501
Outros resultados de exploração	9 530	10 882
Margem de serviços	58 276	40 383
Rendimento de títulos	15 110	16 214
Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	84	—
Resultados em operações financeiras	(6 712)	(6 563)
Provisões para depreciação de títulos	(64)	(7 480)
Margem da função de investimento	8 418	2 171
Outros custos	(1 202)	(1 126)
Resultados antes dos custos de transformação	225 142	196 617
Custos com o pessoal	(71 361)	(63 762)
Outros custos administrativos	(38 706)	(36 461)
Amortizações	(16 056)	(15 797)
Custos de transformação	(126 123)	(116 020)
Resultado operacional	99 019	80 597
Outras provisões	(11 701)	(17 631)
Resultados na alienação de participações financeiras	55	3 558
Outros resultados extraordinários	(12 194)	(3 729)
Resultados antes de impostos	75 179	62 795
Impostos	(19 841)	(8 205)
Interesses minoritários	(667)	—
Resultado líquido	54 671	54 590
Resultado por acção (euros)	0,09	0,97
Produto bancário	284 104	255 225

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	758 339	590 981
Pagamento de juros e comissões	(503 829)	(278 981)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(123 903)	(91 126)
Pagamento de bónus ao conselho de administração	(876)	(839)
Contribuições para os fundos de pensões	(70 430)	(24 900)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(33 128)	(6 828)
Recuperação de créditos incobráveis	(9 880)	11 590
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	34 658	198 301
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(1 653 857)	(2 418 633)
Créditos sobre clientes	2 321 671	1 978 834
Títulos de negociação	(13)	142
Alienação de imóveis recebidos em dação	24 340	9 495
Outros activos e contas de regularização	44 979	(48 406)
	737 120	(478 568)

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	(1 759 390)	853 430
Débitos para com clientes	434 708	(338 300)
Débitos representados por títulos	369 536	3 032 769
Outros passivos e contas de regularização	(48 050)	32 335
	(1 003 196)	3 580 234
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(231 418)	3 299 967
Impostos sobre o rendimento pagos	(16 140)	(23 719)
Caixa líquida das actividades operacionais	(247 558)	3 276 248
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	15 110	16 214
Juros recebidos	88 992	21 742
Aquisição de imobilizações	(30 416)	(66 770)
Alienação de imobilizações	2 560	39 144
Aquisições de títulos de investimento	(13 574 467)	(3 900 974)
Vendas de títulos de investimento	10 446 467	608 245
Compra de participações	(424)	(53 271)
Venda de participações	(412)	11 468
Caixa líquida das actividades de investimento	(3 053 084)	(3 324 202)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Remuneração paga relativa aos títulos de participação	(1 293)	(2 053)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa	(109 095)	(44 135)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(21 088)	(16 175)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(131 476)	(62 363)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(3 432 118)	(110 317)
Caixa e seus equivalentes no início do período	92 107	189 046
Caixa e seus equivalentes do Banco Santander Portugal em 16 de Dezembro de 2004	112 015	—
Caixa e seus equivalentes do Banco Totta & Açores em 16 de Dezembro de 2004	3 799 075	—
Caixa e seus equivalentes do Banco Totta de Angola em 16 de Dezembro de 2004	38 295	—
Caixa e seus equivalentes do Totta & Açores Finance Ireland em 16 de Dezembro de 2004	383	—
Caixa e seus equivalentes do Totta & Açores, Inc, Newark, em 16 de Dezembro de 2004	104	—
Caixa e seus equivalentes do Totta & Açores, Inc, Connecticut, 16 de Dezembro de 2004	5	—
Caixa e seus equivalentes da Bansimo, em Março de 2003	—	7 132
Caixa e seus equivalentes da Pombino, em Março de 2003	—	3 176
Caixa e seus equivalentes da Serfin, em Fevereiro de 2003	—	3 056
Caixa e seus equivalentes da Imoholsant, em Março de 2003	—	14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	609 866	92 107

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoço Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

(Actividade consolidada)

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — Negociação					—
B) Títulos — Investimento					13 855 215 276
De rend. fixo — de emissores públicos					521 144 392
De dívida pública portuguesa					422 113 820
Consolidado 1940 PT	11 929 251	0,01	0,01	89 851,12	118 934
Consolidado 1941 PT	3 634 240	0,01	0,01	12 530,86	36 216
Consolidado 1942 PT	26 328 548	0,01	0,01	205 625,96	263 285
Consolidado 1943 PT	6 862 960	0,01	0,01	33 628,50	68 630
Obrig. Tes. 00/05 Outubro	116 593 700	0,01	0,01	1 189 255,74	1 181 563
Obrig. Tes. 02/07 Agosto	50 000 000	0,01	0,01	527 350,00	526 097
Obrig. Tes. 95/05 Fevereiro	1 496 393 691	0,01	0,01	15 260 222,86	15 025 447
Obrig. Tes. 98/13 Setembro	38 000 000 000	0,01	0,01	434 834 000,00	405 643 451

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
De outros emissores públ. nacionais					55 648 950
Cam. de Ferro — 95/2005 — T. V.	4 065 273 192	0,01	0,01	40 599 883,37	40 648 950
Câmara Municipal de Lisboa/2019	3 000 000	5,00	5,00	15 000 000,00	15 000 000
De emissores públicos estrangeiros					43 381 622
Títulos do Banco Central de Angola	8 340	2 132,43	5 201,63	—	43 381 622
De rendimento fixo — de outros emissores					8 206 552 130
Emitidos por residentes					1 352 005 629
ADP — 16. ^a em.	300	50 000,00	50 000,00	15 000 000,00	15 000 000
Ateneu C. Porto s/juro	100	4,99	4,95	—	495
Auto Sueco	1 500 000	10,00	10,00	15 000 000,00	15 000 000
Banco Mais — 2. ^a em. — Série A	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000
Bento Pedroso Construções — 1. ^a em.	60	50 000,00	50 000,00	3 000 000,00	3 000 000
Bento Pedroso Construções — 5. ^a em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000
Brisa — 7. ^a em.	2 000	50 000,00	50 000,00	100 000 000,00	100 000 000
Clima Espaço, S. A. — 29. ^a em.	9	47 416,59	47 416,58	426 749,21	426 749
EDA — 1. ^a em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000
EDP — 25. ^a em. Obr/98	498 798 897	0,01	0,01	4 983 000,98	4 987 989
EDP — 33. ^a em.	900	50 000,00	50 000,00	45 000 000,00	45 000 000
EDP — 34. ^a em.	900	50 000,00	50 000,00	45 000 000,00	45 000 000
EDP — 6. ^a em.	2 000	50 000,00	50 000,00	100 000 000,00	100 000 000
EPAL — 10. ^a em.	160	50 000,00	50 000,00	8 000 000,00	8 000 000
EPAL — 11. ^a em.	240	50 000,00	50 000,00	12 000 000,00	12 000 000
Fab. Malhas Iver O. P./95	20 000	4,99	4,99	—	99 719
Grupado Somague — 5. ^a em.	300	50 000,00	50 000,00	15 000 000,00	15 000 000
Grupo Jaba — 5. ^a em.	50	50 000,00	50 000,00	2 500 000,00	2 500 000
J. Pinto Leitão — 1. ^a em.	30	50 000,00	50 000,00	1 500 000,00	1 500 000
Lactogal — 4. ^a em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000
Leaseplan — 17. ^a em.	30	50 000,00	50 000,00	1 500 000,00	1 500 000
Leaseplan — 18. ^a em.	100	50 000,00	50 000,00	5 000 000,00	5 000 000
Lisnave/91 — Série B	29 436 558	—	—	115 336,20	119 342
MC Factor 98/Per.	59 855 747	0,01	0,01	—	598 557
MC Loc 98/05 2E Cx.	199 515 794	0,01	0,01	—	1 995 186
MC Loc 98/05 Cx.	199 518 588	0,01	0,01	—	1 995 186
Modelo Continente 04/09	2 000 000	10,00	10,00	20 000 000,00	20 000 000
Mundicenter — SGPS, S. A. — 3. ^a em.	490	50 000,00	50 000,00	24 500 000,00	24 500 000
Mundicenter — SGPS, S. A. — 4. ^a em.	310	50 000,00	50 000,00	15 500 000,00	15 500 000
Papel Comercial — Refer — 1. ^a em.	1 500	50 000,00	50 000,00	75 000 000,00	75 000 000
PC EPAL — 1. ^a em.	40	50 000,00	50 000,00	2 000 000,00	2 000 000
PC EPAL — 2. ^a em.	60	50 000,00	50 000,00	3 000 000,00	3 000 000
PC Sonae — 31. ^a em.	433	50 000,00	50 000,00	21 650 000,00	21 650 000
PC Sonae — 33. ^a em.	467	50 000,00	50 000,00	23 350 000,00	23 350 000
Polimaia/89 — Série C	15 000	1,50	1,50	—	2 441
Portucel — 26. ^a em.	2 100	50 000,00	50 000,00	105 000 000,00	105 000 000
Prado Karton — 12. ^a em.	10	50 000,00	50 000,00	500 000,00	500 000
PT — 107. ^a em.	2 020	50 000,00	50 000,00	101 000 000,00	101 000 000
PT — 108. ^a em.	240	50 000,00	50 000,00	12 000 000,00	12 000 000
Reditus 91/2010	16 232 846	0,01	0,01	—	126 702
Refer — 1. ^a em.	3 500	50 000,00	50 000,00	175 000 000,00	175 000 000
REN — Rede Eléct. Nac. — 53. ^a em.	6 110	50 000,00	50 000,00	305 500 000,00	305 500 000
REN — 54. ^a em.	800	50 000,00	50 000,00	40 000 000,00	40 000 000
RENTIPAR — SGPS — 11. ^a em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000
Revilla Internacional	700 000	4,99	4,99	3 491 585,28	3 491 585
T. Luís Correia/88	49 450	1,50	1,52	—	75 154
Tottaimo 98/05 2. ^a em. cx	798 080 000	0,01	0,01	7 980 800,00	7 980 800
Tottaimo 98/05 cx	1 795 673 000	0,01	0,01	17 956 730,00	17 956 730
Unicer — 6. ^a em.	200	50 000,00	50 000,00	10 000 000,00	10 000 000
Unifer — Oliveira & Ferr.87/97	31 000	4,99	4,94	—	153 050
Emitidos por não residentes					6 854 047 699
Por organismos internacionais					8 230 719
BEI 96/2006 — Taxa variável	12 000	498,80	498,77	5 985 574,76	5 985 193
Eurofima 95/2005	1 500	498,80	498,79	748 196,85	748 187
Morgan G. Trust/97-07 — Cupão zero	3 000	498,80	499,11	1 489 659,92	1 497 339

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Por outros não residentes					6 845 816 980
Obrig. Hipottota I — (Classe D)	1	15 501 289,00	15 501 289,04	15 501 289,04	15 501 289
Obrig. Hipottota I — (Classe A)	10 532	86 432,33	86 432,33	910 305 318,18	910 305 318
Obrig. Hipottota I — (Classe B)	325	100 000,00	100 000,00	32 500 000,00	32 500 000
Obrig. Hipottota I — (Classe C)	143	100 000,00	100 000,00	14 300 000,00	14 300 000
Obrig. Hipottota II — (Classe D)	1	18 550 000,00	18 550 000,00	18 550 000,00	18 550 000
Obrig. Hipottota II — (Classe A)	25 572	91 696,40	91 696,40	2 344 846 800,43	2 344 860 373
Obrig. Hipottota II — (Classe B)	398	100 000,00	100 000,00	39 800 000,00	39 800 000
Obrig. Hipottota II — (Classe C)	530	100 000,00	100 000,00	53 000 000,00	53 000 000
Obrig. Hipottota III — (Classe D)	1	17 000 000,00	17 000 000,00	17 000 000,00	17 000 000
Obrig. Hipottota III — (Classe A)	32 062	100 000,00	100 000,00	3 206 200 000,00	3 206 200 000
Obrig. Hipottota III — (Classe B)	1 224	100 000,00	100 000,00	122 400 000,00	122 400 000
Obrig. Hipottota III — (Classe C)	714	100 000,00	100 000,00	71 400 000,00	71 400 000
Valores de rendimento variável					879 156 347
Emitidos por residentes					878 410 669
Acções					666 757 613
Amadeu Gaudêncio	39 492	5,00	4,99	—	196 925
B. S. V. — Máq. Autom., S. A. (caut.)	3 774	4,99	4,99	—	18 825
C. P.C. — Imobiliária	451 650	5,00	0,07	—	3 607
Casa Hipólito, S. A.	11 385	4,99	4,99	—	56 788
Centro Est. Ad. Desenv.	50	4,99	4,99	—	249
Comp. Fia.T. Alcobaça	82 491	4,99	4,86	—	400 876
Comp. Fia.Tec. Fafe	48	4,99	4,16	—	200
Comp. P. P. Cavaleiros	128 923	4,99	6,36	—	820 028
Coop. Cons. S. Miguel	100	0,50	0,50	—	50
CPC — Imobiliária, S. A.	62 000	4,99	0,07	(—)	4 330
D. C. I. — Des. Com. Intern.	10 000	4,99	4,99	—	49 880
Emape — E. Agro. P. Benavente.	5 500	4,99	8,16	—	44 892
Empresa Cinematogr. S. Pedro	50	5,00	4,99	—	249
Ensinus, S. A.	10 000	5,00	9,98	32 095,20	99 809
Estamparia Império	45 578	4,99	13,23	—	602 821
Fábrica Portugal, S. A.	11 170	4,99	0,05	555,04	585
Fiandeira Mirense	2 100	4,99	0,48	—	998
Fitor — Comp. Portuguesa de Têxteis	67 969	2,00	11,82	38 062,64	803 596
Fundínio	20 000	4,99	4,99	58 043,60	99 760
Funfrap — Fund. Portug., S. A. R. L.	100 000	4,99	2,74	498 797,95	274 464
Geofinança (nominativas)	75 462	4,99	4,04	—	304 783
Geofinança (portador)	16 277	4,99	3,99	—	64 951
Gestão — Agro-Pecuária	9	4,99	3,77	33,97	34
Gestinsua, S. A.	160	5,00	65,08	122,74	10 413
HOTAL — Soc. I. H. Sul. Port.	2 700	5,00	8,18	—	22 093
INCAL — Ind. Com. Alim.	62	1,13	1,13	—	70
INICA — Soc. Min. Industriais	100	4,99	4,99	—	499
Jotocar — Ind. Mobil.	40	4,99	4,99	—	200
Matur — Soc. E. T. Madeira	17 098	5,00	11,98	—	204 753
Modelo Continente	235 156 770	1,00	1,60	343 328 884,00	376 968 585
Nova Vouga — Indústria Alimentar ...	60 601	4,99	2,78	—	168 437
Penta Publicidade	500	4,99	4,99	—	2 494
Pirites Alentejanas	2 602	1,00	2 199,11	—	5 722 081
Portugália	100 000	5,00	8,47	—	847 126
Portugália — Companhia de Transp.					
Aéreos (portador)	70 000	5,00	7,07	—	494 641
Procapital — Invest. Imobiliários, S. A.	494 126	4,99	8,74	—	4 319 160
Procapital (nominativas)	198 333	4,99	8,47	—	1 679 713
PT Multimedia	15 287 545	1,00	16,29	282 666 707,05	249 014 327
PT — SGPS	48 570	1,00	10,29	441 987,00	499 989
S. P. E. — Soc. Port. Empreendimentos	699	5,00	9,24	—	6 460
Salvador Caetano — Com. Automóvel	4	1,00	0,83	3,33	3
Situpico — S. Inv. T. Pico	1 000	5,00	4,99	—	4 988
Soc. Const. ERG — Cau	2 052	4,99	8,16	—	16 737
Soc. Const. ERG — Pt	16 845	4,99	8,16	—	137 399
Soc. Tex. L. Correia	19 901	4,99	9,40	—	187 049
Soc. Têxtil A Flor do Campo, S. A.	42 500	4,99	4,99	—	211 989
Têxteis ATMA, AS	2	4,99	209 099,19	—	418 198
Têxteis Lopes Costa	8 972	4,99	9,98	—	89 504
Vila Sol II — Empreend. Turist., S. A.	220 000	5,00	11,07	1 754 203,00	2 435 496
Vilatêxtil	45 400	4,99	4,99	—	226 454
Títulos de participação					880 965
TP. Banco Mello/87	83 149 609	0,01	0,01	806 551,21	880 965

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Unidades de participação					169 781 469
Euro Parques	50 000	4,99	4,99	—	249 399
FIQ/PME Investimentos — Retex	40	24 939,89	19 586,37	679 785,85	783 455
FRIE IPE Capital — Retex/Palep	40	24 939,89	12 968,74	172 000,00	518 750
FRIE Norpedip Retex	24	24 939,89	16 017,37	384 416,89	384 417
FRIE PME Capital	58	24 939,89	23 133,90	768 002,94	1 341 766
FRIE PME Capital Retex	16	24 939,89	24 939,89	343 960,00	399 038
FRIE PME Investimentos	73	24 939,89	18 722,00	1 820 612,04	1 366 706
FUN. Multiglobal	14 226 506	5,00	5,00	73 498 397,90	71 127 079
Fundo Inv. Mob. Totta Multiobrigações	13 482 025	5,56	5,57	75 914 584,87	75 084 519
MAXIRENT	90 620	4,99	5,72	571 812,20	518 619
Santander Imovest	2 061 825	4,99	8,73	18 954 975,77	18 007 721
Outros					40 990 623
Un. Fundo Invest. Imobil. Margueira Capital	8 217 882	4,99	4,99	40 990 622,60	40 990 623
Emitidos por não residentes					745 667
Acções					745 677
Companhia de Diamantes de Angola (acções)	76 700	2,49	9,72	—	745 677
Unidades de participação					—
Outros					—
B. Santander/01-Perp.	13 129 215 597	0,01	0,01	143 384 163,53	131 388 620
CPP/01-PERP-SUB	5 008 429 684	0,01	0,01	54 697 060,58	50 084 297
CPP-TOPS/97	99 601 459	0,01	0,01	847 110,41	982 379
OB.BSP-Taxa Fixa 2002	380 000	50,00	50,00	19 000 000,00	19 000 000
OB.CPP-Taxa Fixa 2002	1 750 000	50,00	50,00	87 500 000,00	87 500 000
OB.CX-BSP Taxa Variável 2003	16 000 000	50,00	50,00	800 000 000,00	800 000 000
OB.CX-CPP Taxa Fixa 2003	30 000 000	50,00	50,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000
OB.CX-CPP Taxa Variável 2003	30 000 000	50,00	50,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000
Obrig Perpétuas BTA-Tops	104 043 254	0,01	0,01	936 389,29	1 012 885
Obrig Perpétuas CPP-Tops	6 284 854	0,01	0,01	53 452,68	50 293
De rendimento variável — Acções					20 733 567
BTA/87	8 379 341	0,01	0,01	82 117,54	83 602
Crédito Predial Português/88	1 143 236 934	0,01	0,01	11 204 863,07	11 424 897
Crédito Predial Português/89	922 693 414	0,01	0,01	9 116 210,93	9 225 068
Títulos subordinados					107 585 140
Emitidos por residentes				107 585 140	
BPSMTOFS1997	122 487 304	0,01	0,01	1 041 142,08	1 190 910
MC FACTOR/98-PERP.S	239 422 991	0,01	0,01	2 394 229,91	2 394 230
Obrig Perpétuas BSNP-Tops	20 000 000	5,00	5,00	100 000 000,00	100 000 000
Totta Seguros Perp. Sub.	80	50 000,00	50 000,00	4 000 000,00	4 000 000
C) Títulos a vencimento					23 425 202
De rend. fixo — de emissores públicos					23 425 202
De dívida pública portuguesa					23 425 202
O. T. Fevereiro 96/06	2 289 482 348	0,01	0,01	23 425 201,53	23 425 202
De rend. fixo — de emissores não residentes					—
De outros não residentes — Obrigações					—
D) Imobilizações financeiras					144 203 520
Participações					79 456 138
Em instituições de crédito no País					59 460 536
BPI — SGPS (nominativas)	29 730 268	1,00	2,00	88 596 198,64	59 460 536

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Em instit. de crédito no estrangeiro					—
Em outras empresas no país					15 902 847
Aenor — Auto-Estradas do Norte	374 854	3,01	3,01	—	1 128 311
Aeroplan	1	478,85	478,85	—	479
C. P. C. — Imobiliária	—	—	—	—	1 017
Cosec	11 250	5,00	11,22	126 258,75	126 258
Fafer — Empreend. Urban. e de Construção, S. A.	73 242	5,00	20,39	—	1 493 935
Finangeste — Emp. Financ. Gestão e Des. S. A. R. L.	87 850	5,00	13,21	535 060,51	1 160 204
GESTISOL	135 000	4,99	31,26	—	4 220 536
Lisgarante — Soc. Garantia Mútua, S. A.	107 000	1,00	1,00	—	106 743
Margueira — S. G. F. P.	9 365	4,99	4,99	—	46 712
Norgarante — Soc. Garantia Mútua, S. A.	108 600	1,00	1,00	—	108 339
Nova Bostwick	1	94 350,00	94 350,00	—	94 350,00
Operanor — Oper. Manutenção Auto-Estradas	667	1,00	1,00	—	667
PME — Capital	200 000	4,99	5,32	—	1 064 799
PME — Investimentos	200 000	4,99	5,66	—	1 131 271
Portal Unversia Portugal	5 000	10,00	10,00	14 350,00	50 000
Previsão	70 660	5,00	5,00	—	353 120
Propaço	1	156,00	156,00	—	156
Propaço	1	247,00	247,00	—	247
Revilivro	1	125,00	125,00	—	125
SIBS — Soc. Serv. Int.	741 241	5,00	4,67	—	3 460 606
SPGM — Soc. Inv., S. A.	325 000	1,00	1,00	—	324 218
UNICRE	307 470	5,00	3,35	—	1 031 554
Em outras empresas no estrangeiro					4 092 756
Ausant Holding	1	—	3 020 348,57	3 020 349,00	3 020 349
Ausant Merchant	1	36 920,00	36 920,00	36 920,00	36 920
BIGG — B. Int. Guiné-Bissau	159 740	50 000,00	1,17	—	611 224
Capital Grupo Santander, S. A.	2 000	100,00	200,00	—	400 000
CO — Operative Soc. SWIFT	17	125,00	506,43	—	8 609
EMIS — Empresa Interbanc. de Serviços — Luanda	7 000	2,23	1,94	—	13 547
Swift — Soc. Worldwide Int. F. Tele.	12	125,00	175,60	2 107,11	2 107
Partes de capital em empresas coligadas ...					17 881 621
Em instit. de crédito no país					—
Em instit. de crédito no estrangeiro					—
Em outras empresas no país (a)					17 881 621
BENIM	25 000	5,00	5,43	1 925 707,00	1 943 190
Totta Crédito Especializado, IFIL, S. A.	—	—	—	—	15 938 431
Em outras empresas no estrangeiro					—
Outras imobiliz. financeiras					46 865 761
Outras imobiliz. financeiras — cauções ...					55 799
Diversas					55 799
Prestações suplementares de capital					3 781 222
Aenor — Auto-Estradas do Norte, S. A.	—	—	—	—	3 781 222
Contratos suprimidos					3 172 494
Benim	—	—	—	—	249 567
Fafer	—	—	—	—	385 862
Gestinsua	—	—	—	—	126 433
Propaço	—	—	—	—	2 410 634
Outras					39 856 246
Autoloc — Aluguer de Autocarros, ACE	—	—	—	—	774 923
Citeve	—	—	—	—	9 976
Fafer	—	—	—	—	—
Nortrem	—	—	—	—	22 113 568
Supergolf — SGPS	—	—	—	—	—

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Trem — Alug. de Mat. Circulante ACE	—	—	—	—	16 948 305
Uniténis	—	—	—	—	—
Várias	—	—	—	—	9 474
<i>Total</i>					14 022 843 998

(a) Inclui a reavaliação das participações consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2004

(Montantes em milhares de euros, excepto quando expressamente indicado)

Nota introdutória:

O Banco Santander Totta, S. A. (Banco ou BST), anteriormente denominado Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP) é um banco comercial constituído em 1864. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de Dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de acções efectuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

Desde Dezembro de 2000, o Banco faz parte do Grupo Santander (SAN) na sequência da aquisição do Banco Totta & Açores, S. A. (Totta) pelo SAN. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo durante o exercício de 2004 encontram-se detalhados nas notas n.ºs 8, 9, 20 e 21.

No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia — SGPS, S. A. e na Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A., tendo o remanescente da sua actividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S. A. (BSP), sido incorporada por fusão no CPP que alterou a sua designação para a actual.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

O Banco tem uma rede nacional de 630 balcões e postos de câmbio e mantém também sucursais em Londres, Luxemburgo, Ilhas Cayman e Nassau e uma sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira. Dispõe ainda de algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e de participações em empresas subsidiárias e associadas.

Empresas subsidiárias são aquelas cuja percentagem de participação exceda 50% do seu capital social e que sejam controladas pelo Banco, podendo desta forma ser consideradas, em conjunto, uma unidade de decisão (Grupo BST). As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja percentagem de participação se situe entre 20% e 50% do seu capital social e em relação às quais não exista uma relação de domínio mas apenas de complementaridade face às actividades do Banco.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Banco, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

1 — Comparabilidade da informação:

Conforme indicado na nota introdutória e na nota n.º 29, no dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Totta, a qual produziu efeitos contabilísticos nesta data. Assim, o balanço em 31 de Dezembro de 2004 reflecte os activos e passivos do anterior CPP e também os relativos ao ex-BSP e à actividade do Totta que foi objecto de incorporação no âmbito da fusão. Os resultados do exercício de 2004 correspondem aos do anterior CPP e aos realizados no período compreendido entre 17 e 31 de Dezembro

de 2004 no que se refere à actividade do ex-BSP e às operações do Totta incorporadas na fusão. As demonstrações financeiras do exercício de 2003 reflectem apenas a actividade do anterior CPP. Por este motivo, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 não são comparáveis com as do exercício anterior, não sendo apresentadas notas comparativas.

Conforme indicado na nota n.º 48, em Dezembro de 2004 o BST vendeu ao valor nominal, através de uma operação de securitização, parte da sua carteira de créditos hipotecários no montante de 3 400 000 milhares de euros. Como resultado desta operação, e após ter obtido autorização do Banco de Portugal, o BST retirou a referida carteira de crédito do seu balanço.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no PCSB e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. No que se refere às subsidiárias TottaUrbe — Empresa de Administração e Construções, S. A. (TottaUrbe) e Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª, são aplicados os princípios do Plano Oficial de Contabilidade (POC).

As demonstrações financeiras das sucursais são agregadas com as da Sede, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para euros com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre a sede e sucursais foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

Conforme referido na nota introdutória, a operação de fusão por incorporação do Totta e do BSP foi registada no dia 16 de Dezembro de 2004, produzindo efeitos contabilísticos nessa data. Desta forma, os resultados gerados pelo Totta e pelo BSP até 16 de Dezembro de 2004 foram incluídos na reserva de fusão.

As demonstrações financeiras do Banco e das empresas subsidiárias e associadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais de accionistas.

No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 — Princípios de consolidação:

A consolidação das contas das empresas subsidiárias e das maioritariamente detidas por estas, foi efectuada pelo método de integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 51).

A consolidação das contas das empresas associadas e das subsidiárias cuja actividade não se enquadra no âmbito do sector financeiro, foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*). De acordo com este método, o valor das participações é ajustado com base na percentagem da situação líquida, correspondente à participação efectiva do Banco nessas empresas.

Os valores de *trespasse* positivos (*goodwill*), decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data da compra, são totalmente amortizados no ano de aquisição por contrapartida de reservas. Os valores de *trespasse* negativos (*badwill*) são apresentados no passivo. Para efeitos da determinação dos *trespasses* em 16 de Dezembro de 2004, relativos às participações financeiras detidas pelo totta e pelo BSP, o custo de aquisição considerado correspondeu ao valor contabilístico das mesmas nas demonstrações financeiras individuais dos referidos bancos.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BST e das empresas subsidiárias e associadas, na proporção da participação respectiva, após os ajustamentos de consolidação (nota n.º 52).

As demonstrações financeiras das participadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço. De acordo com a instrução n.º 21/2003, de 18 de Agosto do Banco de Portugal, a partir de 2003 as diferenças de câmbio passaram a ser registadas em reservas (nota n.º 52).

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou por equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 3.3, alínea f).

3.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — O Banco e as suas subsidiárias e associadas adoptam o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente, no que se refere aos juros das operações activas e passivas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Os juros de crédito concedido são anulados três meses após a data de incumprimento da operação ou da primeira prestação em atraso, com excepção dos juros vencidos associados aos créditos com garantia hipotecária destinados à habitação do mutuário, os quais progridem nas classes de incumprimento e são provisionados de acordo com as taxas previstas no aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal. Adicionalmente, a partir de Dezembro de 2003, para os créditos concedidos com prestações vencidas e não pagas há mais de três de meses passou a ser interrompido o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo, excluindo o crédito hipotecário.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea i) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados*. — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial. A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através

do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas (*swaps* de moeda):

As operações *swap* de moeda não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida das operações, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito, respectivamente.

Operações de permuta de taxa de juro (*swaps* de taxa de juro):

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração dos resultados.

Adicionalmente, os contratos de *swap* de negociação são reavaliados diariamente com base no diferencial entre os fluxos futuros de pagamentos e recebimentos, actualizado a taxas de mercado. O montante apurado na reavaliação, deduzido dos juros periodificados, é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente. A reavaliação não é aceite para efeitos fiscais.

Swaps de cotações (*equity swaps*):

O valor nocional dos contratos é registado em rubricas extrapatrimoniais. A componente de taxa de juro relativa ao período em curso é periodificada e reconhecida em contas de regularização por contrapartida de resultados.

A componente *equity* é registada através da reavaliação dos derivados implícitos nos contratos (opções, *caps* e *floors*).

Estes *swaps* referem-se essencialmente a estruturas contratadas para a cobertura de obrigações emitidas e depósitos estruturados.

Derivados implícitos

O valor nocional dos derivados implícitos nas obrigações emitidas, depósitos estruturados e *equity swaps* (opções, *caps* e *floors*) é reflectido em rubricas extrapatrimoniais.

O montante dos prémios teóricos implícitos nestas operações é registado em contas de regularização e amortizado durante o seu período de vida, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Adicionalmente estes derivados são reavaliados diariamente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Forward rate agreements (FRAs):

Os contratos a prazo de taxas de juro (FRAs) são registados em contas extrapatrimoniais de acordo com o montante teórico dos mesmos.

Nos contratos FRAs de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidos ou pagos na data da liquidação são inicialmente registadas em contas de regularização, sendo periodificadas durante o prazo das operações, e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou do activo que foram objecto de cobertura.

Os FRAs de negociação são reavaliados mensalmente com base na taxa de juro de mercado aplicável ao período compreendido entre as datas de liquidação e de vencimento das operações. O ganho ou perda em cada operação é determinado na data da reavaliação, pela aplicação do diferencial entre a taxa de juro de mercado e a taxa de juro contratada, ao valor teórico da operação. As diferenças positivas ou negativas resultantes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico.

O montante dos prémios pagos (opções compradas) e recebidos (opções vendidas) é registado em contas de regularização até à data em que ocorra a execução do contrato. Adicionalmente estes contratos

são reavaliados diariamente com base na cotação de mercado e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os lucros e perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo, respectivamente.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

O Banco mantém posições próprias em contratos de futuros e actua também como intermediário em operações dos seus clientes.

As posições em aberto são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais ao seu valor nominal.

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os resultados da valorização diária das posições dos clientes são reflectidos nas respectivas contas correntes, a débito ou a crédito, consoante se tratem de prejuízos ou lucros, respectivamente.

Os activos dados em penhor a Bolsas de Valores como garantia do cumprimento dos contratos de futuros, bem como os activos de clientes recebidos para o mesmo efeito, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco país e riscos gerais de crédito. — De acordo com o aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro), e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, o Banco constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros.

Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas aplicáveis aos créditos vencidos.

É ainda constituída uma provisão adicional para créditos de cobrança duvidosa, como resultado de uma análise do valor estimado de realização de um conjunto de créditos (nota n.º 14). Parte desta provisão não é aceite para efeitos fiscais.

iii) Provisão para risco país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso n.º 3/95, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto-prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão está classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;

1% no que se refere ao restante crédito concedido.

Nos exercícios de 2001 e 2002 foram aceites como custo fiscal 50% dos reforços da provisão para riscos gerais de crédito. A partir de 1 de Janeiro de 2003 os reforços desta provisão deixaram de ser aceites fiscalmente como custo.

Adicionalmente, nos termos da legislação em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2001 quando se verifique a reposição de provisões para riscos gerais de crédito, são considerados proveitos do exercício em primeiro lugar aquelas que tenham sido custo fiscal do exercício da respectiva constituição.

d) Provisões para outros riscos:

i) Provisão para outros riscos e encargos:

Destina-se a suportar os encargos estimados com o plano de reestruturação em curso no âmbito da fusão do Totta, BSP e CPP, nomeadamente os relativos ao programa de reformas antecipadas a concretizar durante 2005 e 2006. Destina-se também a fazer face a contingências laborais, processos judiciais em curso, contingências fiscais, impostos diferidos passivos relativos a derivados, outras contingências, responsabilidades com pensões de reforma e a riscos relativos aos créditos securitizados. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as provisões para os créditos securitizados são transferidas para a rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo. Parte desta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

ii) Fundo para riscos bancários gerais:

Em 16 de Dezembro de 2004, esta provisão a nível do Totta destinava-se a fazer face a encargos estimados com o plano de reestruturação a implementar como resultado da fusão do Totta e BSP no CPP. Incluía ainda provisões para contingências laborais. Em 31 de Dezembro de 2004, esta provisão foi transferida para a rubrica de provisões para outros riscos e encargos, tendo para o efeito sido obtida autorização do Banco de Portugal.

Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) Aplicações em títulos. — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação, aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliados com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resulta-

dos da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração dos resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais.

As diferenças de valorização relativas a acções que integrem a composição dos índices da Euronext Lisboa ou que apresentem liquidez adequada são registadas como proveito ou custo.

As menos-valias potenciais decorrentes da valorização das restantes acções e outros títulos de rendimento variável são provisionadas.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção relacionado com a actividade do Banco.

O papel comercial emitido a valor descontado é registado ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a sua remuneração, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição.

A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são provisionadas.

Títulos a vencimento:

São considerados títulos a vencimento aqueles que têm um rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, com data de reembolso determinada e emitidos por entidades enumeradas pelo Banco de Portugal, sendo do interesse do Banco mantê-los até ao reembolso.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição. A diferença, positiva ou negativa, entre o custo de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado no momento da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Acções próprias:

As acções próprias são classificadas na carteira de investimento, sendo registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal.

Operações de reporte — *repos*:

Respeitam a operações de financiamento ou aplicações, cujo colateral consiste na entrega de títulos. Os repôs são registados como aplicações (compra) ou recursos (venda), pelo valor total de capital e juros.

Os juros são registados diariamente em contas de regularização do activo e passivo e reconhecidos como proveito ou custo ao longo do prazo das operações.

Estas operações envolvem a transferência efectiva, embora temporária da propriedade dos títulos dados em garantia, sendo os mesmos registados em rubricas extrapatrimoniais.

f) Partes de capital em empresas coligadas, partes de capital em empresas associadas e outras participações financeiras:

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

Esta rubrica inclui as participações estáveis em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes do capital em empresas associadas:

As participações nestas empresas e nas empresas do Grupo BST cuja participação seja inferior a 20%, são registadas pelo método da equivalência patrimonial, correspondendo o seu valor à percentagem de participação efectiva do Banco no capital, reservas e resultados dessas empresas.

Outras participações financeiras:

Esta rubrica inclui as participações em empresas não pertencentes ao Grupo BST cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20%. Inclui também aquelas cuja participação seja superior a 20% do capital das participadas e que não sejam valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. Estas participações são registadas ao custo de aquisição.

Provisões:

Quando se estimam perdas permanentes no valor de realização das participações são constituídas as respectivas provisões. Por outro lado, é dado cumprimento ao disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, o qual determina que a constituição de provisões é obrigatória quando a empresa participada se encontre numa das seguintes situações:

- Ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- Ter cessado actividade ou estar em situação de insolvência;
- Ter sido objecto de alguma providência de recuperação da empresa;
- Ter sido declarada em estado de falência.

Adicionalmente, em 25 de Junho de 2002, o Banco de Portugal através do seu aviso n.º 4/2002 introduziu novos requisitos de provisionamento das participações financeiras. O regime estabelecido pelo anterior aviso é mantido, tendo passado a ser também obrigatória a constituição de provisões quando o montante da menos-valia potencial numa participação exceder 15% do seu valor de inscrição no balanço. Nestas circunstâncias, a provisão mínima a constituir ascenderá a 40% da menos valia que exceder os referidos 15%.

O Banco não tem em carteira participações financeiras com menos-valias não provisionadas, enquadráveis neste regime.

g) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas*. — O imobilizado em curso encontra-se registado ao custo de aquisição.

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco. As reservas de reavaliação do ex-Totta e ex-BSP foram registadas na reserva de fusão (nota n.º 29).

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23 245 milhares de euros. O valor líquido resultante da reavaliação efectuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

As reservas de reavaliação das empresas associadas e subsidiárias contribuem para a determinação das reservas de consolidação.

Para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2002, a depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. No que se refere aos adquiridos após 1 de Janeiro de 2003 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos. O Banco e as suas

subsidiárias e associadas usam as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada para as diferentes rubricas de imobilizado:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4
Mobiliário e material	8 a 10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	8 a 10
Material de transporte	4

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector bancário em Portugal, não são registados os impostos diferidos passivos que resultam desta situação.

As imobilizações incorpóreas incluem, principalmente, *software* e encargos com a uniformização das aplicações informáticas no âmbito da fusão. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes em três anos.

No que se refere às adições após 1 de Janeiro de 2003 passou a ser utilizado o método das quotas constantes por duodécimos.

h) Aplicações por recuperações de crédito. — Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos — aplicações por recuperação de crédito — imóveis pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

Quando da celebração de contratos promessa de dação ou de arrematações, o Banco regista em outros activos — promessas de dação/arrematações os imóveis a receber pelo menor entre o valor total da dívida a extinguir ou o valor de avaliação do imóvel, mantendo o valor das provisões que se encontravam constituídas para os créditos vencidos. Na data da realização da escritura estas rubricas são regularizadas por contrapartida de outros activos — aplicações por recuperação de crédito — imóveis, os imóveis são avaliados e são constituídas provisões sempre que o valor da dação ou de arrematação exceda o valor de avaliação dos imóveis.

i) Pensões de reforma e sobrevivência:

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados do ex-Totta estão inscritos na segurança social, as responsabilidades do Banco com pensões relativamente a estes colaboradores consistem no pagamento de complementos.

Os restantes trabalhadores do BST não estão inscritos na segurança social. Desta forma, o Banco é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACTV. Para cobertura das suas responsabilidades o Banco dispõe de fundos de pensões.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACTV para o pessoal no activo.

De acordo com o aviso n.º 12/2001, de 9 de Novembro e o aviso n.º 7/2002, de 31 de Dezembro, do Banco de Portugal, as principais regras de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência e do respectivo financiamento, são as seguintes:

i) Obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de manter um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, no final de cada exercício.

ii) O acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas pode ser registado em custos diferidos e amortizado num período de 10 anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 2001 o Banco obteve autorização do Banco de Portugal para amortizar por contrapartida de reservas e prémios de emissão as responsabilidades adicionais decorrentes das reformas antecipadas efec-

tuadas até 30 de Novembro de 2001 e as de exercícios anteriores que em 31 de Dezembro de 2000 ainda se encontravam diferidas em contas de regularização do activo.

No exercício de 2002, o Grupo passou a amortizar os acréscimos de responsabilidades com reformas antecipadas a partir da data efectiva da passagem à reforma.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, estão registadas em contas de regularização do activo (nota n.º 27).

iii) O custo do exercício com pensões de reforma inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado.

iv) Os desvios actuariais e financeiros podem não afectar o resultado do exercício, sendo registados numa rubrica de flutuação de valores, desde que o respectivo montante não exceda o maior dos seguintes montantes:

10% do valor actual das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, reportado ao final do exercício que serve de referencial para cálculo dos desvios;

10% do valor dos activos do fundo de pensões, reportado ao final do mesmo exercício.

Caso existam desvios actuariais e financeiros superiores aos limites acima referidos podem ser registados como custos diferidos e amortizados num período de 10 anos, com início no ano seguinte àquele em que são apurados;

Em 31 de Dezembro de 2001, o Banco reconheceu uma parte das perdas actuariais e financeiras existentes nessa data em custos com o pessoal e o remanescente, registado em flutuação de valores, foi provisionado a nível da provisão para outros riscos e encargos;

A partir de 2002, o Banco optou por reconhecer como custo do exercício o valor mínimo requerido pelo aviso n.º 12/2001, ou seja, o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Os desvios actuariais e financeiros ocorridos estão registados em flutuação de valores, até ao limite definido pelo Banco de Portugal no seu aviso n.º 7/2002. Em 2002 o montante remanescente relativo ao ex-CPP foi registado em despesas com custo diferido, tendo o respectivo saldo sido transferido em 2003 para a flutuação de valores, uma vez que passou a estar enquadrado no limite definido para o corredor. Em 31 de Dezembro de 2004 os desvios actuariais e financeiros do ex-CPP voltaram a exceder o limite do corredor, estando essa parcela reflectida em despesas com custo diferido.

Na nota n.º 49 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma no que se refere ao Banco. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

j) Impostos sobre lucros. — O Banco e as empresas subsidiárias e associadas são tributados individualmente e estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 34.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na portaria n.º 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira. Este regime é aplicável desde 1 de Janeiro de 2003.

O Banco não regista impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em sede de IRC, excepto no que se refere aos impostos diferidos passivos relativos à tributação de produtos derivados, nem os relativos aos prejuízos fiscais reportáveis.

k) Locação financeira. — As operações de locação financeira são registadas de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de juros e proveitos equiparados.

l) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor de mercado.

m) Fundo de Garantia de Depósitos. — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

No exercício de 2004, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 25% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 667 milhares de euros. Neste exercício o Banco assumiu o referido compromisso irrevogável para 75% da contribuição anual. O valor total não pago relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 50 057 milhares de euros. Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado (nota n.º 23).

n) Sistema de indemnização aos investidores. — As responsabilidades para com o sistema de indemnização aos investidores não são registadas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte do mesmo (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português.

Em 31 de Dezembro de 2004 estas responsabilidades ascendem a 7627 milhares de euros.

6 — Partes de capital em empresas coligadas, participações, partes de capital em empresas associadas e outras participações financeiras:

Partes de capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica nas demonstrações financeiras individuais tem a seguinte composição:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Particip. efectiva (percent.)	Custo de aquisição	Provisões (nota n.º 24)	Valor de balanço
Totta Ireland, PLC	100,00	285 690	—	285 690
Banco Totta de Angola, S. A. R. L.	99,98	21 452	(2 842)	18 610
Madeisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	100,00	1 573	—	1 573
TAFIL — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100,00	1 247	—	1 247
Totta Urbe — Empresa de Administração e Construções, S. A.	100,00	203	—	203
Totta & Açores, Inc — Newark	100,00	75	—	75
Totta & Açores, Inc — Connecticut	100,00	69	—	69
Totta & Açores Financing, Ltd. (a)	100,00	45	—	45
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd. (b)	50,00	23	—	23
		310 377	(2 842)	307 535

(a) O capital social está representado por 50 000 acções ordinárias com valor unitário de um dólar norte-americano e 6 000 000 de acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 25 dólares norte-americanos cada.

(b) O capital social está representado por 50 000 acções ordinárias com valor unitário de um dólar norte-americano e 250 000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1000 dólares norte-americanos cada. O Banco detém 50% das acções ordinárias desta entidade.

Participações:

Nas demonstrações financeiras individuais, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Particip. efectiva (percent.)	Custo de aquisição	Provisões (nota n.º 24)	Valor de balanço
Banco BPI, S. A.	3,91	59 461	—	59 461
Totta — Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S. A.	16,12	8 354	—	8 354
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	9,00	4 221	(4 221)	—
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	15,04	3 461	—	3 461
Ausant Holding	26,72	3 020	—	3 020
AENOR — Auto-Estradas do Norte, S. A.	6,67	1 128	(4)	1 124
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	18,09	1 032	—	1 032
PME Capital — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	3,64	1 065	(215)	850
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	3,64	1 131	(461)	670
Banco Internacional da Guiné-Bissau	49,00	611	(611)	—
Capital Grupo Santander, S. A.	10,00	400	—	400
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	4,33	324	—	324
Previsão — SGFP, S. A.	10,09	353	—	353
Cosec — Companhia de Seguro de Créditos, S. A.	0,75	126	—	126
Finangest, S. A.	1,34	174	(117)	57
Ausant Merchant	25,30	37	—	37
Outras		418	(143)	275
		85 316	(5 772)	79 544

Em 2002 o Grupo BST adquiriu 5,31% do capital do Banco BPI, S. A., directamente e através da Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2004 os fundos de pensões dos bancos têm em carteira 0,79% do capital deste banco.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor de mercado das acções correspondentes aos 3,91% do capital do Banco BPI, S. A., detidos directamente pelo Banco ascendia a 88 596 milhares de euros.

Partes de capital em empresas associadas:

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Particip. efectiva (percent.)	Valor de balanço
Benim, S. A.	25,00	1 945
Totta — Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S. A.	16,12	15 937
		17 882

Outras participações financeiras:

Nas demonstrações financeiras consolidadas, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Particip. efectiva (percent.)	Custo de aquisição	Provisões (nota n.º 24)	Valor de balanço
Banco BPI, S. A.	3,91	59 461	—	59 461
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	15,04	3 461	—	3 461
Ausant Holding	26,72	3 020	—	3 020
AENOR — Auto-Estradas do Norte, S. A.	6,67	1 128	(4)	1 124
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	18,09	1 032	—	1 032
PME Capital — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	3,64	1 065	(215)	850
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	3,64	1 131	(461)	670
Finangest, S. A.	1,34	1 160	(568)	592
Capital Grupo Santander, S. A.	10,00	400	—	400
Fafer — Empreendimentos Urbanísticos, Construções, S. A. (Fafer)	33,26	1 493	(1 095)	398
Previsão — SGFP, S. A.	10,09	353	—	353
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	4,33	324	—	324
COSEC — Companhia de Seguro de Créditos, S. A.	0,75	126	—	126
Ausant Merchant	25,30	37	—	37
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	9,00	4 221	(4 221)	—
Banco Internacional da Guiné-Bissau	49,00	611	(611)	—
Outras		433	(144)	289
		79 456	(7 319)	72 137

As participações na Ausant Holding e Ausant Merchant foram adquiridas em 2001 ao Grupo SAN. O Banco concedeu a estas empresas contribuições de capital, as quais se encontram registadas em outros activos (nota n.º 31). Estes investimentos não foram registados pela equivalência patrimonial, dado o Banco não ter influência na sua gestão.

O movimento durante o exercício de 2004 nas provisões para participações financeiras é apresentado na nota n.º 24.

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (percent.)		Activo líquido	Situação líquida	Resultado do exercício	Actividade	Sede	Método de consolid.
	Directa	Efectiva						
Totta & Açores Financing (a)	100,00	100,00	110 161	110 161	—	Bancária	Ilhas Cayman	Integral
Pinto Totta Internat. Finance (a)	50 00	50 00	189 519	183 577	—	Bancária	Ilhas Cayman	Proporc.
Banco Totta de Angola	99,98	99,98	149 838	23 211	7 638	Bancária	Angola	Integral
Serfin — Internat. Bank & Trust	—	100,00	90 542	56 307	30 182	Activ. financ.	Ilhas Cayman	Integral
Totta & Açores, Inc., Connecticut	100,00	100,00	23	23	16	Capt. fundos	EUA	Integral
Totta & Açores, Inc., Newark	100,00	100,00	179	179	96	Capt. fundos	EUA	Integral
Totta & Açores Finance Ireland	100,00	100,00	59 630	59 498	1 971	Gest. invest.	Irlanda	Integral
Totta Ireland, Plc	100,00	100,00	571 982	296 935	10 524	Gest. invest.	Irlanda	Integral
Totta Urbe (b)	100 00	100 00	112 137	5 630	1 223)	Gest. propr.	Lisboa	Integral
Madeisisa (c)	100,00	100,00	48 256	22 497	29 228	Gest. particip.	Funchal	Integral
Totta Crédito Especializado, IFIC	16,12	16,12	1 545 199	98 860	14 101	Leasing mobil.	Lisboa	Integral

(a) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais que foram subscritas por terceiros (nota n.º 51).

(b) A situação líquida desta entidade exclui prestações suplementares no montante de 99 760 milhares de euros.

(c) A situação líquida e os resultados desta sociedade reflectem a aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente à sua participação financeira na Serfin International Bank & Trust.

Em 25 de Junho de 2004, foi outorgada a fusão por incorporação da Imoholsant — Imobiliária, S. A., Pombimo Imobiliária, S. A. e Bansimo Imobiliária, L.ª, na Totta Urbe — Empresa de Administração e Construções, S. A. (Totta Urbe), entidade que detinha directa e indirectamente a totalidade do capital das referidas sociedades.

O registo da fusão e a extinção das sociedades incorporadas na conservatória do registo comercial foi requerido com referência a 1 de Julho de 2004.

Como resultado desta operação, a Totta Urbe registou uma reserva de fusão no montante de 463 milhares de euros.

Em Novembro de 2004, a Mermul — Mercados Múltiplos, S. A. (Mermul) foi liquidada, tendo o seu património em 31 de Outubro de 2004 sido incorporado na Totta Urbe.

Como resultado deste processo foi registada uma mais-valia no montante de 977 milhares de euros, a qual foi anulada no processo de consolidação.

As diferenças de reavaliação e de consolidação foram determinadas como segue:

Diferenças de reavaliação:

	Custo de aquisição	Porcentagem de participação	Capitais próprios em 16 de Dezembro de 2004	Capitais adquiridos	Diferença de reaval.
Totta — Crédito Especializado, Instit. Financeira de Crédito, S. A.	8 354	16,12	98 343	15 854	7 500

Diferenças de consolidação:

	Custo de aquisição	Porcentagem de participação	Capitais próprios em 16 de Dezembro de 2004	Capitais adquiridos	Diferença de consol.
Banco Totta de Angola, S. A. R. L.	18 610	99,98	22 531	22 527	3 917
Tafil — Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	1 210	100,00	3 302	3 302	2 092
Outros	—	—	—	—	397
					6 406

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2004, os montantes das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, reembolsáveis no prazo de um ano são os apresentados abaixo:

	BST	Consolidado
Títulos da dívida pública	15 531	15 531
Obrigações de emissores públicos	40 649	84 031
Obrigações de organismos financeiros internacionais	748	748
Obrigações de outros emissores	28 425	32 418
Papel comercial	1 307 927	1 307 927
	1 393 280	1 440 655

Tendo em consideração que o reembolso de algumas obrigações e outros títulos de rendimento fixo se processa através de sorteio, não é possível determinar com antecedência a sua data de reembolso. Consequentemente, o quadro acima inclui apenas os títulos sobre os quais se tem conhecimento efectivo da respectiva data de vencimento.

8 — Créditos sobre empresas participadas, associadas e accionistas:

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais créditos sobre empresas participadas (outras participações financeiras) e associadas e sobre accionistas eram os seguintes:

	BST e consolidado		
	Disponib. à vista e outros cred. sobre instit. de crédito	Créditos sobre clientes	Garantias recebidas
Banco Santander Central Hispano	14 422	—	33 100
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	—	3 342	—
Portal Universia Portugal — Prestação de Serviços de Informática, S. A.	—	60	—

9 — Créditos sobre empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais créditos mantidos com empresas do Grupo Santander Tatta eram os seguintes:

	Disponib. sobre instit. de crédito	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	Juros e proveitos equipar.
Banco Santander de Negócios Portugal	947	73 914	—	100 000	68 494
Totta Ireland, Plc	—	246 944	—	—	3 836
Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida	—	—	1	4 000	1
Totta Credito Especializado, IFIC	—	1 286 981	779	28 332	8 886
SERFIN — International Bank & Trust	—	33 650	—	—	—
Foggia — SGPS	—	—	56 157	—	—

10 — Aplicações em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST			Consolidado		
	Investimento	Vencimento	Total	Investimento	Vencimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Títulos da dívida pública	422 114	23 425	445 539	422 114	23 425	445 539
Obrigações de empresas públicas nacionais	55 649	—	55 649	55 649	—	55 649
De emissores públicos estrangeiros	—	—	—	43 381	—	43 381
Provisões acumuladas	477 763 (194)	23 425 —	501 188 (194)	521 144 (194)	23 425 —	544 569 (194)
	477 569	23 425	500 994	520 950	23 425	544 375
De outros emissores:						
Outras obrigações emitidas por:						
Residentes	1 377 941	—	1 377 941	1 382 530	—	1 382 530
Organismos financeiros internacionais	8 231	—	8 231	8 231	—	8 231
Não residentes	6 794 766	—	6 794 766	6 845 817	—	6 845 817
Títulos vencidos	2 237	—	2 237	2 237	—	2 237
Títulos subordinados	107 585	—	107 585	107 585	—	107 585
Provisões acumuladas	8 290 760 (3 246)	— —	8 290 760 (3 246)	8 346 400 (37 676)	— —	8 346 400 (37 676)
	8 287 514	—	8 287 514	8 308 724	—	8 308 724
Títulos próprios	4 089 968	—	4 089 968	4 089 968	—	4 089 968
Provisões acumuladas	(182)	—	(182)	(182)	—	(182)
	4 089 786	—	4 089 786	4 089 786	—	4 089 786
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	420 098	—	420 098	667 504	—	667 504
Títulos de participação:						
Títulos próprios	20 734	—	20 734	20 734	—	20 734
Outros emissores	881	—	881	881	—	881
Unidades de participação	210 771	—	210 771	210 771	—	210 771
Provisões acumuladas	652 484 (22 652)	— —	652 484 (22 652)	899 890 (21 434)	— —	899 890 (21 434)
	629 832	—	629 832	878 456	—	878 456
Ações próprias	13	—	13	13	—	13
<i>Total de aplicações em títulos</i>	<i>13 484 714</i>	<i>23 425</i>	<i>13 508 139</i>	<i>13 797 929</i>	<i>23 425</i>	<i>13 821 354</i>

A rubrica de outras obrigações emitidas por não residentes, corresponde a obrigações emitidas no âmbito das operações de titularização de créditos hipotecários efectuadas em Julho de 2003, Dezembro de 2003 e Dezembro de 2004 (nota n.º 48), de acordo com o seguinte detalhe:

	BST	Consolidado
Hipototta n.º 1 PLC	957 105	972 607
Hipototta n.º 2 PLC	2 437 661	2 456 210
Hipototta n.º 3 PLC	3 400 000	3 417 000
	6 794 766	6 845 817

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores incluem 34 431 milhares de euros para os créditos securitizados.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de títulos próprios, tem a seguinte composição:

	BST e consolidado
De rendimento fixo:	
Obrigações de Caixa CPP taxa fixa 2003	1 500 000
Obrigações de Caixa CPP taxa variável 2003	1 500 000
Obrigações de Caixa BSP taxa variável 2003	800 000
Obrigações perpétuas subordinadas BSP 2001	131 389
Obrigações CPP taxa fixa 2002	87 500
Obrigações perpétuas subordinadas CPP 2001	50 084
Obrigações BSP taxa fixa 2002	19 000
Obrigações perpétuas BTA TOPs	1 013
CPP — TOPs 1997	982
	4 089 968

Adicionalmente, o Banco tinha ainda em carteira os seguintes títulos próprios de rendimento variável:

Títulos de participação CPP/88	11 425
Títulos de participação CPP/89	9 225
Títulos de participação Totta/87	84
	<u>20 734</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, as unidades de participação em fundos de investimento apresentam o seguinte detalhe:

	BST e consolidado
Em fundos geridos por sociedades do Grupo Santander Totta — Santander Gestão de Activos, SGFIM, S. A.:	
Fundos mobiliários	146 211
Fundos imobiliários	18 008
	<u>164 219</u>
Em fundos geridos por outras sociedades:	
Fundo de Investim. Imobiliário Fechado Margueira Capital	40 991
Outros	5 561
	<u>46 552</u>
	<u>210 771</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, as unidades de participação de Fundos geridos pela Santander — Gestão de Activos, SGFIM, S. A., têm a seguinte composição:

	BST e consolidado
Fundos mobiliários:	
Multiobrigações	75 084
Multiglobal	71 127
	<u>146 211</u>
Fundos imobiliários:	
Santander Imovest	18 008
	<u>164 219</u>

As unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal foram adquiridas no âmbito da emissão em Junho de 2002 das obrigações de caixa denominadas Multisatisfação. A remuneração destas obrigações está indexada ao comportamento do Fundo de Investimento Multiglobal e dos índices Dow Jones, Eurostoxx 50 e PSI-20. Para a cobertura das obrigações emitidas, o Banco subscreveu unidades de participação do Fundo de Investimento Multiglobal, pelo mesmo montante, e contratou um *equity swap* que cobre a parte da remuneração indexada a índices.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital resultou da conversão da dívida da Lisnave, tendo sido constituído essencialmente com base em imóveis e terrenos utilizados por esta empresa na zona da Margueira.

Este investimento tem garantia do Estado e vencimento em 30 de Junho de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2004, a diferença entre o custo de aquisição dos títulos de investimento e o valor de mercado (relativamente aos que são cotados em bolsa de valores), pode ser resumida como segue:

	BST	Consolidado
Obrig. e outros tit. de rend. fixo:		
Títulos da dívida pública:		
Custo de aquisição	422 114	422 114
Provisões	(145)	(145)

	BST	Consolidado
Valor de balanço	421 969	421 969
Mais-valias potenciais	29 431	29 431
Valor de mercado	<u>451 400</u>	<u>451 400</u>
Obrig. de empresas públicas nacionais:		
Custo de aquisição	55 649	55 649
Provisões	(49)	(49)
Valor de balanço	55 600	55 600
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>55 600</u>	<u>55 600</u>
De emissores públicos estrangeiros:		
Custo de aquisição	—	43 381
Provisões	—	—
Valor de balanço	—	43 381
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>—</u>	<u>43 381</u>
De outros emissores:		
Custo de aquisição	8 290 760	8 346 400
Provisões	(3 246)	(37 676)
Valor de balanço	8 287 514	8 308 724
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>8 287 514</u>	<u>8 308 724</u>
Títulos próprios:		
Custo de aquisição	4 089 968	4 089 968
Provisões	(182)	(182)
Valor de balanço	4 089 968	4 089 968
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	<u>4 089 968</u>	<u>4 089 968</u>
Acções e outros tit. de rend. variável:		
Custo de aquisição	652 484	899 890
Provisões	(22 652)	(21 434)
Valor de balanço	629 832	878 456
Menos-valias potenciais	(33 640)	(33 640)
Mais-valias potenciais	4 880	38 532
Valor de mercado	<u>601 072</u>	<u>883 348</u>

Acções próprias:

	BST e consolidado
Custo de aquisição	13
Provisões	—
Valor de balanço	13
Mais-valias potenciais	—
Valor de mercado	<u>13</u>

O Banco tem contratos de *swap* de taxa de juro afectos à cobertura de títulos da dívida pública, que por este motivo não são reavaliados. Consequentemente, parte das mais-valias potenciais em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 29 425 milhares de euros, é compensada por perdas potenciais de valor equivalente em *swaps* de taxa de juro de cobertura.

Em 31 de Dezembro de 2004, o Banco tem em carteira 15 287 545 acções da PT Multimédia — SGPS, S. A., registadas ao custo de aquisição que ascendeu a 249 014 milhares de euros, correspondentes a 9,74% do seu capital. O Banco não provisiona eventuais menos-valias

potenciais que pudessem decorrer deste investimento dado ter mecanismos que garantem o risco de desvalorização. Pelo mesmo motivo, a mais-valia potencial em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 33 653 milhares de euros, não consubstancia um ganho realizável pelo Banco.

Em Novembro de 2004, o BST adquiriu um lote adicional de acções representativo de 11,346% do capital da sociedade Modelo Continente — SGPS, S. A. (Modelo Continente).

Com esta aquisição, em 31 de Dezembro de 2004 o Banco tem em carteira acções representativas de 21,378% do capital da Modelo Continente, registadas ao custo de aquisição, que ascendeu a 376 969 milhares de euros.

Em 2002 outras entidades do Grupo SAN adquiriram 8,62% do capital desta sociedade. O Banco não provisionou as menos-valias potenciais em 31 de Dezembro de 2004 relativas a estas acções, no montante de 33 640 milhares de euros, uma vez que dispõe de mecanismos que permitem a adequada salvaguarda do risco de desvalorização desta posição e uma remuneração de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2004 os prémios por amortizar relativos à carteira de títulos a vencimento ascendiam a 530 milhares de euros. Nesta data, o valor de mercado destes títulos era superior ao respectivo valor de balanço num montante de 1301 milhares de euros.

O movimento durante o exercício de 2004 nas provisões para menos-valias em títulos de rendimento fixo e variável é apresentado na nota n.º 24.

11 — Imobilizado incorpóreo e corpóreo:

O movimento no imobilizado durante o exercício de 2004, foi o seguinte:

Descrição	BST									
	Saldo em 1 de Janeiro de 2003		Aquisições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates	Diferenças de câmbio	Efeitos de fusão		Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Imobilizado incorpóreo:										
Trespasse	—	—	—	—	—	—	—	2 377	(1 991)	386
Despesas de estabelecimento	10 483	(10 453)	—	—	(30)	—	—	135	(135)	—
Custos plurianuais	4 329	(4 253)	—	—	(75)	—	(11)	48 482	(44 276)	4 196
Despesas de inv. e desenvolvimento	15 538	(15 538)	—	—	—	—	—	483	(483)	—
Software	34 299	(25 690)	7 050	4	(6 578)	(42)	—	81 378	(60 177)	30 244
Outras imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	1 729	(762)	967
Imobilizado em curso	4	—	462	(4)	—	—	—	—	—	462
	<u>64 653</u>	<u>(55 934)</u>	<u>7 512</u>	<u>—</u>	<u>(6 683)</u>	<u>(42)</u>	<u>(11)</u>	<u>134 584</u>	<u>(107 824)</u>	<u>36 255</u>
Imobilizado corpóreo:										
Imóveis:										
De serviço próprio	98 662	(21 643)	4 764	(1 079)	(1 661)	(16)	—	239 586	(62 252)	256 381
Despesas em edif. arrendados	24 375	(21 506)	2 651	976	(973)	—	(1)	76 925	(59 798)	22 649
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	413	(2)	411

As entradas/saídas no movimento de imobilizado consolidado referem-se, essencialmente, à entrada do Banco Totta de Angola, S. A. R. L., no perímetro de consolidação.

As rubricas de custos plurianuais e *software* incluem encargos com a mudança de imagem do Grupo, encargos com a uniformização das aplicações informáticas no âmbito da fusão e gastos incorridos com projectos nas áreas de melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação.

Em Julho de 2003, foi celebrado com a Amorim Imobiliária, SGPS, S. A. um contrato de transmissão de direitos de propriedade, de arrendamento e de mútuo, nos termos do qual o Totta e outras entidades

do Grupo adquirem o Centro Empresarial Praça de Espanha (Centro Totta) por 47 628 milhares de euros (adicionalmente os Fundos de Pensões dos bancos do Grupo compraram uma parcela do imóvel no valor de 14 746 milhares de euros), através de permuta com outros imóveis detidos pelo Grupo. Nesta operação foi apurada uma mais-valia líquida de 909 milhares de euros.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos cedidos com acordo de recompra firme apresentam o seguinte detalhe:

	BST	Consolidado
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
Obrigações do Tesouro	77 497	81 621
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	2 473 981	2 473 981
	2 551 478	2 555 602

Estas operações encontram-se igualmente reflectidas nas seguintes contas do passivo:

	BST	Consolidado
Débitos para com instituições de crédito (nota n.º 18)	2 551 478	2 551 478
Débitos para com clientes (nota n.º 18)	—	4 124
	2 551 478	2 555 602

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Depósitos com pré-aviso e a prazo:		
Em instituições no estrangeiro	353 624	73 351
Em instituições no País	82 559	82 559
Desconto, redesconto e outros empréstimos	1 545 774	1 554 496
Outras aplicações	894 844	895 285
	2 876 801	2 605 691
Crédito vencido	2 020	2 020
	2 878 821	2 607 711
Provisões para crédito vencido e risco país (nota n.º 24):		
Crédito vencido	(447)	(447)
Risco-País	(98)	(98)
	(545)	(545)
	2 878 276	2 607 166

Em 31 de Dezembro de 2004, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BST	Consolidado
Até três meses	2 014 440	2 123 194
De três meses a um ano	816 136	436 272
De um ano a cinco anos	36 225	36 225
Mais de cinco anos	10 000	10 000
	2 876 801	2 605 691

Crédito sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Crédito interno:		
Descontos comerciais	352 433	352 433
Créditos em conta corrente	2 201 828	2 201 828
Empréstimos a médio e a longo prazos	4 110 207	4 110 207
Outros créditos titulados por efeitos	232 641	232 641
Descobertos em depósitos à ordem	635 349	635 349
Fomento à habitação e construção	5 226 418	5 226 418
Operações de locação financeira imobiliária	1 538	1 538
Outros créditos	604 777	604 777
	13 365 191	13 365 191
Crédito ao exterior	690 114	715 038
	14 055 305	14 080 229
Crédito e juros vencidos	310 336	311 704
	14 365 641	14 391 933
Provisões (nota n.º 24):		
Para créditos e juros vencidos:		
Provisões regulamentares	(168 451)	(169 218)
Provisões para riscos específicos	(6 128)	(6 128)
Para créditos de cobrança duvidosa:		
Provisões regulamentares	(6 329)	(6 329)
Provisões para riscos específicos	(229 720)	(229 720)
Para risco país	(5 415)	(5 415)
	(416 043)	(416 810)
	13 949 598	13 975 123

Em 2004 o BST efectuou uma operação de titularização de créditos hipotecários no montante de 3 400 000 milhares de euros (nota n.º 48). Em 31 de Dezembro de 2004 o total de créditos hipotecários securitizados ascendia a 6 758 043 milhares de euros.

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco país, durante o exercício de 2004, é apresentado na nota n.º 24.

Além destas provisões, o Banco e as suas subsidiárias dispõem das seguintes provisões para riscos de crédito:

	BST	Consolidado
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Para crédito concedido	102 292	102 954
Para crédito por assinatura	16 305	15 468
	118 597	118 422

Em 31 de Dezembro de 2004, os prazos residuais do crédito sobre clientes, excluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	BST	Consolidado
Até três meses	3 443 143	3 445 587
De três meses a um ano	2 269 999	2 273 308
De um ano a cinco anos	3 363 965	3 380 735
Mais de cinco anos	4 978 198	4 980 599
	14 055 305	14 080 229

Em 31 de Dezembro de 2004, a composição da carteira de crédito sobre clientes por sectores de actividade, é a seguinte:

	BST				Consolidado			
	Vivo	Vencido	Total	Porcentagem	Vivo	Vencido	Total	Porcentagem
Agricultura e silvicultura	44 950	8 038	52 988	0,37	44 964	8 038	53 002	0,37
Pescas	4 967	266	5 233	0,04	4 967	286	5 253	0,04
Indústrias extractivas	108 208	514	108 722	0,76	111 855	514	112 369	0,78

	BST				Consolidado			
	Vivo	Vencido	Total	Porcentagem	Vivo	Vencido	Total	Porcentagem
Indústrias transformadoras:								
Alimentação, bebidas e tabaco	140 691	2 339	143 030	1,00	140 898	2 360	143 258	1,00
Têxteis, vestuário e couro	190 841	10 453	201 294	1,40	191 081	10 453	201 534	1,40
Madeira e cortiça	80 072	3 203	83 275	0,58	80 072	3 203	83 275	0,58
Papel, gráficas e editoriais	129 885	860	130 745	0,91	129 931	860	130 791	0,91
Indústria química	73 374	1 395	74 769	0,52	73 374	1 395	74 769	0,52
Prod. minerais não metálicos	88 841	3 555	92 396	0,64	88 849	3 555	92 404	0,64
Metalurgia	74 414	1 576	75 990	0,53	74 574	1 576	76 150	0,53
Máquinas e mat. de transporte	118 450	3 994	122 444	0,85	118 450	3 994	122 444	0,85
Químicas e farmacêuticas	—	—	—	—	81	—	81	—
Electricidade, água e gás	367 462	213	367 675	2,56	368 386	213	368 599	2,56
Construção e obras públicas	1 029 652	16 926	1 046 578	7,29	1 029 745	16 965	1 046 710	7,27
Comércio e hotelaria:								
Comércio por grosso	437 766	8 605	446 371	3,11	442 518	9 406	451 924	3,14
Comércio de retalho	535 946	15 090	551 036	3,84	536 530	15 130	551 660	3,83
Restaurantes e hotéis	113 222	1 855	115 077	0,80	113 244	1 855	115 099	0,80
Transportes e comunicações	1 674 393	1 358	1 675 751	11,66	1 674 843	1 358	1 676 201	11,65
Instit. financ. não monetárias	222 740	193	222 933	1,55	222 740	193	222 933	1,55
Sector público administrativo	318 821	—	318 821	2,22	327 187	—	327 187	2,27
Outras empresas de serviços	1 177 725	33 742	1 211 467	8,43	1 179 970	33 767	1 213 737	8,43
Crédito à habit. e ao consumo	6 333 159	189 644	6 522 803	45,40	6 336 156	190 066	6 526 222	45,34
Crédito ao exterior	311 120	5 029	316 149	2,20	311 120	5 029	316 149	2,20
Outros créditos	478 606	1 488	480 094	3,34	478 694	1 488	480 182	3,34
	14 055 305	310 336	14 365 641	100,00	14 080 229	311 704	14 391 933	100,00

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2004, o efeito das reavaliações do imobilizado corpóreo pode ser demonstrado da seguinte forma:

	BST						
	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Valor líquido
	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	Custo de aquisição	Reavaliação	Total	
Imóveis:							
De serviço próprio	225 269	116 669	341 938	(43 903)	(41 654)	(85 557)	256 381
Despesas em edifícios arrendados	104 633	—	104 633	(81 984)	—	(81 984)	22 649
Outros	413	—	413	(2)	—	(2)	411
Imobilizado em curso	2 891	—	2 891	—	—	—	2 891
	<u>333 206</u>	<u>116 669</u>	<u>449 875</u>	<u>(125 889)</u>	<u>(41 654)</u>	<u>(167 543)</u>	<u>282 332</u>
Equipamento:							
Mobiliário e material.....	41 491	12 795	56 286	(33 279)	(12 795)	(46 074)	8 212
Máquinas e ferramentas	13 330	2 616	15 946	(12 212)	(2 616)	(14 828)	1 118
Equipamento informático	67 009	74	67 083	(32 004)	(74)	(32 078)	35 005
Instalações interiores.....	77 179	7 970	85 149	(48 659)	(7 938)	(56 597)	28 552
Material de transporte	9 817	61	9 878	(6 339)	(61)	(6 400)	4 478
Equipamento de segurança	22 910	2 379	25 289	(20 934)	(2 379)	(23 313)	1 976
Outro equipamento.....	5 762	6	5 768	(2 375)	(6)	(2 381)	3 387
Imobilizado em curso	4 226	—	4 226	—	—	—	4 226
	<u>241 724</u>	<u>25 901</u>	<u>267 625</u>	<u>(155 802)</u>	<u>(25 869)</u>	<u>(181 671)</u>	<u>85 954</u>
Outras imobilizações:							
Imobilizado em locação financeira	372	—	372	(372)	—	(372)	—
Património artístico	1 542	—	1 542	—	—	—	1 542
	<u>576 844</u>	<u>142 570</u>	<u>719 414</u>	<u>(282 063)</u>	<u>(67 523)</u>	<u>(349 586)</u>	<u>369 828</u>

O efeito das reavaliações no consolidado é igual ao apresentado relativamente ao BST.

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
À vista:		
Depósitos à ordem:		
De instituições no estrangeiro	47 662	36 385
De bancos centrais	18	18
De instituições no país	13 994	13 537
	<u>61 674</u>	<u>49 940</u>
A prazo ou com pré-aviso:		
Recursos do mercado monetário interbancário:		
De instituições no país	75 500	75 000
Depósitos a prazo e outros recursos:		
De instituições no estrangeiro	3 364 361	3 293 837
De bancos centrais	—	9 522
De instituições no país	775 991	775 991
Organismos financeiros internacionais	1 615	1 868
Operações de venda com acordo de recompra	2 551 478	2 551 478
	<u>6 768 945</u>	<u>6 708 196</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso, apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	BST	Consolidado
Até três meses (inclui pré-aviso)	5 023 961	4 948 958
De três meses a um ano	785 884	800 138
De um ano a cinco anos	959 100	959 100
	<u>6 768 945</u>	<u>6 708 196</u>

Débitos para com clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Depósitos de poupança	958 612	958 612
Outros débitos:		
À vista	4 808 159	4 854 569
A prazo:		
Depósitos	6 929 570	6 915 196
Outros recursos:		
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	—	4 124
Recursos consignados	100 065	100 065
Outros	156 755	166 010
	<u>7 186 390</u>	<u>7 185 395</u>
	<u>12 953 161</u>	<u>12 998 576</u>

Esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	Depósitos de poupança		Outros débitos a prazo	
	BST	Consolidado	BST	Consolidado
Até três meses	447 778	447 777	3 884 459	3 884 365
De três meses a um ano	498 377	498 376	1 281 145	1 280 244
De um ano a cinco anos	12 457	12 459	1 801 651	1 801 651
Mais de cinco anos	—	—	219 135	219 135
	<u>958 612</u>	<u>958 612</u>	<u>7 186 390</u>	<u>7 185 395</u>

19 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Obrigações em circulação:		
Obrigações de caixa	5 540 752	5 472 252
Outros:		
Certificados de depósito	843 799	843 799
Programa EMTN	3 285 000	3 285 000
Outros	24	24
	4 128 823	4 128 823
	9 669 575	9 601 075

As condições das obrigações de caixa encontram-se descritas no anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2004 os certificados de depósito têm o seguinte detalhe:

	Montante	Taxa de juro (percent.)	Prazo de vencim.
Emitidos por sucursais:			
Londres	838 845	2,499	2005
Luxemburgo	4 954	2,145	2005
	843 799		

Ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes, a Sucursal do Banco em Londres procedeu à emissão das seguintes obrigações:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
5. ^a	20 de Junho de 2005	Euribor a 3 meses mais 0,20%	750 000
7. ^a	3 de Junho de 2005	Euribor a 3 meses mais 0,180%	125 000
8. ^a	9 de Junho de 2005	Euribor a 3 meses mais 0,180%	60 000
9. ^a	26 de Setembro de 2005	Euribor a 3 meses mais 0,130%	150 000
10. ^a	28 de Novembro de 2005	Euribor a 3 meses mais 0,125%	500 000
11. ^a	28 de Abril de 2006	Euribor a 3 meses mais 0,06%	1 000 000
12. ^a	9 de Junho de 2006	Euribor a 3 meses mais 0,06%	700 000
			3 285 000

20 — Débitos para com empresas participadas, associadas e accionistas:

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais débitos para com empresas participadas (outras participações financeiras), associadas e para com accionistas eram os seguintes:

	BST e consolidado	
	Débitos para com instituições de crédito	Depósitos à ordem
Banco Santander Central Hispano	854 534	—
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	—	50 625

21 — Débitos para com empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, os principais débitos para com empresas pertencentes ao Grupo Santander Totta eram os seguintes:

Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A.	18 822
Santander Pensões — SGFP, S. A.	2 333

22 — Passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	110 124	—
Recursos do Pinto Totta Internacional Finance (PTIF)	91 770	—
	201 894	—

	BST	Consolidado
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	299 279	299 279
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000 Totta	284 315	13 868
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	174 579	160 761
Obrigações Totta/96	74 820	74 820
Obrigações Totta/95	41 151	41 151
Títulos de participação CPP/89	37 410	37 410
Obrigações Perpétuas Subordinadas totta	29 928	29 928
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP	29 927	29 927
Títulos de participação CPP/88	24 940	24 940
Obrigações de caixa subordinadas CPP 2001	20 000	20 000
Obrigações de caixa subordinadas Totta 2001	16 337	16 337
Obrigações de caixa subordinadas Crédito Predial garantido seis anos	15 050	15 050
Obrigações de caixa subordinadas CPP Eurostoxx 50	11 000	11 000
Títulos de participação Totta/87	3 680	3 680
	<u>1 062 416</u>	<u>778 151</u>
	1 264 310	778 151

Nas demonstrações financeiras consolidadas os recursos do TAF e do PTIF encontram-se reflectidos na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 51).

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no anexo II.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	1 605 079	1 513 200
Créditos documentários abertos	26 831	29 589
Fianças e indemnizações	2 129	2 129
Activos dados em garantia (valores de mercado):		
Banco de Portugal	259 915	259 915
Fundo de garantia de depósitos	64 899	64 899
Sistema de indemnização aos investidores	6 738	6 738
Outros activos	98	2 979
Outros passivos eventuais	<u>6</u>	<u>6</u>
	1 965 695	1 879 455
Compromissos:		
Por linhas de crédito:		
Revogáveis	2 823 232	2 823 902
Irrevogáveis	218 112	218 112
Contratos a prazo de depósitos	45 683	38 862
Fundo de garantia de depósitos [nota n.º 3.3, alínea m)]	50 057	50 057
Sistema de indemnização aos investidores	7 627	7 627
Outros	30 399	30 399
	<u>3 175 110</u>	<u>3 168 959</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Títulos depositados	21 880 000	21 888 441
Valores recebidos para cobrança	117 447	118 761
Valores administrados pela instituição	—	—
Créditos securitizados:		
Capital	6 758 043	6 758 043
Juros	11 814	11 814
Juros a reclamar à DGT	10 030	10 030
Outros	91 146	91 146
	<u>28 868 480</u>	<u>28 878 235</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de activos dados em garantia ao Banco de Portugal, corresponde a obrigações do Tesouro com vencimento em 2013, dadas em penhor como garantia do bom funcionamento do crédito intradiário.

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos dados em garantia ao fundo de garantia de depósitos correspondem a obrigações do Tesouro.

Em 31 de Dezembro de 2004, o saldo da rubrica de activos dados em garantia — sistema de indemnização aos investidores, corresponde à obrigação irrevogável que os bancos assumiram, por força da lei aplicável de, em caso de accionamento, entregarem àquele sistema os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 2004, existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais:

	BST	Consolidado
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):		
Compras	1 011 565	707 780
Vendas	1 004 064	708 485
Operações <i>swap</i> de moeda:		
Compras	1 977 931	1 977 931
Vendas	2 095 541	2 095 541
Operações <i>swap</i> de taxa de juro	35 404 292	35 404 292
Operações <i>swap</i> de moeda e taxa de juro (<i>cross currency interest rate swaps</i>):		
Compras	1 924 695	1 540 656
Vendas	1 904 848	1 537 908
Operações <i>swap</i> de cotações — <i>equity swaps</i>	2 476 063	2 227 047
Operações de <i>equity forwards</i>	3 800	3 800
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs) (posições compradoras e vendedoras)	39 600	39 600
Opções de cotações:		
Compradas	389 903	389 903
Vendidas	389 903	389 903
Opções de moeda:		
Compradas	64 760	64 760
Vendidas	64 760	64 760
Opções de taxa de juro:		
Compradas	2 500	2 500
Vendidas	2 500	2 500
Contratos de garantia de taxa de juro:		
<i>Caps</i>	5 992 394	5 992 394
<i>Floors</i>	552 814	552 814

No decurso da sua actividade o Grupo utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Grupo em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e de taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou notional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume das operações.

Em 31 de Dezembro de 2004, a actividade desenvolvida em operações de derivados traduz-se nos seguintes valores:

Individual:

	Valor nominal dos contratos			Valor de mercado (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —						
Compras	—	1 011 565	1 011 565	—	883 969	883 969
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —						
Vendas	—	(1 004 064)	(1 004 064)	—	(877 686)	(877 686)
<i>Swaps</i> cambiais — Compras	1 977 931	—	1 977 931	1 968 366	—	1 968 366
<i>Swaps</i> cambiais — Vendas	(2 095 541)	—	(2 095 541)	(2 088 560)	—	(2 088 560)
<i>Equity forward</i>	3 800	—	3 800	—	—	—
Opções compradas	—	64 760	64 760	—	2 182	2 182
Opções vendidas	—	64 760	64 760	—	(2 160)	(2 160)
	(113 810)	137 021	23 211	(120 194)	6 305	(113 889)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
<i>Swaps</i> (<i>interest rate swaps</i>)	(d) 11 544 167	23 860 125	35 404 292	(b) 52 731	48 850	101 581
Opções compradas	—	2 500	2 500	—	37	37
Opções vendidas	—	2 500	2 500	—	(37)	(37)
FRA (<i>forward rate agreement</i>)	—	39 600	39 600	2	—	2
<i>Caps</i>	—	5 992 394	5 992 394	—	—	—
<i>Floors</i>	—	552 814	552 814	—	1	1
	11 544 167	30 449 933	41 994 100	52 733	48 851	101 584

	Valor nominal dos contratos			Valor de mercado (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Cross currency swaps — compras	85 000	1 839 695	1 924 695	—	113 308	113 308
Cross currency swaps — vendas	(75 789)	(1 829 059)	(1 904 848)	(1 014)	(102 323)	(103 337)
	9 211	10 636	19 847	(1 014)	10 985	9 971
Contratos sobre cotações:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1 741 236	734 827	2 476 063	(e) (30 792)	7 148	(23 644)
Opções compradas	(c) 389 903	—	389 903	(39)	—	(39)
Opções vendidas	(c) 389 903	—	389 903	(450)	—	(450)
	2 521 042	734 827	3 255 869	(31 281)	7 148	(24 133)
	13 960 610	31 332 417	45 293 027	(99 756)	73 289	(26 467)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).

(b) Este valor inclui um montante de 12 350 milhares de euros relativo aos swaps de taxa de juro que estão afectos à cobertura das acções preferenciais emitidas em dólares americanos (nota n.º 22).

(c) Este valor inclui um montante de 376 969 milhares de euros relativo às opções que se encontram a cobrir as acções da Modelo Continente — SGPS em carteira.

(d) Este valor inclui o notional dos IRS (6 777 461 milhares de euros) afectos às securitizações, para os quais não existe valor de mercado.

(e) Corresponde ao valor actual da componente de taxa de juro dos swaps contratados para cobertura dos passivos estruturados emitidos pelo Grupo.

Consolidado:

	Valor nominal dos contratos			Valor de mercado (a)		
	Cobertura	Negociação	Total	Cobertura	Negociação	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Cambiais a prazo (outright forwards) —						
Compras	—	707 780	707 780	—	624 631	624 631
Cambiais a prazo (outright forwards) —						
Vendas	—	(708 485)	(708 485)	—	(625 458)	(625 458)
Swaps cambiais — Compras	1 977 931	—	1 977 931	1 968 366	—	1 968 366
Swaps cambiais — Vendas	(2 095 541)	—	(2 095 541)	(2 088 560)	—	(2 088 560)
Equity forward	3 800	—	3 800	—	—	—
Opções compradas	—	64 760	64 760	—	2 182	2 182
Opções vendidas	—	64 760	64 760	—	(2 160)	(2 160)
	(113 810)	128 815	15 005	(120 194)	(805)	(120 999)
Contratos sobre taxa de juro:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Swaps (interest rate swaps)	(d) 11 544 167	23 860 125	35 404 292	(b) 52 731	48 850	101 581
Opções compradas	—	2 500	2 500	—	37	37
Opções vendidas	—	2 500	2 500	—	(37)	(37)
FRA (forward rate agreement)	—	39 600	39 600	2	—	2
Caps	—	5 992 394	5 992 394	—	—	—
Flors	—	552 814	552 814	—	1	1
	11 544 167	30 449 933	41 994 100	52 733	48 851	101 584
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Cross currency swaps — compras	85 000	1 455 656	1 540 656	—	22 590	22 590
Cross currency swaps — vendas	(75 789)	(1 462 119)	(1 537 908)	(1 014)	(28 768)	(29 782)
	9 211	(6 463)	2 748	(1 014)	(6 178)	(7 192)
Contratos sobre cotações:						
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):						
Swaps sobre cotações (equity swaps)	1 990 250	236 797	2 227 047	(e) (63 709)	6 744	(56 965)
Opções compradas	(c) 389 903	—	389 903	(39)	—	(39)
Opções vendidas	(c) 389 903	—	389 903	(450)	—	(450)
	2 770 056	236 797	3 006 853	(64 198)	6 744	(57 454)
	14 209 624	30 809 082	45 018 706	(132 673)	48 612	(84 061)

(a) Soma algébrica do justo valor das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).

(b) Este valor inclui um montante de 12 350 milhares de euros relativo aos swaps de taxa de juro que estão afectos à cobertura das acções preferenciais emitidas em dólares americanos (nota n.º 22).

(c) Este valor inclui um montante de 376 969 milhares de euros relativo às opções que se encontram a cobrir as acções da Modelo Continente — SGPS em carteira.

(d) Este valor inclui o notional dos IRS (6 777 461 milhares de euros) afectos às securitizações, para os quais não existe valor de mercado.

(e) Inclui o valor actual da componente de taxa de juro dos swaps contratados para cobertura dos passivos estruturados emitidos pelo Grupo. Inclui ainda 32 917 milhares de euros relativos à reavaliação do swap contratado para cobertura de acções registadas na carteira de investimento.

Os produtos derivados classificados como de negociação encontram-se registados pelo justo valor, conforme descrito na nota n.º 3.3, alínea b). Os ganhos e perdas nos derivados de cobertura são compensados por resultados de sinal inverso em operações de balanço. As maturidades residuais das operações classificadas como de cobertura são as seguintes:

Individual:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps cambiais — compras	1 677 258	198 035	102 638	—	—	—	1 977 931
Swaps cambiais — vendas	(1 772 838)	(215 060)	(107 643)	—	—	—	(2 095 541)
Equity forward	—	—	—	2 300	750	750	3 800
	(95 580)	(17 025)	(5 005)	2 300	750	750	(113 810)
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps (interest rate swaps)	322 032	273 148	299 951	1 387 185	1 338 177	7 923 674	11 544 167
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cross currency swaps — compras	—	—	—	85 000	—	—	85 000
Cross currency swaps — vendas	—	—	—	(75 789)	—	—	(75 789)
	—	—	—	9 211	—	—	9 211
Contratos sobre cotações:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps sobre cotações (equity swaps)	223 839	83 060	170 643	434 879	757 002	71 813	1 741 236
Opções compradas	—	—	—	12 750	377 153	—	389 903
Opções vendidas	—	—	—	12 750	377 153	—	389 903
	223 839	83 060	170 643	460 379	1 511 308	71 813	2 521 042
	450 291	339 183	465 589	1 859 075	2 850 235	7 996 237	13 960 610

Consolidado:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps cambiais — compras	1 677 258	198 035	102 638	—	—	—	1 977 931
Swaps cambiais — vendas	(1 772 838)	(215 060)	(107 643)	—	—	—	(2 095 541)
Equity forward	—	—	—	2 300	750	750	3 800
	(95 580)	(17 025)	(5 005)	2 300	750	750	(113 810)
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps (interest rate swaps)	322 032	273 148	299 951	1 387 185	1 338 177	7 923 674	11 544 167
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cross currency swaps — compras	—	—	—	85 000	—	—	85 000
Cross currency swaps — vendas	—	—	—	(75 789)	—	—	(75 789)
	—	—	—	9 211	—	—	9 211
Contratos sobre cotações:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps sobre cotações (equity swaps)	223 839	83 060	170 643	597 866	757 002	71 813	1 990 250
Opções compradas	—	—	—	12 750	377 153	—	389 903
Opções vendidas	—	—	—	12 750	377 153	—	389 903
	223 839	169 087	170 643	623 366	1 511 308	71 813	2 770 056
	450 291	425 210	465 589	2 022 062	2 850 235	7 996 237	14 209 624

As maturidades residuais das operações classificadas como de negociação são as seguintes:

Individual:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —							
Compras	53 531	7 258	19 315	38 718	892 743	—	1 011 565
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —							
Vendas	(54 327)	(7 094)	(19 402)	(38 718)	(884 523)	—	(1 004 064)
Opções compradas	22 898	6 568	27 509	7 785	—	—	64 760
Opções vendidas	21 103	8 657	27 215	7 785	—	—	64 760
	43 205	15 389	54 637	15 570	8 220	—	137 021
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	445 913	4 319 114	4 170 430	9 050 369	998 256	4 876 043	23 860 125
Opções compradas	—	—	—	—	2 500	—	2 500
Opções vendidas	—	—	—	—	2 500	—	2 500
FRA (<i>forward rate agreement</i>)	20 000	19 600	—	—	—	—	39 600
Caps	—	—	93 000	2 169 022	1 432 430	2 297 942	5 992 394
Flors	—	—	—	526 827	25 987	—	552 814
	465 913	4 338 714	4 263 430	11 746 218	2 461 673	7 173 985	30 449 933
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cross currency swaps — compras	—	—	1 370 656	85 000	—	384 039	1 839 695
Cross currency swaps — vendas	—	—	(1 386 330)	(75 789)	—	(366 940)	(1 829 059)
	—	—	(15 674)	9 211	—	17 099	10 636
Contratos sobre cotações:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	—	172 055	14 000	345 974	202 798	—	734 827
	509 118	4 526 158	4 316 393	12 116 973	2 672 691	7 191 084	31 332 417

Consolidado:

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre taxa de câmbio:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —							
Compras	48 532	6 066	14 525	38 718	599 939	—	707 780
Cambiais a prazo (<i>outright forwards</i>) —							
Vendas	(49 314)	(5 902)	(14 612)	(38 718)	(599 939)	—	(708 485)
Opções compradas	22 898	6 568	27 509	7 785	—	—	64 760
Opções vendidas	21 103	8 657	27 215	7 785	—	—	64 760
	43 219	15 389	54 637	15 570	—	—	128 815
Contratos sobre taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps (<i>interest rate swaps</i>)	445 913	4 319 114	4 170 430	9 050 369	998 256	4 876 043	23 860 125
Opções compradas	—	—	—	—	2 500	—	2 500
Opções vendidas	—	—	—	—	2 500	—	2 500
FRA (<i>forward rate agreement</i>)	20 000	19 600	—	—	—	—	39 600
Caps	—	—	93 000	2 169 022	1 432 430	2 297 942	5 992 394
Flors	—	—	—	526 827	25 987	—	552 814
	465 913	4 338 714	4 263 430	11 746 218	2 461 673	7 173 985	30 449 933
Contratos sobre taxa de câmbio e taxa de juro:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Cross currency swaps — compras	—	—	1 370 656	85 000	—	—	1 455 656
Cross currency swaps — vendas	—	—	(1 386 330)	(75 789)	—	—	(1 462 119)
	—	—	(15 674)	9 211	—	—	(6 463)

	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	De três anos a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Contratos sobre cotações:							
Transaccion. em mercado de balcão (OTC):							
Swaps sobre cotações (<i>equity swaps</i>)	—	—	14 000	19 999	202 798	—	236 797
	509 132	4 354 103	4 316 393	11 790 998	2 664 471	7 173 985	30 809 082

24 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	BST							Saldo em 31 de Dezembro de 2004
	Saldo em 31 de Janeiro de 2003	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Efeitos de fusão	
Créd. vencido e risco-país — aplicações em instit. de crédito (nota n.º 14)	43	57	(10)	—	—	—	455	545
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	156 475	13 661	(43 829)	(65 547)	12 796	(14)	101 037	174 579
Créd. de cobr. duvidosa (nota n.º 14)	17 702	92 092	(3 058)	(1)	4 826	—	124 488	236 049
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	768	926	(8)	—	—	1	3 728	5 415
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	7 417	920	(913)	(58)	(214)	—	19 122	26 274
Outras aplicações (nota n.º 31)	15 135	19 671	(8 437)	(404)	—	—	14 163	40 128
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	71 167	5 954	(8 118)	—	(34 599)	(15)	84 208	118 597
Riscos de flutuação de câmbios	425	—	(425)	(461)	—	—	461	—
Outros riscos e encargos	53 783	8 209	(7 530)	(8 108)	101 977	1	67 758	216 090
Fundo para riscos bancários gerais	—	—	—	—	(85 000)	—	85 000	—
	322 915	141 490	(72 328)	(74 579)	(214)	(27)	500 420	817 677
Particip. financ. (nota n.º 6)	190	424	(1)	—	214	—	7 787	8 614
Outras imobiliz. financ. (nota n.º 31)	9 175	3 368	—	—	—	—	12 117	24 660
	9 365	3 792	(1)	—	214	—	19 904	33 274
	332 280	145 282	(72 329)	(74 579)	—	(27)	520 324	850 951

	Consolidado								Saldo em 31 de Dezembro de 2004
	Saldo em 31 de Janeiro de 2003	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Efeitos de fusão	Entrada/saída de participações	
Créd. vencido e risco-país — aplicações em instit. de crédito (nota n.º 14)	43	57	(10)	—	—	—	455	—	545
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14)	156 475	13 670	(43 828)	(65 547)	12 796	(16)	101 037	759	175 346
Créd. de cobr. duvidosa (nota n.º 14)	17 702	92 092	(3 058)	(1)	4 826	—	124 488	—	236 049
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 14)	768	926	(8)	—	—	1	3 728	—	5 415
Menos-valias em títulos (nota n.º 10)	7 417	1 012	(948)	(58)	32 941	—	19 122	—	59 486
Outras aplicações (nota n.º 31)	23 524	20 064	(12 759)	(406)	—	(75)	14 163	1	44 512
Pensões e encargos similares	—	15	—	—	—	—	—	434	449
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	71 167	5 977	(8 122)	—	(34 599)	(15)	83 290	724	118 422
Riscos de flutuação de câmbios	425	—	(514)	(1 622)	—	—	461	1 250	—
Outros riscos e encargos	59 646	9 607	(7 853)	(9 494)	67 546	(17)	67 758	724	187 917
Fundo para riscos bancários gerais	—	—	—	—	(85 000)	—	85 000	—	—
	337 167	143 420	(77 100)	(77 128)	(1 490)	(122)	499 502	3 892	828 141
Imobiliz. financ. (nota n.º 6)	1 126	424	(651)	(15)	1 490	—	4 945	—	7 319
Outras imobiliz. financ. (nota n.º 31)	9 175	3 368	—	—	—	—	12 117	—	24 660
	10 301	3 792	(651)	(15)	1 490	—	17 062	—	31 979
	347 468	147 212	(77 751)	(77 143)	—	(122)	516 564	3 892	860 120

Em 31 de Dezembro de 2004, as provisões para outros riscos e encargos incluem 70 000 milhares de euros relativos aos custos estimados com o plano de reestruturação do Grupo aprovado pela Comissão Executiva em 2004. O plano está a ser implementado de forma gradual e estender-se-á ao longo dos exercícios de 2005 e 2006.

As entradas/saídas de participações no movimento das provisões no consolidado referem-se, essencialmente, à entrada do Banco Totta de Angola, S. A. R. L., no perímetro de consolidação.

26 — Títulos de negociação, de investimento e a vencimento e imobilizações financeiras:

Os critérios de classificação destes activos encontram-se explicados nas notas n.º 3.3, alíneas e) e f).

27 — Contas de regularização:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Activo:

	BST	Consolidado
Proveitos a receber	363 655	356 977
Dividendos a receber da Madeisisa	17 374	—
Flutuação de valores:		
Pensões — perdas actuariais e financeiras (nota n.º 49)	77 976	77 976
Despesas com custo diferido:		
Reformas antecipadas (nota n.º 49)	196 126	196 126
Perdas actuariais e financeiras (nota n.º 49)	7 885	7 885
Comissões pagas	3 478	3 478
Crédito à habitação — Oferta Mobília, Lar e Factor 22	42 212	42 212
Operações de venda com acordo de recompra	11 653	11 688
Responsabilidades representadas por títulos	122	122
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro — cobertura	7 326	7 326
Rendas e alugueres	774	908
Outras	907	1 224
Impostos a recuperar (nota n.º 41)	42 328	42 328
Proveitos e custos em suspenso [nota n.º 3.3, alínea b)]:		
Reavaliação da posição cambial a prazo	6 283	—
Opções compradas	32 565	32 565
Economato	342	454
Valores pendentes de liquidação	45 518	45 518
Outros	3 161	3 508
	859 685	830 295

A rubrica de crédito à habitação — Oferta Mobília, Lar e Factor 22, é referente aos encargos que o Banco suportou com estas campanhas, os quais estão a ser objecto de amortização ao longo do prazo dos contratos. O montante amortizado em 2004 ascendeu a 514 milhares de euros.

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivo:

	BST	Consolidado
Custos a pagar:		
Juros	278 024	266 834
Férias e subsídio de férias	26 177	26 447
Outras remunerações variáveis	9 441	10 631
Facturas em recepção e conferência	8 111	8 111
Outros custos com pessoal	5 578	5 941
Outros	2 295	2 308
	329 626	320 272
Receitas com proveito diferido:		
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro — cobertura	24 930	24 933
Crédito interno e externo	3 427	3 427
Comissões	5 946	5 946
Títulos de investimento	1 658	5 840
Outras	908	1 090
Swaps de moeda	117 610	117 610
Valores a regularizar com bancos e clientes	7 022	7 022
Reavaliação de <i>swaps</i> de taxa de juro	(34 806)	(17 708)
Proveitos e custos em suspenso [nota n.º 3.3, alínea b)]:		
Prémio/desconto de <i>swaps</i> de moeda	1 472	1 472
Reavaliação da posição cambial a prazo	—	827
Opções vendidas	33 033	33 033
Adiantamentos por alienação de imóveis em dação	1 610	1 610
Outros	7 742	8 786
	500 178	514 160

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de *swaps* de moeda, corresponde à diferença cambial entre a moeda comprada e a vendida nestas operações.

28 — Imputação a resultados e valor de mercado:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

Títulos de investimento e a vencimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso — 26 364;

Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso — 81.

b) A diferença entre o valor pelo qual estão contabilizados os títulos de investimento e a vencimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação fosse efectuada com base em valores de mercado (relativamente aos títulos cotados), encontra-se detalhada na nota n.º 10.

29 — Capital e prémios de emissão:

Conforme indicado na nota introdutória e na nota n.º 1, no dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras que detinha na Foggia — SGPS, S. A. e na Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A., tendo o remanescente dos seus activos e passivos, em conjunto com o BSP, sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para BST. Esta operação produziu efeitos contabilísticos na data do registo. Os termos de troca foram determinados com base nos balanços dos bancos intervenientes especialmente organizados para efeitos da fusão reportados a 30 de Junho de 2004, os quais conduziram aos seguintes valores:

	CPP	BTA	BSP	BST
Capital social, excluindo acções próprias	280 000	105 828	155 138	
Valor nominal por acção (euros)	5	1	5	
Número de acções	56 000 000	105 827 500	31 027 592	
Capitais próprios em 30 de Junho de 2004 (euros)	656 535 762	390 243 470	336 191 108	
Valor contabilístico por acção (euros)	11,72	3,69	10,84	
Relação de troca		0,3145	0,9242	
Novas acções emitidas		33 286 281	28 675 821	61 962 102
Aumento de capital		166 431	143 380	309 811

Desta forma, o capital social do ex-CPP foi aumentado em 309 811 milhares de euros, correspondendo a 61 962 102 acções de valor nominal de cinco euros cada.

O diferencial entre o valor do aumento de capital e a situação líquida do Totta e do BSP à data da fusão, foi registado na reserva de fusão, a qual foi determinada da seguinte forma:

	Totta em 16 de Dezembro de 2004	Impacto da operação de cisão	Totta após a operação de cisão	BSP em 16 de Dezembro de 2004	Total
Capitais próprios:					
Capital	529 138	(423 310)	105 828	155 580	261 408
Acções próprias	—	—	—	(511)	(511)
Reserva legal	95 568	—	95 568	23 567	119 135
Prémios de emissão	1 151 983	(1 085 484)	66 499	26 198	92 697
Reserva de reavaliação	42 577	—	42 577	2 382	44 959
Outras reservas	340	—	340	47 127	47 467
Resultados transitados	—	—	—	61 495	61 495
Resultado líquido	169 457	—	169 457	55 039	224 496
	1 989 063	(1 508 794)	480 269	370 877	851 146
Aumento de capital do ex-CPP			(166 431)	(143 380)	(309 811)
Reserva de fusão			313 838	227 497	541 335

O impacto da operação de cisão corresponde ao valor contabilístico das participações destacadas, sendo demonstrado da seguinte forma:

	Número de acções	Valor conta- bilístico
Participação:		
Foggia — SGPS, S. A.	210 053 923	1 486 294
Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A.	22 500 000	22 500
		1 508 794

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital do Banco estava representado por 589 810 510 acções, com o valor nominal de um euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	Número de acções	Percent. de particip.
Foggia — SGPS, S. A.	573 905 405	97,300
Taxagest — SGPS, S. A.	14 593 315	2,470
Outros	1 265 375	0,230
Acções próprias	46 415	0,002
	589 810 510	100,000

Nos termos da portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

31 — Outros activos e outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros activosw:

	BST	Consolidado
Aplicações por recuperação de créditos:		
Imóveis	112 294	112 294
Outras	227	227
Promessas de dação	10 315	10 315
Arrematações	16 538	16 538
Outras arrematações	2 079	2 079
Existências de imóveis	—	5 123
Contribuições de capital — Ausant Holding e Ausant Merchant	246 793	246 793
Bonificações a receber do Estado Português	11 481	11 481
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3 660	3 660
IRC a recuperar	3 182	4 179
IVA a recuperar	264	266
Outras disponibilidades	299	299
Valores a regularizar com os Fundos de Pensões (nota n.º 49)	4 574	4 574
Devedores diversos	11 185	13 487
Prestações suplementares de capital:		
Totta Urbe — Empresa de Administração e Construção, S. A.	99 760	—
TAFIL — Totta Açores Finance Ireland, Limited	56 115	—
Aenor — Auto-Estradas do Norte, S. A.	3 781	3 781
Contratos de suprimentos:		
Madeisisa — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	25 751	—
Propaço — Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, L.ª (Propaço)	2 411	2 411
Fafer — Empreendimentos Urbanísticos Construção, S. A. (Fafer)	386	386
Benim, S. A.	—	250
Gestinsua — Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S. A.	126	126
Outras imobilizações financeiras:		
Nortrem — Aluguer de Material Ferroviário, A. C. E. (Nortrem)	22 114	22 114
Trem II — Aluguer de Material Circulante (Trem II)	14 098	14 098
Trem — Aluguer de Material Circulante, A. C. E. (Trem)	2 850	2 850
Autoloc — Aluguer de Autocarros, A. C. E. (Autoloc)	775	775
Outras	75	75
	651 133	478 721
Provisões para outras aplicações (nota n.º 24):		
Aplicações por recuperações de crédito	(22 935)	(22 935)
Promessas de dação	(3 053)	(3 053)
Arrematações	—	(2 833)
Existências de imóveis	(12 079)	(12 079)
Outros	(851)	(2 402)
	(38 918)	(43 302)
Provisões para risco-país (nota n.º 24)	(1 210)	(1 210)
Provisões para outras imobilizações financeiras (nota n.º 24):		
Nortrem	(11 671)	(11 671)
Trem II	(9 032)	(9 032)
Trem	(2 198)	(2 198)
Autoloc	(753)	(753)
Propaço	(606)	(606)
Fafer	(278)	(278)
Gestinsua	(122)	(122)
	(24 660)	(24 660)
	(64 788)	(69 172)
	586 345	409 549

Em 31 de Dezembro de 2004, as existências de imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos imóveis que integram a carteira de existências da TottaUrbe — Empresa de Administração e Construção, S. A. (TottaUrbe).

O saldo da rubrica de promessas de dação, corresponde a acordos de dação em cumprimento celebrados com clientes para a recuperação de créditos, cuja formalização através de escritura ainda não foi realizada.

Nas rubricas de arrematações e outras arrematações são registados os imóveis para os quais já existe uma ordem de Tribunal a favor do Banco, mas não se dispõe ainda dos registos definitivos.

Em 2003, na sequência de um acordo celebrado entre os bancos credores e a Acumuladores Autosil, S. A. (Grupo Autosil) foi constituída a Propaço, cujo capital foi realizado pelas instituições que integravam o sindicato bancário, entre elas o Banco, na proporção dos créditos detidos. A Propaço recebeu imóveis a título de dação em cumprimento e os cré-

ditos dos bancos sobre o Grupo Autosil foram convertidos em suprimentos. No âmbito desta operação o Banco converteu créditos em suprimentos no montante de 2411 milhares de euros, tendo constituído provisões de 606 milhares de euros, correspondentes à diferença entre os suprimentos concedidos e o valor de mercado dos imóveis entregues à Propaço.

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de bonificações a receber do Estado Português corresponde às bonificações de juros relativas a prestações de empréstimos à habitação, calculadas de acordo com as disposições legais aplicáveis, e tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	932	932
Bonificações processadas e não reclamadas, por não estarem vencidas	10 549	10 549
	11 481	11 481

Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Credores por valores a liquidar	9 162	9 162
Retenção de impostos na fonte	12 401	12 475
Impostos sobre os lucros a pagar	14 120	18 993
Fornecedores	20 596	20 912
Outros	5 970	6 150
	62 249	67 692

A rubrica de impostos sobre lucros a pagar, tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
BST:		
Estimativa de impostos	18 211	18 211
Pagamentos por conta	(4 844)	(4 844)
Retenções na fonte	(4 795)	(4 795)

Ex-Totta:

Estimativa de impostos	7 989	7 989
Pagamentos por conta	(40)	(40)
Retenções na fonte	(475)	(475)

Ex-BSP:

Estimativa de impostos	12 200	12 200
Pagamentos por conta	(9 489)	(9 489)
Retenções na fonte	(4 637)	(4 637)

Banco Totta de Angola, S. A. R. L.

Outras	—	4 112
	—	670
	14 120	18 993

Com referência à data da fusão dos bancos comerciais, 16 de Dezembro de 2004, o ex-Totta e o ex-BSP prepararam e apresentaram as correspondentes declarações de impostos sobre os lucros apurados no período compreendido entre 1 de Janeiro e 16 de Dezembro de 2004.

33 — Operações a prazo ainda não vencidas à data do balanço:

Esta informação encontra-se incluída na nota n.º 23.

34 — Efectivos:

O número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2004 apresenta a seguinte composição:

	BST	Consol.
Quadros directivos	307	337
Funções de chefia	1 300	1 323
Funções específicas	1 300	1 379
Funções administrativas e comerciais	2 944	3 110
	5 851	6 149

Em 31 de Dezembro de 2004 há ainda a considerar a existência de 62 colaboradores em sucursais e escritórios de representação no estrangeiro.

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

No exercício de 2004, as remunerações e outros encargos atribuídos aos órgãos de administração e fiscalização (incluindo remunerações variáveis) ascenderam a 2633 milhares de euros.

Adicionalmente, em 2004 o Banco pagou bónus ao conselho de administração a título de participação nos lucros do exercício de 2003 no montante de 3330 milhares de euros, os quais foram registados por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2004 os adiantamentos ou créditos a membros dos órgãos sociais ascendiam a 745 milhares de euros, tendo sido concedidos no âmbito da política de crédito à habitação definida para todos os colaboradores do Grupo.

Não existem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

37 — Montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira representam, cerca de, 12,68% e 13,90% do valor global do activo e passivo, respectivamente.

38 — Distribuição dos resultados por mercados geográficos:

No exercício de 2004, a distribuição dos resultados por mercados geográficos tem a seguinte composição:

	BST						
	Portugal	Resto da União Europ.	Resto da Europa	América do Norte	África	Reconci- liação	Total
Juros e proveitos equiparados	686 784	7 636	894	11 751	—	(34 008)	673 057
Juros e custos equiparados	(527 192)	(7 141)	(736)	(10 049)	—	34 008	(511 110)
Comissões (proveito)	90 706	538	30	641	—	(516)	91 399
Comissões (custo)	(42 783)	(6)	(4)	—	—	516	(42 277)
Rendimento de títulos	52 981	—	—	—	—	—	52 981
Lucros em operações financeiras	1 344 800	—	—	11 016	—	—	1 355 816
Prejuízos em oper. financeiras	(1 351 466)	(29)	—	(11 016)	—	—	(1 362 511)
Repos. e anul. respeit. a correc. de valor relat. a créd. e provisões para passivos eventuais e para comprom.	71 513	2	—	813	—	—	72 328
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(141 447)	(5)	(23)	(15)	—	—	(141 490)
Outros proveitos de exploração	17 770	—	—	—	—	—	17 770
Resultado líquido do exercício	44 990	1 290	78	3 134	—	—	49 492
Crédito sobre clientes	12 628 956	1 150 317	68 895	101 430	—	—	13 949 598
Débitos para com clientes	(11 048 507)	(696 267)	(46 634)	(1 161 753)	—	—	(12 953 161)
Activo líquido total	33 303 563	6 012 594	305 768	1 703 415	74	(8 164 043)	33 161 371

	Consolidado					Total
	Portugal	Resto da União Europ.	América do Norte	África	Reconci- liação	
Juros e proveitos equiparados	687 504	35 095	59 432	13 235	(77 575)	717 691
Juros e custos equiparados	(527 193)	(18 620)	(27 659)	(678)	63 926	(510 224)
Comissões (proveito)	90 706	538	1 799	2 793	(4 482)	91 384
Comissões (custo)	(42 826)	(291)	(26)	(205)	710	(42 638)
Rendimento de títulos	83 424	—	—	—	(68 314)	15 110
Lucros em operações financeiras	1 344 824	56 338	11 295	4 053	(176 236)	1 240 274
Prejuízos em operações financeiras	(1 352 745)	(57 135)	(11 122)	(27)	174 043	(1 246 986)
Repos. e anulações respeit. a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	77 515	2	814	1 288	(1 868)	77 751
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(142 289)	(28)	(14)	(4 336)	3 247	(143 420)
Outros proveitos de exploração	19 502	—	—	792	816	21 110
Resultado líquido do exercício	76 268	13 863	33 427	7 638	(76 525)	54 671
Crédito sobre clientes	12 628 966	1 219 212	101 431	25 514	—	13 975 123
Débitos para com clientes	(11 074 267)	(742 901)	(1 162 073)	(113 495)	94 160	(12 998 576)
Activo líquido total	33 464 180	6 949 973	2 093 839	149 912	(9 855 096)	32 802 808

39 — Outros proveitos e custos de exploração e ganhos e perdas extraordinários:

No exercício de 2004 estas rubricas têm a seguinte composição:

	BST	Consolidado
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos	336	341
Outros	1 655	1 701
	<u>1 991</u>	<u>2 042</u>
Outros proveitos de exploração:		
Recuperação de créditos incobráveis	9 874	9 880
Reembolso de despesas	3 675	3 712
Rendimento de imóveis	170	3 165
Prestação de serviços diversos	2 739	3 035
Aluguer de terminais de pagamento automático	770	770
Outros	542	547
	<u>17 770</u>	<u>21 110</u>
Perdas extraordinárias:		
Indemnizações por passagem à reforma antecipada	8 397	8 397
Encargos com reformas antecipadas (nota n.º 49)	8 154	8 154
Variação da produção da TottaUrbe	—	164
Menos-valias na venda de imóveis em dação e existências	2 712	3 932
Juros e comissões de exercícios anteriores	1 039	1 039
Perdões de dívida	703	703
Indemnizações em processos judiciais	473	473
Menos-valias na realização de valores imobilizados	412	412
Prejuízos em roubos e falsificações	148	148
Multas e penalidades	88	88
Outras perdas extraordinárias	738	1 274
	<u>22 864</u>	<u>28 784</u>
Ganhos extraordinários:		
Juros e comissões de exercícios anteriores	11 667	11 667
Mais-valias na venda de imóveis em dação e existências	739	2 160
Mais-valias na realização de valores imobilizados	44	99
Excesso de estimativa de IRC	565	565
Outros ganhos extraordinários	1 529	2 154
	<u>14 544</u>	<u>16 645</u>

40 — Encargos imputados e pagos no período, relativos a passivos subordinados:

Os encargos imputados e pagos no exercício de 2004 relativos aos passivos subordinados têm a seguinte composição por entidade:

	BST			Consolidado	
	Valores pagos	Valores imputados a custos	Valores imputados à reserva de fusão	Valores pagos	Valores imputados a custos
Ex-CPP	15 792	15 746	—	13 473	15 676
Ex-Totta	34 121	990	33 131	4 939	197
Ex-BSP	7 627	272	7 355	2 158	22
	57 540	17 008	40 486	20 570	15 895

41 — Impostos:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período adicionando aquela dotação, foi a seguinte:

	BST	Consol.
Dotação para impostos sobre lucros	18 211	19 841
Lucro do período adicionado da dot. para impostos sobre lucros	67 703	74 512
Carga fiscal (percentagem)	26,90	26,63
Pagamentos por conta e retenções na fonte	(9 639)	(9 639)
Outros	2 700	2 482
Impostos sobre lucros a (recuperar)/pagar	11 272	12 684

Com referência à data da fusão — 16 de Dezembro de 2004 — o ex-Totta e o ex-BSP encerraram contas e apresentaram as correspondentes declarações de impostos sobre os lucros apurados no período compreendido entre 1 de Janeiro e 16 de Dezembro de 2004.

Para a redução da carga fiscal face à taxa normal contribuiu, a actividade isenta desenvolvida através da sucursal financeira exterior na região autónoma da Madeira, os prejuízos apurados por agrupamentos complementares de empresas em que o Banco participa, os benefícios fiscais decorrentes de dividendos recebidos e as responsabilidades relativas a reformas antecipadas — efectuadas em anos anteriores. Inversamente, a constituição de provisões acima dos limites aceites fiscalmente como custo contribuíram para o aumento da carga fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

BST (ex-CPP):

As autoridades fiscais analisaram a situação tributária do Banco referente aos exercícios até 2001 inclusive, em sede de IRC — imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e imposto do selo.

No que respeita aos exercícios de 1997 e 1998, as liquidações adicionais de IRC recebidas foram integralmente pagas e registadas como custo. No entanto, foi deduzida reclamação graciosa no que se refere a parte das liquidações, no montante de 2075 milhares de euros.

O Banco recebeu no exercício de 2001 as correcções em sede de IRC referentes ao exercício de 1999 que se traduziram num valor a pagar de 416 milhares de euros, o qual foi integralmente pago e registado em perdas extraordinárias. A reclamação graciosa deduzida abrangeu parte das liquidações, no montante de 157 milhares de euros.

O relatório da acção de inspecção realizada ao exercício de 2000 propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 8039 milhares de euros (correspondente a 3133 milhares de euros de imposto, incluindo 303 milhares de euros de juros compensatórios). O Banco aderiu relativamente a esta matéria ao regime de regularização de dívidas (Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro), tendo efectuado o pagamento parcial de 224 milhares de euros no início de Janeiro de 2003. Foi apresentada reclamação graciosa contra correcções para um montante de 6081 milhares de euros (2141 milhares de euros de imposto), tendo sido aceites correcções de 1957 milhares de euros (689 milhares de euros de imposto). Em Novembro de 2003, o Banco pagou 508 milhares de euros, tendo registado o respectivo custo.

O Banco prestou ainda uma garantia bancária no montante de 2375 milhares de euros.

O relatório da acção de inspecção realizada ao exercício de 2001 propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 4204 milhares de euros (correspondente a 1479 milhares de euros de imposto, excluindo juros compensatórios). A natureza das correcções efectuadas respeita essencialmente a custos com reformas antecipadas não aceites fiscalmente. O Banco está a aguardar a nota de liquidação de imposto para proceder à reclamação graciosa.

Ex-Totta:

Em resultado das verificações tributárias em sede de IRC e imposto do selo, no que se refere aos exercícios de 1994 a 2000, inclusive, a Direcção-Geral dos Impostos questionou um conjunto de procedimentos adoptados pelo Banco relativamente a estes impostos.

Quanto ao processo de IRS e IRC referente aos exercícios de 1990 a 1992, inclusive, o Banco havia pedido adesão ao Plano Mateus no exercício de 1996, o qual foi deferido. No exercício de 2001, o Banco pagou na íntegra o valor liquidado relativamente a este processo.

No que respeita aos exercícios de 1994 a 1996, inclusive, encontrando-se o Banco numa situação de pagamento de IRC, as correcções efectuadas pelas autoridades fiscais implicaram liquidações adicionais deste imposto. A natureza das correcções efectuadas respeita, essencialmente, a provisões não aceites pelas autoridades fiscais por ter sido considerado que excediam os limites mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e a questões relacionadas com os procedimentos da Sucursal Financeira Exterior da Zona Franca da Madeira. O Banco pagou as correspondentes liquidações adicionais de IRC, referentes aos exercícios acima indicados, e 20% dos juros compensatórios relativamente a 1994 e 1995, dado ter aderido ao Plano Mateus.

O montante total pago no que se refere aos processos de 1990 a 1992 e de 1994 a 1996 ascendeu a 32 299 milhares de euros (nota n.º 27). Não obstante ter procedido aos pagamentos, o Banco deduziu reclamações graciosas para a maioria das situações corrigidas pelas autoridades fiscais, num montante de 32 398 milhares de euros.

Relativamente aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, o ex-Totta encontrava-se numa situação de prejuízo fiscal em sede de IRC, pelo que as correcções recebidas traduzem-se numa diminuição dos prejuízos fiscais reportáveis. Estas correcções estão relacionadas essencialmente com imposto referente às suas sucursais, variações patrimoniais positivas e provisões consideradas superiores ao mínimo imposto pelo aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal. Foram deduzidas reclamações graciosas no que se refere às correcções relativas a estes exercícios. Parte da liquidação de 1999, no montante de 9484 milhares de euros, irá ser objecto de correcção inversa no exercício de 2000, por via da actualização dos prejuízos fiscais reportáveis desse ano. Os valores liquidados e reclamados referentes aos exercícios de 1997, e 1998 e 1999 ascenderam a 24 443 milhares de euros e 5761 milhares de euros, respectivamente.

Em 30 de Outubro de 2002, o ex-Totta recebeu o relatório final das autoridades fiscais, referente ao exercício de 2000. A natureza das correcções efectuadas respeita essencialmente a provisões não aceites fiscalmente e à perda da isenção fiscal da sucursal financeira exterior da Zona Franca da Madeira. Com esta correcção os prejuízos fiscais foram totalmente absorvidos, tendo ainda o ex-Totta de pagar imposto no valor de 1760 milhares de euros (incluindo juros compensatórios). Esta liquidação foi objecto de pagamento parcial ao abrigo do regime de regularização de dívidas do Decreto-Lei n.º 248-A/2000, de 14 de Novembro, tendo sido pagos e registados como custo 262 milhares de euros. Adicionalmente foi prestada uma garantia bancária no montante de 1316 milhares de euros.

Imposto do selo:

Em 1999 foram recebidas correcções em sede de imposto do selo, referentes aos exercícios de 1994, 1995 e 1996, tendo aderido ao Plano Mateus para a totalidade das liquidações recebidas.

Em 31 de Janeiro de 2000, procedeu-se ao pagamento da totalidade das liquidações e 20% dos respectivos juros compensatórios, num montante de 2182 milhares de euros (nota n.º 27), mas foi apresentada reclamação graciosa para a totalidade do montante liquidado e respectivos fins.

Ex-BSP:

As autoridades fiscais já procederam à revisão dos exercícios até 2001, inclusive.

Relativamente aos exercícios até 1998, inclusive, deduziu reclamações graciosas, tendo aderido em alguns casos ao Plano Mateus, mediante

pagamento dos valores liquidados. O montante total pago ascende 7847 milhares de euros (nota n.º 27).

A notificação de correcções referentes ao exercício de 1999 traduziram-se numa liquidação adicional (de 2289 milhares de euros).

Durante o exercício de 2002, o ex-BSP procedeu ao pagamento do montante liquidado e ao respectivo registo em custos extraordinários. No entanto, apresentou reclamação graciosa relativamente à maioria das correcções efectuadas, no montante de 1993 milhares de euros.

Em 26 de Março de 2004, o ex-BSP foi notificado pelas autoridades fiscais do relatório de inspecção relativamente ao exercício de 2001, o qual já incorpora o resultado do direito de audição. O referido relatório propõe correcções à matéria colectável de IRC no montante de 636 milhares de euros (correspondente a 224 milhares de euros de imposto, excluindo juros compensatórios). A natureza das correcções efectuadas respeita essencialmente a custos com reformas antecipadas não aceites fiscalmente. Adicionalmente, recebeu correcções em sede de imposto do selo referente ao exercício de 2001 no montante de 126 milhares de euros.

Em 26 de Novembro de 2004 o ex-BSP foi notificado pelas autoridades fiscais do projecto de conclusões do relatório de inspecção relativamente ao exercício de 2002, tendo exercido o direito de audição em 10 de Dezembro de 2004. Adicionalmente, recebeu correcções em sede de imposto do selo referente ao exercício de 2002 no montante de 162 milhares de euros e de imposto sobre o valor acrescentado no montante de 37 milhares de euros. Aguarda-se ainda a nota de liquidação.

45 — Operações de locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2004, os montantes das operações de locação financeira são os seguintes:

	BST	Consol.
Crédito concedido	1 538	1 538
Imobilizações corpóreas (nota n.º 11)	373	373

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S & P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1 053 200	910 305	AAA	Aaa	Nov. de 2034	Ago. de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32 500	32 500	A+	A1	Nov. de 2034	Ago. de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14 300	14 300	BBB+	Baa1	Nov. de 2034	Ago. de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	1 100 000	957 105						
Classe D	17 600	15 501			Nov. de 2034	Ago. de 2012	Rend. residual gerado pela carteira titularizada.	
	1 117 600	972 606						

Hipototta PLC n.º 2:

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S & P	Fitch			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2 557 200	2 344 860	AAA	AAA	Set. de 2036	Dez. de 2012	Euribor 3 m + 0,22%	Euribor 3 m + 0,44%
Classe B	39 800	39 800	AA+	AA+	Set. de 2036	Dez. de 2012	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe C	53 000	53 000	A	A	Set. de 2036	Dez. de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 1,30%
	2 650 000	2 437 660						
Classe D	18 550	18 550			Set. de 2036	Dez. de 2012	Rend. residual gerado pela carteira titularizada.	
	2 668 550	2 456 210						

Hipototta PLC n.º 3:

Divida emitida	Montante		Rating	Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual					Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	3 206 200	3 206 200	AAA		Dez. de 2047	Dez. de 2013	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	122 400	122 400	AA		Dez. de 2047	Dez. de 2013	Euribor 3 m + 0,23%	Euribor 3 m + 0,46%
Classe C	71 400	71 400	A		Dez. de 2047	Dez. de 2013	Euribor 3 m + 0,33%	Euribor 3 m + 0,66%
	3 400 000	3 400 000						
Classe D	17 000	17 000			Dez. de 2047	Dez. de 2013	Rend. residual gerado pela carteira titularizada.	
	3 417 000	3 417 000						

48 — Operações de titularização:

Descrição das operações:

Em Julho de 2003, Dezembro de 2003 e Dezembro de 2004, o ex-BSP e ex-CPP procederam à venda de uma parte das suas carteiras de crédito hipotecário nos montantes de 1 100 000 milhares de euros, 2 650 000 milhares de euros e 3 400 000 milhares de euros, respectivamente, através de três operações de titularização. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) ao Fundo de Titularização de Créditos Hipototta n.º 1 FTC (Hipototta FTC n.º 1), ao Fundo de Titularização de Créditos Hipototta n.º 2 FTC (Hipototta FTC n.º 2) e ao Fundo de Titularização de Créditos Hipototta n.º 3 FTC (Hipototta FTC n.º 3) (Fundos Hipototta FTC), respectivamente.

Estes fundos são geridos pela Navigator — Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S. A., na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BST continua a efectuar a gestão dos contratos hipotecários, entregando aos Fundos Hipototta FTC todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento estes Fundos emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelo Fundo Hipototta n.º 1 PLC (Hipototta PLC n.º 1), pelo Fundo Hipototta n.º 2 PLC (Hipototta PLC n.º 2) e pelo Fundo Hipototta n.º 3 PLC (Hipototta PLC n.º 3) (Fundos Hipototta PLC) com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção-Geral do Tesouro ao Fundos Hipototta PLC, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas dívidas apresentam as seguintes características:

Hipototta PLC n.º 1:

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas e tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Fundos Hipototta PLC têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

A remuneração das obrigações da Classe D corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

Impostos;

Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Hipototta FTC);

Juros das obrigações das Classes A, B e C;

Juros do *swap* com o SAN.

As despesas iniciais da operação foram financiadas através de um empréstimo subordinado concedido pelo BST.

As obrigações da Classe D constituem o último passivo a liquidar pelo Hipototta PLC n.º 1, pelo Hipototta PLC n.º 2 e pelo Hipototta PLC n.º 3, com base no valor nominal desta classe deduzido das perdas em toda a carteira e acrescido de um montante correspondente a uma taxa média anual de 1,1%, 1% e 1,1%, respectivamente, aplicada ao valor da carteira total em cada momento.

As obrigações com maior grau de subordinação (Classe D) foram adquiridas por uma subsidiária do Grupo BST. As restantes obrigações emitidas pelos Fundos Hipototta PLC foram adquiridas pelo BST e encontram-se na sua carteira de investimento (nota n.º 10).

Foi também celebrado um *liquidity swap* entre o SAN e o Hipototta PLC n.º 1 que corresponde a uma facilidade/linha de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte do Hipototta PLC n.º 1.

Registo contabilístico:

Após terem sido obtidas as autorizações do Banco de Portugal, o BST procedeu ao registo da venda dos activos cedidos nas três operações de securitização, mantendo um registo em contas extrapatrimoniais, por contrato securitizado, dos valores em dívida (capital vincendo e vencido), dos juros periodificados relativos a cada contrato e dos montantes de bonificações a receber da Direcção-Geral do Tesouro (nota n.º 23).

De acordo com a Carta Circular n.º 96/2003 do Banco de Portugal, os rendimentos associados às obrigações com maior grau de subordinação (Classes D) apenas são registados quando efectivamente recebidos.

Adicionalmente, de acordo com a instrução n.º 27/2000, do Banco de Portugal, o BST regista provisões para crédito idênticas às que constituiria caso todos os créditos se mantivessem no seu activo. O valor destas provisões não pode ser superior ao valor nominal das *tranches* das obrigações com maior grau de subordinação.

49 — Responsabilidades com pensões:

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2004, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Ex-Totta	Ex-CPP	Ex-BSP	Total
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:				
Empregados no activo	4 406	54 696	49 808	108 910
Reformados e pensionistas	83 835	62 541	3 245	149 621
Reformados antecipadamente	245 112	338 042	55 966	639 120
	<u>333 353</u>	<u>455 279</u>	<u>109 019</u>	<u>897 651</u>
Cobertura das responsabilidades:				
Valores patrimoniais dos fundos, fornecidos pela entidade gestora	336 059	456 211	109 955	902 225
Valores a regularizar com os fundos de pensões (nota n.º 31)	(2 706)	(932)	(936)	(4 574)
	<u>333 353</u>	<u>455 279</u>	<u>109 019</u>	<u>897 651</u>
Despesas com custo diferido (nota n.º 27)	<u>95 693</u>	<u>82 362</u>	<u>18 071</u>	<u>196 126</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços futuros	9 757	77 759	93 777	181 293

Ao abrigo de autorizações obtidas do Banco de Portugal, em exercícios anteriores o Grupo procedeu ao registo por contrapartida de reservas e prémios de emissão dos montantes que diferiu no activo relativos a custos com reformas antecipadas realizadas até 30 de Novembro de 2001.

As despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 2004 referem-se a reformas antecipadas efectuadas nos seguintes exercícios:

2001 (no mês de Dezembro)	8 567
2002	63 519
2003	51 351
2004	72 689
	<u>196 126</u>

As amortizações das despesas com custo diferido são contabilizadas em perdas extraordinárias (nota n.º 39). As registadas no exercício de 2004 são referentes ao ex-CPP e às relativas a colaboradores do ex-BSP e ex-Totta reformados antecipadamente no final de Dezembro de 2004.

Amortização de reformas antecipadas efectuadas em:

2001	1 130
2002	3 430
2003	2 754
2004	840
	<u>8 154</u>

De acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2004, os custos com pensões registados na rubrica de custos com o pessoal, referem-se ao ex-CPP e têm a seguinte composição:

Custo dos serviços correntes	3 660
Custo dos juros	25 245
Rendimento esperado	(25 289)
	<u>3 616</u>

Em 2001 o Grupo optou por reconhecer em custos com o pessoal parte das perdas actuariais e financeiras existentes no final do exercício e provisionar o valor remanescente, reflectido em flutuação de valores (22 858 milhares de euros), no âmbito da rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

Em 2002 o Banco decidiu passar a usar a faculdade de diferimento dos desvios actuariais e financeiros permitida pelo aviso n.º 7/2002, não registando o respectivo custo.

A evolução na flutuação de valores em 2003 e 2004 apresenta o seguinte detalhe:

	Ex-Totta	Ex-CPP	Ex-BSP	BST (nota n.º 27)
Flutuação de valores em 1 de Janeiro de 2004	19 607	41 190	7 052	67 849
Perdas actuariais e financeiras, líquidas, geradas durante o exercício de 2004	3 391	12 316	2 305	18 012
Montante que excede o limite enquadrável no corredor	—	(7 885)	—	(7 885)
Flutuação de valores em 31 de Dezembro de 2004	22 998	45 621	9 357	77 976

Dado que em 31 de Dezembro de 2004, o montante das perdas actuariais e financeiras excedia o limite da flutuação de valores, o excesso no montante de 7885 milhares de euros foi registado em custos diferidos (nota n.º 27).

Em 31 de Dezembro de 2004, as hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades com pensões de reforma e o que efectivamente se verificou, apresenta o seguinte detalhe (em percentagem):

	Pressupostos	Valores efectiva- mente verifi- cados
Método actuarial	Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade	TV 73/77	
Taxa de rendimento dos fundos	6	(a)
Taxa técnica actuarial (desconto)	6	—
Taxa de crescimento salarial	3	2,70
Taxa de crescimento das pensões	2	2,70
Taxa de rotação	Nula	—

O crescimento salarial efectivamente verificado no exercício de 2004 para efeito das contribuições para a segurança social relativas aos colaboradores do ex-Totta foi de 6,50%.

a) As taxas de rendimento dos fundos de pensões em 2004 foram as seguintes:

Ex-Totta — 4,67%;
Ex-CPP — 4,51%;
Ex-BSP — 4,09%.

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

O ex-Totta dispõe de estudos que determinam o nível de aceitação das reformas antecipadas que efectua, por parte da segurança social. Com base nos resultados desses estudos, durante o exercício de 2004 suportou directamente 6,50% do valor das pensões que seriam da responsabilidade da segurança social.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Santander Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., é a entidade que gere os Fundos de Pensões do Grupo. Nesta data o número de participantes dos Fundos tem a seguinte composição:

	Ex-Totta	Ex-CPP	Ex-BSP	Total
Empregados no activo	2 581	1 687	1 419	5 687
Reformas e pensionistas	2 124	476	28	2 628
Reformados antecipadamente	1 906	1 375	176	3 457
	6 611	3 538	1 623	11 772

O movimento nos Fundos de Pensões durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	Ex-Totta	Ex-CPP	Ex-BSP	Total
Valor patrimonial em 1 de Janeiro de 2004	312 706	421 845	92 237	826 788
Contribuições dos bancos	44 760	41 730	16 724	103 214
Contribuições dos empregados	639	551	415	1 605
Rendimento líquido dos Fundos	14 081	18 676	3 758	36 515
Pensões pagas	(36 127)	(26 591)	(3 179)	(65 897)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2004	336 059	456 211	109 955	902 225

Em 31 de Dezembro de 2004, as carteiras dos fundos de pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo:

	Ex-Totta	Ex-CPP	Ex-BSP	Total
Imóveis arrendados	31 736	33 351	10 005	75 092
Títulos	1 599	16 888	4 085	22 572
	33 335	50 239	14 090	97 664

50 — Participações financeiras:

A informação requerida por esta nota está incluída nas notas n.º 3.3, alínea f) e n.º 6.

51 — Interesses minoritários:

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, tem a seguinte distribuição por entidade:

	Balanço	Demonstr. dos resultados
Totta & Açores Financing (acções preferenciais)	110 124	386
Pinto Totta International Finance (acções preferenciais)	94 721	281
Outras	4	—
	204 849	667

O Totta & Açores Financing (TAF) é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman e com um capital social de 50 000 dólares norte-americanos. Esta sociedade procedeu à emissão de 6 000 000 de acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 25 dólares norte-americanos cada, integralmente subscritas e realizadas por terceiros. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo correspondente a uma remuneração anual nominal de 8,875%, pago trimestralmente. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total,

das acções preferenciais a partir de 11 de Outubro de 2006 ao preço de 25 dólares norte americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

O Pinto Totta International Finance (PTIF) é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman e com um capital social de 50 000 dólares norte americanos, detido em partes iguais pelo BST e pelo Banco Comercial Português, S. A., uma vez que incorporou por fusão o ex-BPSM. Esta sociedade procedeu à emissão de 250 000 acções preferenciais sem direito de voto, com um valor unitário de 1000 dólares norte-americanos cada, integralmente subscritas e realizadas por terceiros, sendo a liquidação dos respectivos dividendos e o seu reembolso garantidos conjuntamente pelos dois bancos. Aos titulares destas acções é assegurado um dividendo que corresponde a uma remuneração anual de 7,77%, fixada por um período de 10 anos, paga semestralmente. A partir de Agosto de 2007, a remuneração destas acções corresponderá à taxa Libor (seis meses) do dólar norte-americano, acrescida de 2,75%. O PTIF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais, mediante autorização do Banco de Portugal, a partir de Agosto de 2007 ao preço de 1000 dólares norte-americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

52 — Reservas, resultados transitados e lucro do período:

O movimento nas reservas e nos resultados transitados durante o exercício de 2004 foi o seguinte:

	BST								
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas			Reservas de reaval.	Result. transit.	Result. do exerc.	Total
			Legais	Fusão	Total				
Saldos em 31 de Dez. de 2003	280 000	163 703	31 366	—	31 366	23 245	96 967	51 549	646 830
Aplicação de resultados	—	—	5 155	—	5 155	—	45 518	(50 673)	—
Distrib. de bónus ao conselho de administração	—	—	—	—	—	—	—	(876)	(876)
Aum. de capital (nota n.º 29)	309 811	—	—	—	—	—	—	—	309 811
Fusão com o Totta e BSP (nota n.º 29)	—	—	—	541 335	541 335	—	—	—	541 335
Resultado do exercício	—	—	—	—	—	—	—	49 492	49 492
Saldos em 31 de Dez. de 2004	589 811	163 703	36 521	541 335	577 856	23 245	142 485	49 492	1 546 592

	Consolidado									
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas				Reservas de reaval.	Result. transit.	Result. do exerc.	Total
			Legais	Fusão	Outras	Total				
Saldos em 31 de Dez. de 2003	280 000	163 703	31 366	—	18 209	49 575	23 245	84 428	54 590	655 541
Aplicação de resultados	—	—	5 155	—	26 750	31 905	—	21 809	(53 714)	—
Distrib. de bónus ao conselho de administração	—	—	—	—	—	—	—	—	(876)	(876)
Aum. de capital (nota n.º 29)	309 811	—	—	—	—	—	—	—	—	309 811
Fusão com o Totta e BSP (nota n.º 29)	—	—	—	541 335	—	541 335	—	—	—	541 335
Diferenças de consolidação em aquisições:										
Totta & Açores, Inc. Connecticut	—	—	—	—	(42)	(42)	—	—	—	(42)
Outras	—	—	—	—	(12)	(12)	—	—	—	(12)
Outros	—	—	—	—	(953)	(953)	—	—	—	953)
Result. consol. do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	54 671	54 671
Saldos em 31 de Dez. de 2004	589 811	163 703	36 521	541 335	43 952	621 808	23 245	106 237	54 671	1 559 475

Reserva legal:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação:

Provém das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo Banco a nível da sua actividade individual, ao abrigo das disposições legais, e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital [nota n.º 3.3, alínea g)].

Reservas consolidadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, as reservas legais das empresas que consolidam pelo método de integração global ascendiam a 309 milhares de euros e encontram-se incluídas nas outras reservas.

No exercício de 2004, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	Resultado líquido do exercício	Resultados adquiridos (a)	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro do exercício do BST (actividade individual)	49 492	—	49 492
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:			
Serfin International Bank & Trust	30 182	—	30 182
Madeisisa	29 228	—	29 228
Totta Ireland, Plc.	10 525	—	10 525
Banco Totta de Angola	7 650	(7 345)	305
TottaUrbe	(223)	—	(223)
Totta Crédito Especializado — IFIC	2 273	(2 189)	84
Totta & Açores Finance Ireland	1 971	(1 890)	81
Totta & Açores, Inc — Connecticut	16	(20)	(4)
Totta & Açores, Inc — Newark	96	(138)	(42)
Anulação de dividendos:			
Serfin International Bank & Trust			(29 381)
Madeisisa			(27 511)
Totta Ireland, Plc.			(10 360)
			(67 252)
Anulação de impostos diferidos activos			(223)
Correcção da operação de aumento de capital da Mermul			3 254
Outros			(736)
Lucros consolidado do exercício			54 671

(a) Correspondem aos resultados gerados entre 1 de Janeiro de 2004 e a data de entrada no perímetro de consolidação (16 de Dezembro de 2004).

53 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Caixa	115 787	121 329
Depósitos à ordem:		
No Banco de Portugal	288 593	288 593
Em bancos centrais no estrangeiro	1 005	11 583
	405 385	421 505

De acordo com o Regulamento n.º 2818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes.

A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos.

A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

54 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Cheques a cobrar	163 206	163 419
Depósitos à ordem:		
Em instituições no estrangeiro	15 830	23 179
Em instituições no País	1 745	1 763
	180 781	188 361

55 — Rendimento de títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Títulos de investim. de rendim. variável:		
Dividendos de acções	7 224	7 224
Unidades de participação	487	487
Imobilizações financeiras:		
Ausant Holding	5 155	5 155
Totta Ireland, Plc.	10 360	—
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	1 960	1 960
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	284	284
Madeisisa	27 511	—
	52 981	15 110

56 — Custos com pessoal:

A rubrica de custos com pessoal, tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Salários e vencimentos:		
Órgãos de direcção e fiscalização	633	633
Empregados	48 652	49 187
Outras remunerações variáveis	5 725	5 725
	55 010	55 545
Encargos sociais:		
Encargos com pensões de reforma (nota n.º 49):		
Custos do exercício	3 616	3 616

	BST	Consol.
Pensões pagas	34	34
Outros encargos com pensões	42	42
Custos com a segurança social	1 677	1 727
SAMS	4 205	4 205
Caixa e abono de família	4 153	4 153
Seguro de acidentes de trabalho	237	239
Outros encargos sociais	615	615
	<u>14 579</u>	<u>14 631</u>
Outros custos com o pessoal:		
Indemnizações contratuais	975	975
Outros	177	210
	<u>1 152</u>	<u>1 185</u>
	<u>70 741</u>	<u>71 361</u>
57 — Juros e proveitos equiparados:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	BST	Consol.
Juros de disponib. no Banco de Portugal	982	982
Juros de aplic. em inst. de crédito no País	66 103	66 937
Juros de aplic. em inst. de crédito no estrang.	596	965
Juros de crédito interno a curto prazo	19 428	19 428
Juros de crédito em conta corrente	18 099	18 131
Juros de crédito interno a médio e a longo prazos	246 882	246 882
Juros de crédito ao exterior	7 078	7 483
Juros de títulos de negociação	—	438
Juros de títulos de investimento	84 923	127 554
Juros de títulos a vencimento	85	85
Juros cobrados sobre crédito vencido	5 519	5 521
Juros de swaps	222 305	222 229
Outros	1 057	1 056
	<u>673 057</u>	<u>717 691</u>

58 — Juros e custos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BST	Consol.
Juros de depósitos de clientes:		
À ordem	7 352	7 355
A prazo	30 381	30 355
De poupança	4 706	4 706
	<u>42 706</u>	<u>42 416</u>
Juros de recursos de instituições de crédito no País	130 284	130 284
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	14 130	19 630
Juros de certificados de depósito	724	724
Juros de obrigações em circulação	106 660	106 660
Juros de programas EMTN	3 162	3 162
Remuneração de títulos de participação (nota n.º 40)	1 253	1 253
Remuneração de obrigações subordinadas (nota n.º 40)	15 755	14 641
Juros de swaps	195 925	190 617
Fundo de garantia de depósitos	667	667
Juros de outros recursos	98	157
Outros	13	13
	<u>511 110</u>	<u>510 224</u>

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *Matias Pedro Rodriguez Inciarte*, vice-presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *António José Sacadura Vieira Monteiro*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos*, vogal — *José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt*, vogal — *José Carlos Brito Sítima*, vogal — *José Manuel Galvão Teles*, vogal.

Obrigações em circulação em 31 de Dezembro de 2004 (nota n.º 19)

Títulos emitidos		Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Data de emissão	Data de vencimento	Indexante	(Em milhares de euros)
Totta Euro Preço		EUR	12 688	Variável	28-1-2002	28-1-2005	Índice de preços no consumidor da zona euro e índice Dow Jones Eurostoxx 50.	
Mundial 2002		EUR	29 139	Variável	25-2-2002	25-2-2005	Índice Dow Jones Global Titans 50.	
Totta Crescente		EUR	20 936	Variável	25-3-2002	25-3-2005		
Cabaz Digital/Abril/2005		EUR	3 000	Variável	22-4-2002	22-4-2005	Cabaz de ações British Petroleum, Portugal Telecom, Iberdrola, ABN AMRO, Unilever.	
Cabaz Europa Maio/2005		EUR	2 500	Variável	29-5-2002	30-5-2005	Cabaz de ações Lloyds TSB, Vodafone Group, British Petroleum, LaFarge e Suez.	
Totta Multi-Satisfação		EUR	20 174	Variável	11-6-2002	14-6-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.	
Totta Multi-satisfação II		EUR	20 455	Variável	8-7-2002	8-7-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.	
Totta Real Estate		EUR	8 814	Variável	1-8-2002	4-8-2005	Fundo de Investimento Imobiliário Haus-invest.	
Totta Valor Europa		EUR	17 609	Variável	4-10-2002	7-10-2005	Dow Jones Eurostoxx 50.	
Totta Valor Oriente		EUR	21 183	Variável	4-11-2002	4-11-2005	Taxa de câmbio EUR/IPY.	
Totta Crescimento Europa 22		EUR	12 366	Variável	2-12-2002	7-12-2005	Dow Jones Eurostoxx 50.	
Totta Investimento Banca		EUR	10 194	Variável	30-12-2002	16-1-2006	Cabaz de ações Banco Popular Español SA, Unicredito Italiano Spa e Abbey National Plc.	
Totta Cabaz Diversificação		EUR	12 219	Variável	30-1-2003	16-1-2006	Dow Jones Euro Stoxx Healthcare/Media/Telecom/Bank.	
Totta Rendimento Imobiliário		EUR	9 998	Variável	27-2-2003	5-9-2006	Haus-invest.	
Totta Max 5		EUR	3 000	Variável	21-3-2003	21-3-2006	Cabaz de ações France Telecom SA, Nokia OYI, BBVA e EDP.	
Totta Euro-Yen Investimento		EUR	10 598	Variável	28-3-2003	28-9-2006	Taxa de câmbio EUR/IPY.	
Totta Euro Mais		EUR	18 329	Variável	30-4-2003	30-10-2006	Taxa de câmbio EUR/IPY e Taxa de câmbio EUR/USD.	
Totta Euro Inflação		EUR	4 000	Variável	15-5-2003	15-5-2008	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da zona Euro (Eurostat) e Taxa de Juro Euribor a seis meses.	
Totta Rendimento5		EUR	11 462	Variável	2-6-2003	4-12-2006	Cabaz de ações AXA, Nestle, Pepsi Co, Sony Corporation e Vodafone Group Plc.	
Totta Super Investimento		EUR	12 450	Variável	30-6-2003	2-1-2007	Cabaz de ações.	
Totta Super Investimento 10		EUR	22 818	Variável	30-7-2003	5-2-2007	Cabaz de ações British Petroleum, Groupe Danone, Procter & Gamble Co., Toyota Motor Corp., Bayer AG, Suez SA, Canon Inc, ING Groep NV, Altria Group Inc e The Coca-Cola Company.	
Totta Super Investimento Global 5		EUR	7 883	Variável	29-8-2003	3-9-2008	Cabaz de 25 ações.	
Totta Super Investimento Global 3,5		EUR	14 653	Variável	29-8-2003	1-3-2007	Cabaz de ações.	
Totta Cabaz Março 2007		EUR	2 303	Variável	15-9-2003	15-3-2007	Cabaz de ações.	
Totta Super Estrelas 1.ª série		EUR	70 500	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable	
Totta Super Estrelas 2.ª série		EUR	38 000	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
Totta Super Estrelas 42 meses		EUR	7 923	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable	
Totta Super Estrelas Premium		EUR	4 416	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
Totta Super Estrelas II		EUR	38 011	Variável	28-11-2003	28-11-2008	Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
Totta Super Estrelas III		EUR	24 177	Variável	29-12-2003	28-12-2008	Cabaz de fundos — Socgen Internat. SICAV (fundo accionista), KBC Bonds High Interest — Kap (fundo obrigacionista) e CS Eureall (fundo imobiliário).	
Totta Valor Mundial		EUR	12 506	Variável	30-1-2004	31-1-2009	Cabaz de fundos — Morgan Stanley SICAV Global Class I (fundo accionista), PAM (L) Bond	
Totta Super 5%		EUR	15 515	Variável	27-2-2004	27-2-2012	Universalis Cap (fundo obrigacionista) e SEB ImmoInvest (fundo imobiliário).	
Totta Super 5% +		EUR	3 600	Variável	16-4-2004	16-4-2012	Cabaz de índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.	
Premium Invest Abril 2006		EUR	3 000	Variável	20-4-2006	20-4-2006	Euribor um ano.	
Cabaz Mundial		EUR	47 245	Variável	17-5-2004	19-7-2007	Euribor um ano.	

Cabaz de sete ações — Canon Inc, Johnson & Johnson, Vodafone Group PLC, Altria Group Inc., Toyota Motor Corp, Coca Cola Co, Nestle SA — Registered.

(Em milhares de euros)							
Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Data de emissão	Data de vencimento	Indexante	
Poupança S&P500-4,75%.....	EUR	2 825	Variável	21-5-2004	21-5-2009	Standard & Poor's 500 Composite Price Index.	
Investimento Premium 5%	EUR	5 845	Variável	28-5-2004	28-5-2012	Euribor um ano.	
Poupança Plus	EUR	2 595	Variável	4-6-2004	4-6-2009	Euribor um ano.	
Euro Rentabilidade	EUR	27 686	Variável	18-6-2004	18-6-2008	Euribor um ano.	
Oportunidade Crescente 2004	EUR	3 670	Variável	29-6-2004	20-6-2008	Euribor um ano.	
Rendimento Mundial	EUR	22 524	Variável	29-7-2004	29-7-2009	Cabaz de três Índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.	
Oport. Crescente 2004 — 2.ª série	EUR	5 058	Variável	2-8-2004	4-8-2008	Euribor um ano.	
Investimento Premium II 5%	EUR	6 198	Variável	4-8-2004	6-8-2012	Euribor um ano.	
Investimento Prestígio	EUR	4 685	Variável	17-9-2004	17-9-2012	Euribor um ano.	
Super Podium	EUR	25 356	Variável	20-9-2004	21-9-2009	Cabaz de cinco ações — Coca Cola Co, McDonald's, Time Warner, Matsushita Co, Siemens AG.	
Investimento Duplo 4,5%	EUR	3 622	Variável	14-10-2004	15-10-2012	Euribor a um ano.	
Corredor Euribor Outubro 2014	EUR	2 928	Variável	21-10-2004	21-10-2014	Euribor seis meses.	
Soma Global	EUR	21 042	Variável	2-11-2004	2-11-2009	Índices: Dow Jones Euro Stoxx 50 (zona euro); Standard & Poor's 500 (mercado norte-americano).	
Cabaz África	EUR	19 893	Variável	3-12-2004	2-6-2008	Cabaz cinco ações — Accor SA, British Petroleum Plc, Lafarge SA, Total SA, Vinci S. A.	
Cabaz América	EUR	19 893	Variável	3-12-2004	2-6-2008	Cabaz cinco ações — Abbot Laboratories, Altria Group Inc., Bank of America Corp., Motorola Inc., The Dow Chemical Company.	
Cabaz Ásia	EUR	19 893	Variável	3-12-2004	2-6-2008	Cabaz cinco ações — KDDI Corp., Kyocera Corp., Nissan Motor Co. Ltd, Sumitomo Corp., Suzuki Motor Corp.	
Cabaz Europa	EUR	19 893	Variável	3-12-2004	2-6-2008	Cabaz cinco ações — Metro AG, Nestle SA (Reg), Novartis AG, Telecom Itália SpA, Vivendi Universal S. A.	
Cabaz Oceania	EUR	19 893	Variável	3-12-2004	2-6-2008	Cabaz cinco ações — Australia nd New Zealand, Banking Group Ltd, Exxon Mobil Corp., Mitsubishi Corp., Mitsui & Co Ltd, Vodafone Group Plc Nikkei 225 (mercado japonês).	
Crédito Predial Euro Preço	EUR	12 254	Variável	28-1-2002	28-1-2005	Índice de Preços no Consumidor da zona Euro e índice Dow Jones Eurostoxx 50.	
Crédito Predial Taxa Fixa 2002	EUR	125 000	5,30%	2-5-2002	2-5-2009	—	
Crédito Predial Multisatisfação	EUR	12 520	Variável	11-6-2002	14-6-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.	
Crédito Predial Real Estate	EUR	10 046	Variável	1-8-2002	4-8-2005	Haus-Invest.	
Crédito Predial Valor Europa	EUR	7 668	Variável	4-10-2002	7-10-2005	Dow Jones Eurostoxx 50.	
Crédito Predial Valor Oriente	EUR	8 578	Variável	4-11-2002	4-11-2005	Taxa de câmbio EUR/IPY.	
Crédito Predial Crescimento Europa 22	EUR	6 000	Variável	2-12-2002	7-12-2005	Dow Jones Eurostoxx 50.	
Crédito Predial Investimento Banca	EUR	5 926	Variável	30-12-2002	16-1-2006	Cabaz de ações de Banco Popular Español AS, Unicredito Italiano Spa e Abbey National Plc.	
CPP Cabaz Diversificação	EUR	6 000	Variável	30-1-2003	28-4-2006	Dow Jones Euro Stoxx Healthcare/Media/Telecom/Bank.	
CPP Taxa Variável 2003	EUR	1 500 000	Variável	17-2-2003	17-2-2008	Euribor seis meses.	
CPP Taxa Fixa 2003	EUR	1 500 000	3,83	17-2-2003	17-2-2008	—	
CPP Rendimento Imobiliário	EUR	5 000	Variável	27-2-2003	5-9-2006	Haus-Invest.	
CPP Euro-Yen Investimento	EUR	10 628	Variável	28-3-2003	28-3-2006	Taxa de câmbio EUR/IPY.	
CPP Euro Mais	EUR	10 740	Variável	30-4-2003	30-6-2006	Taxa de câmbio EUR/IPY.	
CPP Rendimento 5	EUR	18 822	Variável	2-6-2003	4-12-2006	Cabaz de ações AXA, Nestle, Pepsi Co, Sony Corporation e Vodafone Group Plc.	
CPP Super Investimento	EUR	29 743	Variável	30-6-2003	2-2-2007	Cabaz de ações.	
CPP Super Investimento 10	EUR	9 372	Variável	30-7-2003	5-2-2007	Cabaz de ações British Petroleum, Group Danone, Procter & Gamble Co, Toyota Motor Corp, Bayer AG, Suez SA, Canone Inc, ING Groep, Altria Group Inc, The Coca Cola Company.	
CPP Super Investimento Global 5	EUR	3 967	Variável	29-8-2003	3-9-2008	Cabaz de ações.	
CPP Super Investimento Global 3,5	EUR	5 999	Variável	29-8-2003	1-3-2007	Cabaz de ações.	
CPP Super Estrelas 1.ª série	EUR	35 000	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable	
CPP Super Estrelas 2.ª Serie	EUR	23 500	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
						Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable	
						Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
						Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	

Títulos emitidos		Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Data de emissão	Data de vencimento	Indexante	(Em milhares de euros)
CPP Super Estrelas 42 Meses	EUR	2 980	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.		
CPP Super Estrelas Premium	EUR	657	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.		
CPP Super Estrelas II	EUR	22 013	Variável	28-11-2003	28-11-2008	Cabaz de fundos — Socgen Internat. SICAV (função accionista), KBC Bonds High Interest — Kap (função obrigacionista) e CS Euroreal (função imobiliário).		
CPP Super Estrelas III	EUR	10 307	Variável	29-12-2003	28-12-2008	Cabaz de fundos — Morgan Stanley SICAV Global Class I (função accionista), PAM (L) Bond Universalis Cap (função obrigacionista) e SEB ImmoInvest (função imobiliário).		
CPP Valor Mundial	EUR	9 357	Variável	30-1-2004	30-1-2009	Cabaz de Índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.		
CPP Super 5%	EUR	9 909	Variável	27-2-2004	27-2-2012	Euribor um ano.		
CPP Cabaz Mundial	EUR	23 946	Variável	17-5-2004	19-11-2007	Cabaz de sete acções — Canon Inc, Johnson & Johnson, Vodafone Group PLC, Altria Group Inc., Toyota Motor Corp, Coca Cola Co, Nestle SA — Registered.		
Euro Rentabilidade	EUR	15 184	Variável	18-6-2004	18-6-2008	Euribor um ano.		
Rendimento Mundial	EUR	14 255	Variável	29-7-2004	29-7-2009	Cabaz de três Índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.		
Super Podium	EUR	14 607	Variável	20-9-2004	21-9-2009	Cabaz de cinco acções — Coca Cola Co, McDonald's, Time Warner, Matsushita Co, Siemens AG.		
Soma Global	EUR	11 358	—	2-11-2004	2-11-2009	Índices: Dow Jones euro Stoxx 50 (zona euro); Standard & Poor's 500 (mercado norte-americano); Nikkei 225 (mercado japonês).		
Santander 2008	PTE	14 964	Variável	9-7-1998	9-7-2008	Yield benchmark das OT a 10 anos.		
Euro Futuro Santander	EUR	5 000	Variável	10-2-1999	10-2-2009	Euribor 12M.		
Santander Taxa Fixa 2002	EUR	125 000	5,30%	2-5-2002	2-5-2009	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.		
Crescimento Garantido	EUR	7 731	Variável	28-3-2002	28-3-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.		
Euro Preço	EUR	17 598	Variável	28-1-2002	28-1-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.		
Euro Valor	EUR	9 961	Variável	28-1-2002	28-1-2005	Fundo de Investimento Multiglobal, índice Dow Jones Eurostoxx 50 e índice PSI-20.		
Santander Multisatisfação	EUR	17 979	Variável	11-6-2002	14-6-2005	Haus-Invest.		
Santander Real Estate	EUR	7 992	Variável	1-8-2002	4-8-2005	Cabaz de acções British Petroleum, Sony Corp, Mc Donald's Corp e Groupe Danone.		
Santander Duplo Rendimento	EUR	5 000	Variável	9-9-2002	16-12-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.		
Crescimento Europa 22	EUR	9 456	Variável	2-12-2002	7-12-2005	Índice Dow Jones Eurostoxx 50.		
Santander Valor Europa	EUR	7 500	Variável	4-10-2002	7-10-2005	Taxa de câmbio EUR/JPY.		
Santander Valor Oriente	EUR	9 257	Variável	4-11-2002	4-11-2005	Taxa de câmbio EUR/JPY.		
Investimento Banca	EUR	7 898	Variável	30-12-2002	16-1-2006	Cabaz de acções de Banco Popular Espanol, Unicredito Italiano Spa e Abbey National Plc.		
Cabaz Diversificação	EUR	10 000	Variável	30-1-2003	28-4-2006	Cabaz de índices.		
Euro-Yen Investimento	EUR	6 750	Variável	28-3-2003	28-9-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY.		
Rendimento 5	EUR	5 150	Variável	2-6-2003	4-12-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY e EUR/USD.		
Rendimento Imobiliário	EUR	3 998	Variável	27-2-2003	5-9-2006	Haus-invest.		
Santander Ob. Caixa Euro Mais	EUR	6 000	Variável	30-4-2003	30-10-2006	Taxa de câmbio EUR/JPY e Taxa de câmbio EUR/USD.		
Super Investimento	EUR	10 948	Variável	30-6-2003	2-1-2007			
BSP Super Investimento 10	EUR	6 959	Variável	30-7-2003	5-2-2007	Cabaz de acções British Petroleum, Group Danone, Procter & Gamble Co, Toyota Motor Corp., Bayer AG, Suez SA, Canone Inc, ING Groep, Altria Group Inc, The Coca Cola Company.		
BSP Super Investimento Global 5	EUR	3 299	Variável	29-8-2003	3-9-2008	Cabaz de acções AXA, Nestle, Pepsi Co, Sony Corporation e Vodafone Group Plc.		
BSP Super Investimento Global 3,5	EUR	5 470	Variável	29-8-2003	1-3-2007	Cabaz de acções.		
BSP Super Estrelas 1.ª série	EUR	24 500	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.		
BSP Super Estrelas 2.ª série	EUR	12 000	Variável	30-10-2003	30-10-2008	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.		
BSP Super Estrelas 42 Meses	EUR	602	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Socgen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.		

Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Data de emissão	Data de vencimento	Indexante	(Em milhares de euros)
BSP Super Estrelas Premium	EUR	3 228	Variável	30-10-2003	30-4-2007	Cabaz de fundos accionistas — Soegen International SICAV, Franklin Mutual Beacon Fund, Merrill Lynch International Fund — Global Fundamental Value Fund, Dexia Sustainable Accent Social, MFS Funds — Global Equity Fund — Class A1 — e fundos obrigacionistas.	
BSP Super Estrelas II	EUR	9 803	Variável	28-11-2003	28-11-2008	Cabaz de fundos — Soegen Internat. SICAV (fundo accionista), KBC Bonds High Interest — Kap (fundo obrigacionista) e CS Euroreal (fundo imobiliário).	
BSP Super Estrelas III	EUR	4 497	Variável	29-12-2003	28-12-2008	Cabaz de fundos — Morgan Stanley SICAV Global Class I (fundo accionista), PAM (L) Bond Universalis Cap (fundo obrigacionista) e SEB ImmoInvest (fundo imobiliário).	
Taxa Variável 2003	EUR	800 000	Variável	24-11-2003	24-11-2004	Euribor seis meses	
BSP Valor Mundial	EUR	7 133	Variável	30-1-2004	30-1-2009	Cabaz de Índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.	
BSP Super 5%	EUR	12 501	Variável	27-2-2004	27-2-2012	Euribor um ano.	
Santander Super 5% II	EUR	17 497	Variável	13-4-2004	27-2-2012	Euribor um ano.	
Santander Investimento 5%	EUR	14 166	Variável	17-5-2004	18-5-2009	Standard & Poor's 500 Composite Price Index	
Euro Rentabilidade	EUR	13 903	Variável	18-6-2004	18-6-2008	Euribor um ano.	
Rendimento Mundial	EUR	13 376	Variável	29-7-2004	29-7-2009	Cabaz de três índices — Dow Jones Euro Stoxx 50, Standard & Poor's 500, Nikkei 225.	
Super Podium	EUR	9 232	Variável	20-9-2004	21-9-2009	Cabaz de cinco acções — Coca Cola Co, McDonald's, Time Warner, Matsushita Co, Siemens AG.	
Soma Global	EUR	5 908	—	2-11-2004	2-11-2009	Índices: Dow Jones euro Stoxx 50 (zona euro), Standard & Poor's 500 (mercado norte-americano).	
		5 540 752					

O Conselho de Administração: Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente — Matias Pedro Rodriguez Inciarie, vice-presidente — António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — António José Sacadura Vieira Monteiro, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Carlos Manuel Amaral de Pinho, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal — José Eduardo Fragoço Tavares de Bettencourt, vogal — José Carlos Brito Stima, vogal — José Manuel Galvão Teles, vogal.

Condições dos passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2004

Títulos emitidos	Moeda	Valor emitido	Taxa de juro (percentagem)	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de	(Em milhares de euros)
Títulos de Participação BTA/87	EUR	3 680	1,65	Perpétuas	14 de Setembro de 1997	
Títulos de Participação CPP/88	EUR	24 940	1,67	Perpétuas	21 de Novembro de 1998	
Títulos de Participação CPP/89	EUR	37 410	2,23	Perpétuas	6 de Novembro de 1999	
Obrigações de Caixa Subordinadas BTA/95	EUR	41 151	2,38	16 de Maio de 2005	—	
Obrigações de Caixa Subordinadas BTA/96	EUR	74 820	2,38	15 de Julho de 2006	15 de Janeiro de 2002	
Obrigações de Caixa Subordinadas BTA/01	EUR	16 337	5,00	6 de Abril de 2009	6 de Abril de 2006	
Obrigações de Caixa Subordinadas CPP 2001	EUR	20 000	5,00	16 de Abril de 2009	16 de Abril de 2006	
Obrigações de Caixa Subordinadas Garantido seis anos	EUR	15 050	0,99	2 de Dezembro de 2012	—	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Top's — BTA	EUR	29 928	2,58	Perpétuas	4 de Dezembro de 2007	
Obrigações Perpétuas Subordinadas Top's — CPP	EUR	29 928	2,58	Perpétuas	4 de Dezembro de 2007	
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	284 315	3,84	Perpétuas	22 de Junho de 2010	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	299 279	3,79	Perpétuas	15 de Julho de 1998	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	174 579	3,79	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP Eurostox	EUR	11 000	2,00	14 de Maio de 2007	23 de Fevereiro de 2011	
Recursos PTIF — Sucursal do Luxemburgo	USD	91 770	8,88	Perpétuas	1 de Agosto de 2007	
Recursos TAF — Sucursal do Luxemburgo	USD	110 124	7,77	Perpétuas	1 de Outubro de 2006	
		1 264 310				

O Conselho de Administração: Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente — Matias Pedro Rodriguez Inciarie, vice-presidente — António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — António José Sacadura Vieira Monteiro, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Carlos Manuel Amaral de Pinho, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos, vogal — José Eduardo Fragoço Tavares de Bettencourt, vogal — José Carlos Brito Stima, vogal — José Manuel Galvão Teles, vogal.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas individuais)

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual contida no relatório de gestão (excluindo a informação financeira pró-forma) e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício de 2004 do Banco Santander Totta, S. A. (BST ou Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 33 161 371 milhares de euros e capitais próprios de 1 546 592 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 49 492 milhares de euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão (excluindo a informação financeira pró-forma) com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira individual do Banco Santander Totta, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal relativos à preparação de contas individuais de instituições financeiras, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfases.* — As demonstrações financeiras individuais anexas do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a situação financeira do Banco e os resultados das suas operações. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2004 consistem numa redução do activo em 358 563 milhares de euros, num aumento das reservas e resultados transitados em 7704 milhares de euros e num aumento do lucro do exercício em 5179 milhares de euros.

7 — No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Banco Totta & Açores, S. A. (Totta), a qual produziu

efeitos contabilísticos nessa data (nota n.º 29). Ao abrigo da cisão foram destacadas as participações financeiras detidas pelo Totta na Foggia — SGPS, S. A. e na Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A.. No âmbito da fusão, os restantes activos e passivos do totta e o Banco Santander Portugal, S. A. (BSP) foram incorporados no Crédito Predial Português, S. A. (CPP), o qual alterou a sua denominação para Banco Santander Totta, S. A. Assim, o balanço do BST em 31 de Dezembro de 2004 reflecte os activos e passivos do anterior CPP e também os relativos ao ex-BSP e à actividade do totta que foi objecto de incorporação no processo de fusão. Os resultados do exercício de 2004 correspondem aos do anterior CPP e aos realizados no período compreendido entre 17 e 31 de Dezembro de 2004 no que se refere à actividade do ex-BSP e às operações do totta incorporadas na fusão. O balanço em 31 de Dezembro de 2003 e as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício então findo são apresentados para dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, uma vez que as demonstrações financeiras do exercício de 2003 reflectem apenas a actividade do anterior CPP, as contas individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 não são comparáveis com as do ano anterior. Por este motivo não são apresentadas notas comparativas.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único (contas individuais)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas individuais do Banco Santander Totta, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas individuais do Banco do exercício de 2004, as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações individuais dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2004 (excluindo a informação financeira pró-forma), preparado pelo conselho de administração. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, a qual contém duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o descrito nos pontos 6 e 7 da certificação legal das contas e relatório de auditoria, os documentos de prestação de contas individuais do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2005. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no relatório de gestão (excluindo a informação financeira pró-forma) e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2004 do Banco Santander Totta, S. A. (BST ou Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 32 802 808 milhares de euros e capitais próprios de 1 559 475 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 54 671 milhares de euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição

financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão (excluindo a informação financeira pró-forma) com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como os correspondentes resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no ponto 4.º acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — *Ênfase.* — No dia 16 de Dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do Banco Totta & Açores, S. A. (Totta), a qual produziu efeitos contabilísticos nessa data (nota n.º 29). Ao abrigo da cisão foram destacadas as participações financeiras detidas pelo Totta na Foggia — SGPS, S. A. e na Totta Seguros — Companhia de Seguros de Vida, S. A. No âmbito da fusão, os restantes activos e passivos do Totta e o Banco Santander Portugal, S. A. (BSP) foram incorporados no Crédito Predial Português, S. A. (CPP), o qual alterou a sua denominação para Banco Santander Totta, S. A. Assim, o balanço do BST em 31 de Dezembro de 2004 reflecte os activos e passivos do anterior CPP e também os relativos ao ex-BSP e à actividade do totta que foi objecto de incorporação no processo de fusão. Os resultados do exercício de 2004 correspondem aos do anterior CPP e aos realizados no período compreendido entre 17 e 31 de Dezembro de 2004 no que se refere à actividade do ex-BSP e às operações do totta incorporadas na fusão. O balanço em 31 de Dezembro de 2003 e as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício então findo são apresentados para dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas determinados pelo Banco de Portugal. No entanto, uma vez que as demonstrações financeiras do exercício de 2003, reflectem apenas a actividade do anterior CPP, as contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 não são comparáveis com as do ano anterior. Por este motivo não são apresentadas notas comparativas.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Totta, S. A. (Banco), os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços do Banco e das suas subsidiárias as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as contas consolidadas do Banco do exercício de 2004, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, o correspondente anexo e ainda o relatório de gestão do exercício de 2004 (excluindo a informação financeira pró-forma), preparado pelo conselho de administração. Adicionalmente, elaborámos a certificação legal das contas e relatório de auditoria, a qual foi emitida com uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o descrito no ponto 6 da certificação legal das contas e relatório de auditoria, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco supra referidos, bem como a proposta expressa no relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2005. — O Fiscal Único, Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

Acta n.º 24 da assembleia geral anual

Aos 30 dias do mês de Maio do ano 2005, pelas nove horas, reuniu a assembleia geral anual do Banco Santander Totta, S. A., com o capital social de 589 810 510 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1587, pessoa colectiva n.º 500844321, na sua sede social, sita na Rua Áurea, 88, em Lisboa.

Assumiu a presidência da mesa, o presidente eleito, Dr. António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, acompanhado pelo vice-presidente, Dr. Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira, secretariado pelo Dr. António Miguel Leonetti Terra da Motta, secretário da mesa e da sociedade.

Estiveram presentes membros do conselho de administração, bem como o Dr. Luís Augusto Gonçalves Magalhães em representação da Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., fiscal único efectivo da sociedade, tendo os administradores ausentes participado oportunamente a sua falta.

Iniciada a reunião, o presidente da mesa cumprimentou os accionistas presentes e todos os membros dos órgãos sociais e informou que já se havia assegurado de que se encontravam preenchidos todos os pressupostos legais e estatutários para a assembleia geral poder reunir e deliberar validamente, uma vez que se mostravam cumpridas as formalidades legais relativas à convocação e se dispunha de *quorum* confirmado pela lista de presenças, estando presentes ou representados accionistas detentores de 589 009 971 acções, correspondentes a 5 890 099 votos que representam 99,86427% do capital social do Banco.

Assim, tendo a assembleia sido tempestiva e devidamente convocada, o presidente da mesa declarou a assembleia legalmente constituída e em condições de deliberar validamente sobre todos os pontos da ordem do dia.

Foi dispensada a leitura da convocatória por ser do conhecimento de todos os presentes. Antes da ordem do dia o presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração, Eng. Eurico de Melo, que usou da mesma para saudar todos os presentes. Referiu, ainda, que 2004 foi um ano de muito trabalho com uma conjuntura económica difícil, tendo deixado uma palavra de cumprimento pelos resultados apresentados.

Logo após, o presidente da mesa abriu a discussão sobre o ponto 1.º da ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2004, bem como sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício.

De seguida, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao Dr. Miguel de Bragança, que, após cumprimentar todos os pre-

sentes, informou considerar que 2004 teve um enquadramento macro-económico mundial bom mas, em contrapartida, foi um ano difícil em termos de enquadramento macro-económico europeu e nacional. O contexto financeiro não foi favorável ao sistema bancário.

De seguida, descreveu a actividade do Banco durante o exercício de 2004 e detalhou as circunstâncias que permitiram ao Banco apresentar os resultados ora em análise.

O accionista Dr. Saldanha Gomes Mota pediu a palavra e, no uso da mesma, manifestou o seu apreço pela performance global do Banco, tendo realçado que o Banco teve ao longo de todo o ano um comportamento bom, admitindo aliás, como muito provável que nos próximos exercícios, o sistema financeiro não consiga atingir o nível de bons resultados que globalmente se verificaram, atentas as condicionantes macro esperadas.

O presidente da mesa da assembleia geral agradeceu as intervenções e colocou à votação, separada, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2004, bem como o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, tendo ambos os conjuntos de documentos sido aprovadas por unanimidade.

Passou-se, de imediato, ao ponto 2.º da ordem de trabalhos:

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2004.

O presidente da mesa informou os accionistas que, sobre este tema, tinha duas propostas sobre a mesa que se complementavam, uma apresentada pelo conselho de administração e outra pelo accionista maioritário.

Passou à leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração:

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2004, foi de 49 491 937,33 euros e o resultado líquido do exercício, consolidado, em 2004, e atribuível ao Banco Santander Totta, S. A., foi de 54 671 493 euros.

O conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1) 4 949 193,73 euros para reserva legal;

2) O remanescente, acrescido de 139 017 356,40 euros e deduzido o montante que a assembleia geral deliberar atribuir aos administradores a título de participação nos resultados, para distribuição de dividendos aos accionistas.

De seguida, o presidente da mesa passou a ler a proposta apresentada pelo accionista maioritário:

O Santander Totta — SGPS, S. A., vem propor a distribuição global de 3 560 100 euros aos administradores do Banco Santander Totta, S. A., a título de participação nos resultados, devendo a imputação individual ser feita pela comissão de vencimentos.

O presidente da mesa informou, ainda, que estas propostas, dado que se completam, serão submetidas a votação em conjunto, pelo que o resultado da sua junção é o seguinte:

4 949 193,73 euros, para reserva legal;

3 560 100 euros, aos administradores com imputação individual a fazer pela comissão de vencimentos;

180 000 000 euros, distribuição de dividendos.

Não tendo havido pedidos de esclarecimentos, o presidente da mesa submeteu esta proposta à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Logo após, o presidente da mesa da assembleia geral passou ao ponto 3.º da ordem de trabalhos:

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

O presidente da mesa da assembleia geral em nome da accionista Santander Totta — SGPS, S. A., propôs um voto de louvor e confiança na administração e fiscalização da sociedade e em cada um dos seus membros, pela actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2004 e neste contexto inteiramente justificado pelos resultados ora aprovados por esta assembleia.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da mesa passou, de imediato, à apreciação da matéria do ponto 4.º:

4.º Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de acções próprias.

O presidente da mesa solicitou a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração, dado a mesma ser do conhecimento dos accionistas, a qual a seguir se transcreve.

O conselho de administração propõe:

1) Que o Banco Santander Totta, S. A., directamente por si ou por sociedade sua dependente, possa adquirir acções bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei;

2) Que o preço de aquisição e alienação tenha o valor máximo de 4,920992094 euros por acção;

3) Que salvo deliberação em sentido diferente tomada em reunião extraordinária da assembleia geral, os poderes conferidos nos termos dos números anteriores possam ser exercidos até à reunião da assembleia geral de aprovação de contas do exercício de 2005.

Submetida a votação esta proposta foi aprovada por maioria, com 5 885 686 votos a favor, representativos de 99,93% do capital social presente ou representado e o voto contra do accionista Compagnie Bancaire Espírito Santo, S. A., titular de 4413 votos, representativos de 0,07% do capital social presente ou representado e nenhuma abstenção.

De seguida, o presidente da mesa da assembleia geral passou à análise do ponto 5.º:

5.º Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias.

O presidente da mesa solicitou, de novo e pelas mesmas razões a dispensa da leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração que a seguir se transcreve:

O conselho de administração propõe à assembleia geral que lhe seja concedida autorização, com a possibilidade de delegar na comissão executiva, para:

1) Adquirir, por compra ou troca, obrigações emitidas pelo Banco até ao montante máximo legalmente permitido para cada uma das emissões;

2) Alienar, por venda ou troca, as obrigações próprias que detenha;

3) Que as aquisições e alienações de obrigações próprias, caso as mesmas estejam admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas a um valor mínimo de 85%, a um valor máximo que seja o maior entre a cotação em bolsa e o respectivo valor nominal;

4) Que as aquisições de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 25% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou do valor do reembolso;

Contrapartida máxima: 30% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor do reembolso.

5) Que as alienações de obrigações próprias, caso as mesmas não estejam ou deixem de estar admitidas à cotação num mercado de cotações oficiais, sejam efectuadas de acordo com o seguinte critério:

Contrapartida mínima: 30% abaixo do menor dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso;

Contrapartida máxima: 25% acima do maior dos seguintes valores: valor nominal da emissão ou valor máximo do reembolso.

Propõe ainda que o mandato conferido nos números precedentes possa ser exercido a todo o tempo até à primeira reunião do conselho de administração a seguir à assembleia geral de aprovação de contas do exercício social do ano 2005.

Não tendo surgido qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida, o presidente da mesa da assembleia geral passou à análise do ponto 6.º:

6.º Proposta de eleição de segundo secretário da mesa da assembleia geral.

O presidente da mesa procedeu à leitura da proposta apresentada pelo accionista maioritário e que a seguir se transcreve:

A Santander Totta — SGPS, S. A., propõe a eleição do Francisco de Assis Rodrigues Magalhães como segundo secretário da mesa da assembleia geral para a parte não decorrida do mandato em curso, triénio 2004-2006.

Esta proposta, submetida a votação, foi aprovada por unanimidade.

Finda a ordem de trabalhos o presidente da mesa agradeceu a todos os accionistas a sua presença, tendo ciada por encerrada a assembleia às 9 horas e 35 minutos, lavrando-se a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente e vice-presidente da mesa e pelo secretário da mesa e sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino, presidente — Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira, vice-presidente — António Miguel Leonetti Terra da Mota, secretário.
2009438930